

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**VINÍCIUS COSTA PEREIRA**

**PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Niterói  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**VINÍCIUS COSTA PEREIRA**

**Projetos para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eunice Schilling Trein**

Niterói  
2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is positioned centrally below the text above it. This box is likely intended for a library catalog card or a specific document's content.

## Ata da Defesa de Dissertação

**VINÍCIUS COSTA PEREIRA**

**Projetos para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal  
Fluminense como requisito  
final para obtenção do grau  
de Mestre em Educação.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eunice Schilling Trein - Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. André Silva Martins  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Arenas Mora  
Universidade Federal Fluminense

## AGRADECIMENTOS

“*POR VOCÊS, EU DANÇARIA TANGO NO TETO...*”

À música, por sua riqueza única. *Toco a música quando ela me toca.*

Àqueles que procuraram compreender, minha saudação.

Àqueles que de fato compreenderam, minha gratidão.

Aos amigos militantes políticos, ao Coletivo Marxista, aos que militam em prol da classe trabalhadora.

Aos amigos do mestrado e doutorado da UFF.

Aos professores das disciplinas da UFF: Lia Tiriba, Ângela Siqueira, Cláudia Alves, Ronaldo Rosas, Maria Ciavatta e José Rodrigues. Em especial, à Professora Doutora Sônia Rummert, pela sua notável versatilidade: da desgastada *patinação* ao *esquiar* livre.

Aos professores das disciplinas eletivas de outros programas de pós-graduação *stricto sensu*: Roberto Leher, José Paulo Netto (UFRJ) e Virgínia Fontes (UFF).

À Eunice Schilling Trein, minha orientadora. Dar-lhe-ia todas as cores e fragrâncias, se possível fosse. Por isso, ofereço-lhe notas musicais. Escolha algumas que eu transformo em uma linda melodia para você.

Ao CNPq, pelo importante auxílio financeiro.

“... *EU ACEITARIA A VIDA COMO ELA É...*”

Eunice, Bárbara e Adriana: agradeço pelas poderosas considerações de vocês contidas neste trabalho; pela questão organizacional: juntos, assentamos palavras e parágrafos. Valiosas, se importaram e auxiliaram no desenvolvimento de minhas idéias. Pessoas geniais.

À Dr<sup>a</sup>. Gabriela Dias, por se dedicar á uma causa carente de competências como as suas. Agradeço por ter mediado uma melhora estrutural minha, enquanto ser orgânico; por ter me resgatado; por me ajudar a sonhar de maneira cada vez mais concreta, planejada e organizada; por se preocupar e por mostrar que o terreno existe, é fértil e nem tão acidentado.

À Fernanda, minha companheira, por estes quatro anos de extrema compreensão. Caminhamos juntos, mesmo de longe. *Você me pegou no colo, me carregou, me protegeu, me criticou... Cuidou de tudo. Percebeu e apontou para o problema.* Haja paciência!

“... *PINTARIA O CÉU DE VERMELHO...*”

Um *salve* para os amados amigos Alex e Estevão. Meus fiéis conselheiros, meus escudos, pontas da minha lança. Somos quase três irmãos. Mesmo se não tiver forças, retribuirei.

À Cristiana de Paula, Renata Landim e Tatiane Coimbra. Compartilhamos angústias, trocamos idéias, rimos, choramos, caímos, cantamos, bebemos, militamos... O saldo sempre será positivo. “Minas de Ouro”!

Aos professores da UFJF da graduação e pós *lato sensu*: André Martins, Álvaro Quelhas e Carlos Fernando.

À todos que participaram de um processo de formação das idéias que compõem esse trabalho.

“... *EU DORMIRIA DE MEIA, ‘MAS NÃO’ PRÁ VIRAR BURGUEÊS*”

*Em memória de meus avôs (Almir Pereira, Ivone Carvalho e Emília Santana) e tios (Valmir e Magali).*

PEREIRA, Vinícius Costa (2009). **Projetos para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva**. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eunice Schilling Trein. Niterói – RJ – UFF. 29-09-2009. Dissertação (Mestrado em Educação), 000 páginas. Campo de confluência: Trabalho e educação.

## RESUMO

Fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, a pesquisa tem como objetivo identificar o que vem sendo posto para a educação física em tempos de reestruturação produtiva. Até meados dos anos de 1980, essa disciplina era tida como fundamental para educar a nação para o projeto nacional-desenvolvimentista. Nos anos de 1990, a educação física perdeu status diante do projeto neoliberal, que exigiu do trabalhador uma formação mais flexível e polivalente, dotada de novas competências e habilidades, sociais e técnicas. Nos últimos anos, no bojo das propostas neoliberais de terceira via, observamos que a educação física vem ampliando sua participação no projeto de educação para uma renovada sociabilidade burguesa. Nosso interesse foi analisar os projetos que envolvem o trabalho da educação física, na medida em que estes passam a condicionar, em grau elevado, sua teoria e prática. Como procedimento metodológico, analisamos o Projeto Político-Pedagógico e os Projetos Sociais de Esportes e Lazer que são desenvolvidos e oferecidos através das Secretarias de Educação e de Esportes e Lazer do município de Itaboraí (SEME e SEMEL). Incluímos na pesquisa dois projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Consideramos somente os projetos mediados pelo município que necessitam do trabalho do professor de educação física. Itaboraí foi escolhida por ser a sede do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O Governo Federal e as Confederações Brasileiras de Voleibol e de Handebol, também desenvolvem seus projetos através de convênios com a Prefeitura de Itaboraí, todos financiados pela Petrobras. De modo geral, os projetos são aplicados nas “comunidades carentes”, e objetivam promover a “inclusão social” e a “cidadania”. Diante do cenário do regime de acumulação flexível e do desmonte do Estado do Bem Estar Social, afirmamos que no contexto da crise do trabalho assalariado e do aumento da pobreza, a educação física vem sendo valorizada, na tentativa de conformar nos trabalhadores a sociabilidade desejada para o trabalho precário e para uma vida instável e incerta. Assim, a relação da educação física com a reestruturação produtiva se materializa cada vez mais. Apontamos que essa valorização se estrutura com inúmeras fragilidades, portanto, de maneira ilusória, pois ainda se acredita que o capitalismo oferecerá condições objetivas suficientes para a formação pretendida. Acreditamos que a história aponta o contrário e que, por isso, é notório o espaço da contradição, do qual podem surgir outras propostas e tendências para a educação e educação física dentro e fora da escola.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; neoliberalismo de terceira via; projetos para a educação física.

## RESUMEN

Basado en los principios teóricos y metodológicos del materialismo histórico, la investigación pretende identificar lo que se ha puesto a la educación física en la época de la reestructuración. Hasta la mitad de la década de 1980, esta disciplina se consideraba fundamental para educar a la nación para el proyecto de desarrollo nacional. En la década de 1990, la educación física ha perdido su condición en la cara de neo-proyecto liberal, que exige la formación de los trabajadores más flexibles y versátiles dado más competencias y habilidades, técnicas y sociales. En los últimos años, en medio de las propuestas neoliberales tercera vía, hemos encontrado que la educación física ha ido aumentando su participación en el proyecto de educación para una nueva sociabilidad burguesa. Nuestro interés es analizar los proyectos que involucran el trabajo de educación física, a medida que pasan la enfermedad, en niveles altos, su teoría y práctica. Como metodología, se analizaron las político-pedagógica y de proyectos sociales de Deportes y Recreación que se desarrollan y se ofrecen a través del Departamento de Educación y Deportes y tiempo libre en la ciudad de Itaboraí (SEME y SEMEL). Incluye dos proyectos de investigación de la de Desarrollo Social Municipal (DPE). Considere la posibilidad de proyectos sólo mediado por el municipio que requieren el trabajo de profesor de educación física. Itaboraí fue elegida como la sede del Complejo Petroquímico de Río de Janeiro (Comperj). El Gobierno Federal y la Confederación Brasileña de Voleibol y Balonmano, también desarrollan sus proyectos a través de asociaciones con la ciudad de Niteroi, todos ellos financiados por Petrobras. En general, los proyectos se ejecutan en "comunidades de escasos recursos, y su objetivo es promover la" inclusión social "y" ciudadanía ". Dada la situación del régimen de acumulación flexible y el desmantelamiento de la de Bienestar Social, señaló que en el contexto de la crisis del empleo y el aumento de la pobreza, la educación física se ha valorado, en un intento de ajustarse a los trabajadores piden a la sociabilidad el trabajo precario y una vida inestable e incierto. Así, la relación de la educación física con la reestructuración de la producción se materializa cada vez más. Se señala que esta recuperación se estructura con muchos puntos débiles, tan, tan difícil de alcanzar, sin embargo, se cree que el capitalismo se proporcionan suficientes condiciones objetivas de forma deseada. Creemos que la historia demuestra lo contrario y que, por tanto, está claro que el espacio de la contradicción, que puede conducir a propuestas de otros, y las tendencias en la enseñanza y la educación física dentro y fuera de la escuela.

Palabras clave: reestructuración productiva, el neoliberalismo tercera vía, los proyectos de educación física.

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

#### **O capital e o capitalismo: história, historicização, dialética.....**

1.1. O capital e o capitalismo: comentários sobre o moderno modo de produção social.....

1.2. A forma social da produtividade do trabalho e o lucro do capitalista.....

1.3. Ideologia e os dois projetos de sociedade fundamentais e classistas.....

### CAPÍTULO II

#### **O Estado enquanto mediador das relações capitalistas, o capitalismo contemporâneo e a educação do trabalhador produtivo.....**

2.1. Teorias comuns sobre o Estado moderno e a crítica marxista.....

2.2. Estado e o capitalismo contemporâneo: Da modernidade à pós-modernidade, da rigidez à flexibilidade, do keynesianismo ao neoliberalismo.....

2.3. O Neoliberalismo de Terceira Via: O papel do Estado na formação do cidadão produtivo e a questão da cidadania.....

### CAPÍTULO III

**Projetos para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva: O caso do município de Itaboraí.....**

3.1. Comperj: Impactos da reestruturação produtiva no leste fluminense e em sua realidade educacional.....  
.....

3.2. A Educação Física nos Projetos mediados pelas Secretarias de Educação e de Esportes e Lazer do Município de Itaboraí.....

3.2.1. O poder público sob o crivo do método materialista histórico e dialético: análises e questões sobre o objeto de estudo.....

3.2.2. Projetos, perspectivas e tendências para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva.....

**CONSIDERAÇÕES**

**FINAIS.....**

**BIBLIOGRAFIA.....**

....

**ANEXOS.....**

.....

**Entrevista.....**

.....

Fotos.....

.....

## INTRODUÇÃO

*A burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países (Marx e Engels. **O Manifesto Comunista**, 2005:15).*

*A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas (Mészáros. **A Educação Para Além do Capital**, 2005:62).*

*O que é bom para a classe dominante é para ser bom para toda a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica. Portanto, quanto mais a civilização progride, tanto mais ela se vê obrigada a encobrir com o manto do amor os males necessariamente decorrentes dela, ou enfeitá-los ou*

*renegá-los, em suma, introduzir uma hipocrisia convencional que não era conhecida nem pelas primitivas formas sociais, nem mesmo pelas primeiras fases da civilização, e que culmina com a declaração de que a exploração da classe oprimida seria feita apenas e unicamente no interesse da própria classe explorada, e se esta não reconhecesse isto, mas até se rebelaria, isto seria a pior ingratidão contra os benfeitores, os exploradores* (Engels. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 1983:335-36).

Temos como ponto de partida deste estudo a tarefa de entender o significado histórico da educação física no Brasil, bem como suas principais transformações condicionadas por momentos emblemáticos da política e da economia nacional. Nesse sentido, cumpre destacar alguns aspectos do seu surgimento em um contexto de desenvolvimento da indústria nacional que, de maneira incontestável, promoveu profundas mudanças nas relações sociais de produção do Estado brasileiro.

Seguir as orientações apontadas acima nos dará condições de apreender como o Estado brasileiro, sobretudo, em determinados governos, direcionou a “educação” das práticas corporais às suas finalidades. Destaca-se aqui que tais medidas influenciaram a prática docente do professor de educação física.

Acreditamos que ao perseguirmos este caminho estaremos buscando, na própria história, fundamentos que poderão contribuir para a explicitação do momento atual. Desta forma, nos prevenimos de possíveis conclusões equivocadas, decorrentes de uma leitura superficial e mecânica da realidade.

A educação e a educação física – ao encontrarem-se inseridas, inevitavelmente, em uma lógica social, na qual o produto do trabalho coletivo é apropriado de forma privada – se transformam em meios de reprodução desta própria lógica. Apesar da existência das diferentes tentativas de estruturação de um processo

diferenciado, que almeje a inversão deste quadro, observamos que a estas áreas seguem parâmetros que são definidos e coordenados pela classe social surgida com o advento do capitalismo: a classe burguesa.

Dizendo de outra maneira, para qualquer síntese histórica sobre a educação e a educação física, no seu contexto mais amplo<sup>1</sup>, cabe procurar relacionar o desenvolvimento do mundo no qual ambas estão inseridas.

## **Objetivo**

O discurso atual traduzido na gestão e prática do esporte e lazer institucionalizado, assim como de outros conteúdos da cultura corporal, já traz consigo diversos elementos necessários para uma adequação político-pedagógica da educação física. Tais elementos são representados pela ampliação do atual conceito de cidadania, inclusão social, qualidade de vida do indivíduo, formação de diversas competências<sup>2</sup>.

Para que os trabalhadores atuais sejam funcionais dentro do capitalismo contemporâneo, necessitam incorporar estas e outras competências e habilidades físicas e intelectuais. Nesse sentido, buscamos analisar mais de perto o movimento da

---

<sup>1</sup> Convém ressaltar que a educação, aqui, é entendida primeiro em seu sentido amplo. Ajudando-nos neste aspecto, o filósofo húngaro István Mészáros (2006), em sua obra “A Educação para além do Capital”, não se refere à educação em seu sentido estritamente formal, ou diretamente à estrutura e funcionamento das mesmas. O autor trata da educação em um sentido amplo, como o processo vital de existência do homem, isto é, aquilo que caracteriza a sua especificidade de *ser social*, a saber, a capacidade de conhecer, de ter ciência do real e de, portanto, transformá-lo de forma consciente. Isso quer dizer que a educação vai para muito além dos muros da própria escola e das instituições que a regulam.

<sup>2</sup> Espírito de liderança, trabalho em grupo, tolerância e aceitação das diversidades, tomada de decisões e atitudes, raciocínio lógico, rápido e abstrato, facilidade de memorização, aceitação das regras, disciplina, paciência, atenção, capacidade de concentração e de adaptação, equilíbrio emocional, capacidades físicas diversas etc.

educação e, particularmente, da educação física frente ao processo de mudanças no mundo do trabalho.

Nesse sentido, a presente dissertação tem o *objetivo* de *analisar o que chamaremos aqui de novas tendências à adequação político-pedagógica da educação física, sob o marco da atual reestruturação produtiva no Brasil.*

Para o alcance deste objetivo geral, acreditamos ser necessário o alcance primeiro dos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a sociedade capitalista enquanto relações sociais que fundam e são fundadas por aspectos ideológicos, políticos e econômicos específicos;
- Analisar as principais características constitutivas do Estado burguês, buscando elementos para destacarmos o seu engajamento no projeto de reprodução do sistema capitalista;
- Analisar os principais aspectos da reestruturação do Estado brasileiro desde a década de 1990 aos dias atuais, observando seus impactos na educação e, mais especificamente, na educação física;

## **PARA UMA BREVE REVISÃO**

Os estudiosos são unânimes ao afirmarem que o capitalismo, enquanto um sistema de produção social, assume diversas características, se metamorfoseando de tempos em tempos, principalmente quando está para completar um ciclo econômico, já preparando-se para iniciar outro. Estes processos de continuidades e descontinuidades do sistema são denominados de “crises” e são também expressões destas.

As crises, segundo Netto e Braz (2007), expressam a contraditoriedade fundamental e inerente ao modo de produção capitalista, mas ao mesmo tempo são funcionais ao sistema, pois “... constituem os mecanismos mediante os quais o modo de produção restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade (...); deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o capitalismo” (p. 162-63).

Das crises surgem as reestruturações produtivas, sendo assim sua expressão mais comum, uma consequência. São caracterizadas pela redução dos custos da produção, pelas lutas e conquistas de fatias de mercado, pela implantação de novas tecnologias, redução de salários, de direitos trabalhistas e sociais e, principalmente, demissões de trabalhadores em todos os níveis<sup>3</sup>.

No plano mundial, as reestruturações produtivas de último tipo se iniciaram e aprofundaram ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a empresa japonesa

---

<sup>3</sup> Em geral, e em proporção, o nível de empregos formais decresce em relação aos empregos informais que crescem exponencialmente, contudo, ainda assim, os informais são tratados pelas pesquisas como empregos e por isso informam à população que no quadro de trabalhadores ativos há uma porcentagem relativamente pequena da população economicamente ativa em situação de desemprego. Vale destacar que o emprego informal muitas vezes garante o escoamento ampliado de mercadorias sem qualquer custo trabalhista direto para as indústrias, garantindo para estas, aumento nas receitas. Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concluído no ano de 2007 revelou que o trabalho informal atinge 58,1% dos ocupados no Brasil. Isso demonstra que existe um quadro social precário altamente favorável para a manutenção do capitalismo no país.

Toyota inovou suas bases industriais organizacional e tecnologicamente, mostrando para o mundo, uma saída capitalista para o problema capitalista. Tendo que se adaptar à política econômica global, os Estados nacionais dos países capitalistas desenvolvidos ou emergentes estabeleceram outras metas visando o alavancamento das taxas médias de lucro de suas empresas. De maneira desigual, porém, combinada, o capitalismo tornou a se reproduzir em larga escala até a reaparição, em 1974-75, de mais uma de suas crises “clássicas” de superprodução e de superacumulação depois da citada Segunda Guerra.

O desenvolvimento social, a partir de então, se deu em novas bases, consumando uma reorganização do mundo do trabalho. Uma onda de desregulamentação do trabalho no contexto mundial, assim como a financeirização da economia e a abertura dos mercados, foi acompanhada, como consequência, do aumento da produtividade e escoamento de mercadorias. Alguns autores denominam esse período de capitalismo monopolista, ou a fase imperialista do capitalismo.

No Brasil, esse processo iniciou-se com maior amplitude a partir dos anos de 1990, quando Collor assumiu a Presidência da República. Tendo em vista as características próprias de um país da periferia do capitalismo, os governos sucessores junto à burguesia construíram o aprofundamento desse processo, buscando sempre as medidas mais apropriadas para a implementação do mesmo.

Esse quadro de redefinições na estrutura do capital, que aparentemente revelam saudáveis e renovadas perspectivas da educação, pois induzem reformas (e reformas normalmente revelam mudanças que tentam melhorar), incluindo as propostas

educacionais para o novo milênio, permite-nos chegar, na verdade, a conclusões preocupantes, conforme revela Frigotto (1998):

Neste deslocamento aparentemente inocente esconde-se uma metamorfose na sociabilidade capitalista e no campo do conteúdo do educativo. O fundo público garante apenas um patamar mínimo de escolaridade ou de subsídio aos mais pobres. *A educação e a qualificação transitam, assim, da política pública para a assistência ou filantropia ou, como a situa o Banco Mundial, uma estratégia de alívio da pobreza* (Leher, 1998, grifos nossos). No plano ideológico desloca-se a responsabilidade social para o plano individual. Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis. Os desempregados devem buscar “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência. Estes compõem mais de um bilhão de pessoas no mundo e vivem o tempo todo procurando emprego – um tempo em que o psicólogo Viktor Frankl qualifica como de “*existência provisória sem prazo*” (p. 15, grifos do autor).

Conforme Neves e Sant’Anna (2005:26), ao Estado capitalista se impõe a tarefa de formar um “homem coletivo”, de conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa. Para os autores, o Estado vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. Com isso, “... vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (p. 26). Assim,

Sendo o Estado capitalista um Estado de classes, tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente, embora, contraditoriamente, dependendo do grau de difusão da pedagogia da contra-hegemonia na sociedade civil, a mesma escola esteja permeável à influência de outros projetos político-pedagógicos. A escola, no capitalismo monopolista, sob a hegemonia burguesa, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, vem se estruturando com vistas a formar, tanto em sentido amplo como em sentido estrito, um intelectual urbano de novo tipo, que apresenta como características principais o aumento da capacitação técnica necessária à reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova capacitação dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação burguesas, enquanto possibilidades históricas concretas (idem. p. 29).

É a partir dessa concepção acerca da educação (e de sua crítica) que se identifica a temática fundamental dos autores supracitados e que irá subsidiar este trabalho. Identificando a incontornabilidade imanente ao sistema do capital, isto é, a *incorrigível* necessidade de auto-expansão e de acumulação para a qual se deve produzir e reproduzir continuamente as condições objetivas de sua conservação, Mészáros (2006) critica radicalmente todas as formas de se pensar e construir uma educação reformada, justificando desta forma, as epígrafes presentes ao início desta introdução. É notório que as reformas, são constantes e vitais para a reprodução do sistema sócio-metabólico do capital.

Todas as formas concretas que promovem e interferem de alguma forma na existência social, se envolvem, direta ou indiretamente, na esfera ideológica criada pelo sistema capitalista, de tal forma que os grupos que as promovem terminam por se identificarem enquanto representantes portadores de diferentes interesses que se confrontam ou consensualizam. Em maior ou menor grau, agindo como principais ou coadjuvantes, participam do processo de reestruturação produtiva.

Assim, sendo a educação física uma das inúmeras formas concretas que produzem a existência social – destarte, formalmente no plano pedagógico, educativo – e, diante das periódicas mudanças estruturais do capitalismo, se torna possível imaginar que esta sofre todas as influências, determinações, condicionamentos, ou seja, também está incluída no bojo das mudanças, reformas, metamorfoses ou no contexto da luta de classes e, portanto, produz a sua parcela de ação, constituindo seus próprios grupos e expondo, por isso, seus diversos interesses.

Essa breve leitura sobre a realidade social nos permite pensar na necessidade e na possibilidade de responder às questões sobre o papel da educação física e dos trabalhadores deste campo.

Diante de nossas inquietações, compreendemos que a formação humana pode assumir diversas características, endossadas pelas diversas tendências pedagógicas, sejam estas hegemônicas ou não, cabe indagar como se desenvolve o processo que estabelece as bases do trabalho da educação física nas escolas e nos ambientes não-escolares, quando promovido pelo Estado burguês que, na sua essência tem por objetivo promover a expansão e a ingerência do capital privado.

#### **CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO E A METODOLOGIA EMPREGADA**

O objeto deste estudo define-se: *projetos para a educação física* que se desenvolvem e se consolidam no presente período de acumulação flexível e reestruturação produtiva, através de ações/mediações do poder público na sua constante parceria com o setor privado.

Para tanto, acreditamos ser necessário manter sintonia com estas ações que se consolidam, justamente para averiguar a tendência particular para a educação física em uma determinada região.

Mais concretamente, nosso objeto se fecha na análise da singularidade de propostas para o seguinte conjunto de políticas públicas: por um lado, a implementação curricular e, por outro, os projetos sociais de esporte e lazer fornecidos à população e

que necessitam do trabalho do professor de educação física. Ou seja, serão investigadas ações específicas de duas secretarias: de **educação** e de **esportes e lazer**. Outros projetos são citados, decorrentes de outra secretaria (SMDS – Desenvolvimento Social), devido à importância destes para a formação do conhecimento relativo à educação física. Tais projetos também necessitam, além de outros, da educação física.

O recorte empírico que qualquer pesquisador tem que fazer deve corresponder tanto ao que lhe é mais familiar, no que diz respeito à sua fundamentação teórica, assim como sua metodologia deve estar de acordo com o que é exigido pelo referencial teórico e metodológico escolhido.

O município selecionado para a realização da pesquisa foi Itaboraí. Tal escolha foi feita por percebermos que este local é alvo de um grande empreendimento do capital, que, seja pelas suas características geográficas e naturais, ou por características político-sociais e econômicas ali produzidas, vem se mostrando como um espaço que agrega elementos indispensáveis à implementação da atual forma de produção flexível do capital.

Destacamos aqui que o leste fluminense, no qual se inclui o município supracitado, é alvo de um poderoso projeto da Petrobras, que prevê a construção de um pólo petroquímico<sup>4</sup>. Em virtude disso, acreditamos que estão se iniciando importantes e sensíveis mudanças nos setores estruturais que compõem a sociedade do local e da região, afim de que haja um processo intermitente de adaptação, em maior ou menor

---

<sup>4</sup> O Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), já está em construção desde 31 de março de 2008, quando se deu início às obras de terraplanagem. Situa-se no município de Itaboraí, no bairro Sambaetiba, a 20km do centro da cidade.

intensidade, mas sempre em prol da conformação mais pacífica, permitindo a continuidade do processo de reestruturação produtiva.

Anderson (1995) sustenta que as recentes mudanças do capital, ou o processo de neoliberalização, o fez ideologicamente grande e capaz de garantir consensos sem precedentes, apesar do fracassado econômico e de ter alcançado êxito negativo perante a sociedade. Em nosso caso, nos dispomos a acompanhar um pouco mais de perto esses acontecimentos, principalmente no plano educacional, para em seguida poder observar e compreender as possíveis mudanças reservadas para a educação física dentro e fora da escola.

De maneira geral, compreendemos que as mudanças da educação acompanharão a essência das propostas que germinaram ainda na década de 1990, desde o Consenso de Washington (1989) e, de maneira específica, da Conferência Mundial sobre *Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Enfim, pretendemos analisar como a educação física é abordada nesse processo de mudanças educacionais, do ponto de vista que consideramos tático. Como são caracterizadas as suas esperadas mudanças. Ou seja, *o que se espera da educação física?*

Justificada a existência destas questões-problemas e a necessidade de interpretá-las sob um olhar materialista histórico e dialético, nos cabe contextualizar sobre a questão da educação física no Brasil, no intuito de melhor observar sua dinâmica ao longo do seu desenvolvimento na sociedade capitalista, especificando os dias atuais. Contudo, fizemos isso somente no final do capítulo 2.

## **SOBRE A EMPÍRIA**

O material empírico investigado é constituído, por um lado, pelos projetos sociais oferecidos através da secretaria municipal de educação (SEME), bem como o seu projeto para a educação, presente no documento “Projeto Político-Pedagógico – Educação: prioridade para a transformação social”. Por outro lado, são analisados os projetos sociais de esportes e lazer oferecidos pela secretaria de esportes e lazer (SEMEL).

Destacamos a priori que parte dos projetos é financiada e mantida pela própria Prefeitura. A outra parte é financiada e mantida pelo Governo Federal, em parceria com o setor privado (no caso, a Petrobras) e conveniado somente ainda com a SEMEL. Para um futuro próximo, são esperados pelos gestores outras propostas de patrocínios e apoio, novos projetos e, com isso, ampliação da tendência atual de uma “educação física inclusiva”, que coopere na formação dos trabalhadores para o novo contexto que ora se instala no município e região.

Para tanto, realizamos algumas entrevistas com os principais responsáveis pela elaboração e aplicação de tais projetos: O coordenador da área da educação física da SEME e o diretor de projetos da SEMEL. Pela SMDS, foram entrevistados os coordenadores dos dois projetos oferecidos.

Vale destacar que as atividades destas secretarias são dotadas de princípios, diretrizes, objetivos e idéias que estão sendo postas em prática. Isso justifica o nosso interesse na verificação de medidas que estão sendo pensadas politicamente e promovidas anualmente valendo-se do trabalho da educação física.

## NOTAS SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE

Em uma das cartas escritas por Engels, em 1890<sup>5</sup>, existe algo que possibilita um entendimento de como se escolhe e utiliza um/o método. Primeiramente, nossa compreensão de escolha está muito mais enraizada no tipo de consciência formada pela vida e pelo aspecto sociocultural, assim como também está muito mais enraizada no tipo de personalidade de um indivíduo integrado a qualquer classe social. Portanto, compreendemos que escolhemos o método quando ele nos escolhe e, importante, vice-versa. Para nós, não tem para onde “fugir”, mas sim, a possibilidade de fazer ou não.

Retomando em Engels, a utilização do método pode ser entendida no exemplo tirado da carta citada. Baseado nas poucas observações quanto a maneira deste de ver a relação entre produção e comércio de mercadorias, e de ambos com o comércio e o dinheiro, o autor perpassa pela perspectiva da divisão do trabalho para facilitar a compreensão da necessidade e surgimento do Estado. Comentando sobre a preponderância do movimento econômico e de sua relativa autonomia perante o elemento político, o autor assim elabora sua linha de raciocínio:

A coisa é mais inteligível da perspectiva da divisão do trabalho. A sociedade cria certas funções coletivas de que ela não pode prescindir. As pessoas nomeadas para elas constituem um novo ramo da divisão do trabalho *dentro da sociedade*. Com isso, elas passam a ter interesses diferenciados em relação a quem lhes outorgou esses mandatos, criam autonomia e... eis o Estado. E daí em diante ocorre algo parecido com o que ocorre com o comércio de mercadorias e, mais tarde, com o comércio de dinheiro: a nova força independente tem de, globalmente, seguir o andamento da produção, mas, em virtude da relativa independência gradualmente desenvolvida, também reage, por sua vez, sobre as

---

<sup>5</sup> Após a morte de Marx, Engels revela-se enquanto um árduo defensor do materialismo histórico, só que agora, em níveis de profunda explicação a indagações de outros. É daí que surgem grandes textos que consolidam uma explicação mais concreta sobre o método. Esta carta, propriamente, foi enviada a Conrad Schmidt. Seu tom é sobre a concepção materialista da história (FERNANDES, 1983).

condições e o andamento da produção. É a interação de duas forças desiguais: de um lado, o movimento econômico; de outro, o novo poder político, que aspira à maior autonomia possível e que, uma vez constituído, também é dotado de um movimento próprio (ENGELS, 1890; p. 460).

Complementa ainda, com uma explicação bastante pessoal e de caráter conclusivo, no entanto, muito bem fundamentada. Para o autor,

De um modo geral, o movimento econômico sempre acaba se impondo, mas ele também tem de suportar a reação do movimento político por ele criado e que goza de uma autonomia relativa: por um lado, em relação ao movimento do poder estatal e, por outro, em relação à oposição criada simultaneamente. Assim como [...] se espelha no mercado monetário, de modo geral, a movimentação do mercado industrial (e, naturalmente, erroneamente *às avessas*), assim se espelha, na luta entre governo e oposição, a luta entre as classes preexistentes e já em combate, mas também erroneamente às avessas [verkehrt] não mais de modo direto, senão indireto, não como luta de classes, mas como luta em torno de princípios políticos e de modo tão retorcido [verkehrt] que foram necessários milênios para que novamente decifrásemos (id. *ibid.*; p. 460).

Não há como não entender o que os autores pretendiam: Compreender as bases do sistema capitalista, atravessando a história de suas origens, para enfim, dominá-lo, criticá-lo e superá-lo, sempre imediatamente, fornecendo novas bases – socialistas – para tal feito. Encontra-se aí, a necessidade de uma educação diferenciada, sob essas novas bases, mais autônoma para a classe trabalhadora.

A explicação que devemos realizar com relação ao método utilizado nesta pesquisa é a de que entendemos que este busca a compreensão da totalidade do movimento e a medida exata do real. O movimento, assim como o conhecimento e a história, é compreendido aqui enquanto construção histórica, “... dinâmico e processual” (KONDER, 2004, p. 187).

Sobre o método, Fernandes comenta que seus autores viveram os seus papéis como “fundadores de um modo muito difícil, altruísta e arriscado” e que por isso

contavam com pouco tempo e estímulo para se dedicarem à reflexão sobre o materialismo histórico-dialético e o objeto das ciências sociais. Mesmo assim, escreveram a respeito e

[...] fizeram-no movidos pela necessidade teórica extrema (sob forma polêmica; com o intento de dar fundamento lógico à sua concepção da história; ou, ainda, para satisfazer a curiosidade de certos companheiros). Como o resto de sua obra, são escritos que nascem do *combate cotidiano* e não são “ocasionais” ou “marginais”, como muitos pretendem (id. *ibid.*, p. 12)

Conforme Fernandes, Marx e Engels insistiam no caráter concreto dos fatos básicos da produção e reprodução das formas materiais de existência social, enquanto a economia política dissociava a economia de seu contexto social e político. Por isso mesmo, o modo de produção capitalista era concebido por eles enquanto uma categoria histórica. Assim, “opunham-se tanto à redução abstrata das relações econômicas a um *tipo ideal*, como também, negavam a pulverização dos eventos e processos históricos entre várias “ciências históricas” especiais” (id. *ibid.*, p. 25).

Interessante notar que os autores, em sua época, recusaram validade à introdução dos filósofos nas áreas da ciência (da natureza e da história) e restringiram seu campo à lógica e à crítica dos princípios da explicação científica. Mesmo depois destes acontecimentos, não abandonaram o recurso à filosofia. Nunca julgaram necessário também, que a “partilha do objeto” se transferisse da ciência da natureza para a ciência do homem: “economia, sociedade, superestruturas políticas e ideológicas, ainda que decompostas em fatores determinantes ou em efeitos essenciais, deviam ser compreendidas em sua relação recíproca” (id. *ibid.*, p.13).

Fernandes ainda cita uma série de elementos sobre os autores, que consideramos extremamente importantes para uma melhor compreensão do método e da ciência. Vejamos, então, o que eles pensavam e escreviam no plano da representação, da reconstrução empírica e da explicação causal, tratando já sobre pesquisa, mais especificamente.

[...] partiam diretamente do *concreto*, isto é, da “unidade do diverso” e defendiam com coerência lógica uma visão materialista e dialética do real, intrinsecamente totalizadora e histórica. É possível separar, no estudo de suas contribuições empíricas e teóricas, a história da economia, da sociologia, da psicologia ou da política. Contudo, tal separação corre por conta dos analistas, empenhados na avaliação de sua importância para o desenvolvimento ulterior desta ou daquela disciplina. O mesmo sucede com a relação entre teoria e prática. O critério de verificação da verdade, na pesquisa histórica, estaria na ação. Um conhecimento teórico infundado ou incompleto não permitiria introduzir mudanças revolucionárias na sociedade. Sem a dimensão histórica do papel político do proletário na luta de classes, a ciência da história nem seria possível – não teria razão de ser e de existir – e tampouco teria como comprovar a verdade e a validade de sua teoria (em sentido figurado, careceria de seu laboratório e dos meios para as experiências cruciais) - (p. 13).

Numa pequena síntese, pode ser dito que ambos inauguraram um tipo de pesquisa histórica e revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo.

Marx, no posfácio à segunda edição de *O Capital*, afirma que é necessário distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. Explicita que

A pesquisa deve dominar a matéria até o detalhe; analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima que existe entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que o movimento real pode ser adequadamente exposto. Quando se consegue isto e a vida da matéria se reflete no plano ideal, seu resultado pode até parecer alguma construção *a priori* (MARX, 1975).

O que Marx e Engels pretenderam, foi eliminar o arraigamento estático da história, que exclui o sujeito-investigador do circuito histórico e converte o passado em um santuário de arquivos e documentos. É importante, então, ter focalizado: a história – ou o presente – em processo (FERNANDES, *ibid.*, p. 14).

Para Marx, portanto, um dos desafios é – pelo método dialético – descobrir como se produz concretamente um dado fenômeno social, em suas múltiplas determinações; ou quais as forças reais e históricas (as “leis”) que o determinam. Mais importante ainda, são as leis que determinam seu desenvolvimento e sua modificação e explicitam, por isso, o caráter não contemplativo – ou o caráter de *práxis* – do seu método, na medida em que, para além da reflexão teórica sobre a realidade (da compreensão da realidade), Marx se preocupava fundamentalmente em transformá-la.

## **O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO**

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo (...). Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas (MARX, 1983, p. 218).

Segundo Teixeira (2006), o materialismo dialético tem como pressuposto básico que a natureza, a história e o espírito se desencadeiam num constante processo de movimento, mudança e transformação, mesmo quando em determinados momentos as coisas tenham uma aparência externa que pareça estática. Por isso, nessa filosofia a verdade científica nunca é entendida como uma espécie de coleção de teses fixas que, uma vez descobertas, basta armazenar por algum meio.

A verdade consiste no próprio processo do conhecimento, que se dá através de um desenvolvimento histórico, que vai do inferior ao superior, mas sem alcançar, contudo, um nível absoluto sobre o qual não se possa continuar avançando (TEIXEIRA, 2006).

Existem categorias com as quais esta filosofia opera. Estas traduzem momentos específicos no processo de desenvolvimento, tais como as relações de reciprocidade entre forma e conteúdo, essência e fenômeno, possibilidade e realidade, causa e efeito, casualidade e necessidade, singular e universal, lógico e histórico, concreto e abstrato etc.

Conforme Teixeira (ibid.), as categorias existem independentemente da consciência, por um lado, mas são, por outro lado, um produto de uma forma específica de organização da matéria – o cérebro – que, em sua atividade, capta a multiplicidade de fenômenos que são dados à percepção. Portanto, o materialismo dialético tem como pressuposto que as leis da matéria são as mesmas leis do pensamento. Então, pelo fato de haver essa unidade entre pensamento e matéria, as categorias da dialética materialista são objetivas e lógicas, o que significa, ao mesmo tempo, que elas representam também uma teoria do conhecimento.

A compreensão das relações entre as categorias do *lógico* e do *histórico* é fundamental para o método em questão. O histórico diz respeito ao processo de mudanças do objeto, desde seu surgimento até seu estado mais desenvolvido. O lógico é o processo através do qual o pensamento realiza a tarefa de desvelar o processo de desenvolvimento do objeto. Assim, o histórico atua como objeto para o pensamento que, por sua vez, reflete em forma teórica, reproduzindo a sua essência e a história de seu desenvolvimento de forma abstrata. Neste sentido, portanto, o histórico é anterior ao lógico (id. ibid.)

Vale ressaltar que uma das principais leis da lógica do movimento do pensamento é a ascensão do simples ao complexo, do inferior ao superior. Todavia, o pensamento enquanto tal não pode reproduzir literalmente nem uma coisa material nem um processo histórico. Mas, enquanto forma do pensamento e, por conseguinte, reflexo do processo histórico, a lógica pode interpretá-lo.

Marx, na *Introdução à crítica da economia política*, ao descrever seu método, estabelece as relações entre as categorias do lógico e do histórico e do abstrato e do concreto. Esse filósofo defende que a compreensão da essência do objeto exige que a análise não se dirija primeiramente ao todo, porque o que o pensamento reproduz imediatamente é apenas uma “representação caótica do todo”. Ao contrário, para se chegar à essência, é preciso seguir uma via ascendente, do inferior ao superior, do simples ao complexo. Após realizar esse processo, Marx argumenta que é preciso fazer o caminho de volta porque somente desse modo é que uma dada representação caótica de um todo se converte numa rica totalidade de determinações e relações diversas.

Somente procedendo desse modo é que a história do objeto se manifesta viva e vigorosa no pensamento; que se atinge a essência do objeto pela reconstrução que o pensamento opera; que se ascende de uma representação caótica a uma rica totalidade multideterminada. E assim, apesar do fato de que as representações sejam abstratas, o pensamento passa a ser concreto porque esse processo implica em conhecimento mais profundo e substancial dos fenômenos da realidade.

Mais profundamente, é possível constatar que o acesso ao concreto se dá pela mediação da análise, do abstrato. Isto é, para se chegar ao concreto é preciso valer-se dos múltiplos aspectos que explicam a realidade, caminho esse que só o pensamento

pode fazer. O processo de construção do pensamento parte do empírico (real concreto), passa pela análise (abstrato) e só então chega ao concreto. O concreto (no pensamento) deve ser aí entendido não exatamente como algo tangível, um objeto, por exemplo, mas como um conhecimento mais profundo e substancial dos fenômenos da realidade. Por isso, no método do materialismo dialético o concreto no pensamento é uma síntese das suas múltiplas determinações (id. *ibid.*).

Antes de concluir esta parte, cito dois trechos que parecem resumir a complexa missão de abranger o método destes autores. Um que diz respeito ao princípio de tudo do método em si e outro que aborda o método em tempos atuais, alertando que esse somente estará superado quando o capitalismo for igualmente superado.

No primeiro trecho, Olival Freire Jr.<sup>6</sup>, demonstra bem o que era a destreza de Marx e Engels. Esta qualidade de ambos possibilitou fundar a concepção do método pode ser observada. O autor exemplifica melhor no que se concordava e no que se discordava dos elementos centrais implícitos em Hegel.

O projeto de Engels – fundar a dialética na natureza – é um projeto que tem coerência lógica em termos de unidade e economia do pensamento. A dialética Hegeliana era consistente porque se tratava de uma dialética do pensamento, dos conceitos, sendo a realidade material (que, para os materialistas, tem existência independente dos conceitos) para Hegel – expressão do idealismo clássico alemão – uma realização do espírito; logo, das idéias. Para se compreender melhor a consistência da formulação de Hegel, é bom lembrar que esse se voltou contra a pretensão universalizante da mecânica newtoniana, por perceber conflitos entre dialética e certas visões subjacentes àquela disciplina científica. É bem verdade que fez isso sem muito êxito. Quando Marx busca preservar o núcleo racional da dialética hegeliana, mas considerando que “o ideal não é senão material transposto e traduzido no cérebro humano” (Marx, *O Capital* posfácio da segunda edição), fica colocado o problema de evidenciar o núcleo racional hegeliano no material, e não mais no ideal. Marx e Engels resolveram esse problema com êxito, se considerarmos o material como história, em especial a história das sociedades (sic) humanas. Resolver esse mesmo problema considerando a natureza e sociedade era algo inscrito na lógica teórica do programa de Marx e Engels. Foi também, e nunca será demais frisar, uma tarefa que Marx não chegou a enfrentar, e que Engels deixou inacabada. É também tarefa não isenta de problemas, inclusive teóricos.

---

<sup>6</sup> Doutor em História pela USP e Professor do Instituto de Física da UFBA.

No segundo trecho, sobre a realização do marxismo na atualidade de cada tempo, Mészáros (2004) afirma que suas transformações – e “crises” – são inseparáveis do desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora.

O marxismo não é uma filosofia de gabinete que pode ser praticada independentemente das condições predominantes no movimento socialista internacional. Ao contrário, é uma visão de mundo que, desde o início, rejeitou conscientemente a idéia de uma mera *interpretação* do mundo e se comprometeu com a luta árdua para *modificá-lo*: tarefa cuja realização é inconcebível sem a implementação de estratégias políticas adequadas. Portanto, o estado real dos instrumentos estratégicos necessários ao movimento da classe trabalhadora não pode ser uma questão indiferente para a teoria marxiana (p.110).

Nota-se que o autor faz uma referência à última tese contra Feuerbach<sup>7</sup>: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*” (MARX, 1845). Ambos deixam claro que somente a *práxis* transformadora é que poderá modificar os grandes problemas encontrados nas sociedades. E assim tentamos fazer nas páginas que seguem daqui.

## **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO**

Essa dissertação está dividida em três capítulos, precedidos desta introdução geral, mais a conclusão, situada nas páginas finais do texto. Apesar de cada capítulo ser iniciado com uma explicação mais precisa sobre o mesmo, cabe aqui tecer alguns comentários sobre a organização geral de todo o trabalho.

O **primeiro capítulo** se encontra dividido em três partes. Procuramos conceituar o capitalismo através da categoria *totalidade*. Ao tentarmos buscar uma

---

<sup>7</sup> “Teses sobre Feuerbach” - Manuscrito elaborado por Marx na primavera de 1845, que expõe pela primeira vez uma concepção radicalmente nova do universo: a teoria da *práxis* revolucionária.

compreensão mais ampla do que significa o capital e o sistema capitalista, realizamos primeiro uma breve contextualização histórica, para em seguida tratar dos seus elementos estruturantes mais imediatos: a mercadoria e o dinheiro. Observamos que a criação da mais-valia representa um marco determinante que diferencia este sistema de todos os outros já criados.

Compreendemos que não poderíamos concluir este capítulo sem abordar as questões da reificação, do fetichismo e da alienação. Além de buscar compreender que a acumulação de riquezas é diretamente gerada pela apropriação da mais-valia dos trabalhadores, procuramos destacar que estes três elementos ilustram bem a necessidade de se manter a dialética como um instrumento teórico imprescindível diante do processo de entendimento de toda a relação social de produção capitalista.

Reificação, fetichismo e alienação dão forma e garantem a reprodução e ampliação do capitalismo. Ao mesmo tempo, estes elementos se estruturam com tais características somente no terreno das relações de produção entre os homens, no capitalismo.

Com a questão da ideologia não poderia ser diferente. Contudo, destacamos ao final do capítulo 1, por se tratar de um tema ainda misterioso e enigmático, no entanto, com características reais e concretas, que auxiliam na identificação, compreensão e explicação do todo, das mudanças ou metamorfoses sofridas pelo mundo do trabalho.

No **segundo capítulo** tratamos da questão do Estado capitalista. Compreendemos este como sendo um “mediador das relações capitalistas”, demarcando seu protagonismo em todo o *tempo do capital*, inclusive no que diz respeito à

(re)modelagem do capitalismo na contemporaneidade, após a crise cíclica de superprodução sucedida no início dos anos de 1970.

Também em três partes, tentamos desenvolver uma linha de raciocínio que aproximasse tudo que é referente ao Estado da formação ou a educação do trabalhador produtivo em tempos recentes.

Para tanto, iniciamos destacando as teorias mais comuns sobre o Estado moderno, ilustrando que somente em Marx houve uma cisão quanto a sua conceituação. Assim, demonstramos a crítica de alguns conhecidos autores que se fundamentaram em Marx, aprofundando e explorando ainda mais este tema.

Com isso, ao realizarmos uma contextualização, destacamos que do liberalismo clássico ao neoliberalismo (e ao neoliberalismo de Terceira Via) – e, também, da rigidez do fordismo à flexibilidade do toyotismo – é possível encontrar os elementos que conduzem a anunciação ampliada do tipo de *cidadão-consumidor*.

Reaberto o debate educacional, em meio à reestruturação produtiva, observamos que os trabalhadores passaram a ser formados através da idéia de uma “nova pedagogia da hegemonia”, também no Brasil.

Para esta “pedagogia da hegemonia”, renovadas competências devem ser inculcadas naqueles que almejam um espaço no mercado de trabalho, mas que às vezes podem se encontrar fora deste. O lema “aprender a aprender”, desenvolvido na última parte deste capítulo, tornou-se um elemento fundamental para a compreensão de toda a difusão ideológica no que diz respeito à questão da cidadania, da inclusão social, da distribuição de riquezas, da democratização do acesso, dentre outros termos.

Enfim, chegamos ao capítulo três. Neste, apresentamos os resultados da nossa pesquisa. Fizemos inicialmente uma contextualização mais densa sobre o nosso

campo empírico. Caracterizamos o grande empreendimento que é o Comperj, assim como as primeiras transformações diretas exigidas e causadas por este na região do leste fluminense – onde mantém sua área de influência –, e no próprio município de Itaboraí, onde está sendo instalada a sua sede. Mantivemos o foco aí, principalmente no que diz respeito à questão educacional do município. Especificamente, tratamos da participação da educação física nesse projeto.

Nossa pesquisa revela que o discurso hegemônico construído para a educação física em território nacional, apesar de já existir formalmente desde a segunda metade dos anos de 1990 – marcada, principalmente, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – alcança uma potencialidade material e processual nos marcos regulatórios da reestruturação produtiva, quando esta acontece de maneira mais dinâmica.

Assim, concluímos que é marcante a tendência de que a educação física passa a adquirir mais intensamente a sua forma neoliberal, garantindo maior importância e reconhecimento na sociedade burguesa, quando as relações sociais de produção assim demandam e, portanto, oferece meios para a dinamização desse processo.

## **CAPÍTULO I – O capital e o capitalismo: história, historicização, dialética**

### **Introdução**

Este capítulo desenvolve um estudo mais aprofundado acerca da temática do capitalismo e da sociedade capitalista, tentando sempre manter as devidas relações no que tange ao desenrolar dos processos educativos para a sociedade. Diante do surgimento e ampliação do modo de produção que viabiliza o mundo moderno, cabe estabelecer uma compreensão do desenvolvimento e da história deste, assim como dos elementos que o estruturam cotidianamente, na tentativa de apreender e interpretar as modificações no contexto social e de fazer um *détur*, conforme nos ensina Karel Kosík (1995), coisas que devem ser consideradas tão necessárias para aproximar o homem dele mesmo, em busca de sua emancipação, afastando-se assim, do idealismo.

Kosík (1995) revela que a *totalidade*, junto às categorias *contradição*, *reprodução*, *transformação* e *práxis*, é uma categoria estruturante fundamental do método materialista histórico e dialético. Para o autor, a totalidade significa a “... realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 44). Para o autor, acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade.

Com o intuito de responder adequadamente a questão que move esta dissertação<sup>8</sup>, penso ser coerente ter como pressuposto a compreensão do que é a totalidade onde a “coisa” ou o objeto está inserido, bem no sentido acima exposto, justamente para perceber as relações e os interesses diversos que se dispõem, convergem e divergem na realidade social. Se a educação e a educação física emergem e se movimentam no terreno fértil das relações capitalistas e se as mesmas tomam formas diferenciadas correspondentes em maior ou menor escala às condições e demandas dos tempos históricos do capitalismo – visando uma composição mais harmônica da sociabilidade pretendida –, pensamos que uma mínima compreensão do solo das relações desse modo de produção torna-se fundamental.

Este capítulo se encontra dividido em três itens que juntos tentam esboçar tanto uma maneira didática para uma melhor compreensão do leitor, como para manter relação com a proposta de trabalho. O primeiro item trata da questão particular da expressão “capital” e de sua derivação “capitalismo”. É importante compreender sua origem e toda forma básica de sustentação desse sistema. A maneira como se

---

<sup>8</sup> *Qual o papel está sendo preparado para a educação física em tempos de reestruturação produtiva?*

desenvolve, criando ou modernizando a luta entre parcelas distintas da sociedade – a evidente e atual “luta de classes” –, estrutura também toda a forma de atuação política, sempre relacionada às raízes iluministas. Seguindo os conselhos de Fontes (1997, p. 355), para pensar o método científico, precisamos ir além dos significados imediatos, ligados ao senso comum, e verificar todas as possibilidades que a palavra – e a coisa – nos oferece.

À luz dos conceitos ou categorias marxianas denominadas de alienação, fetichismo e/ou reificação, o item seguinte aborda questões mais gerais relacionadas à dominação que as forças produtivas do capital imprimem sobre toda a sociedade.

Complementando, o terceiro item destaca a questão da ideologia. Este item revela sua importância quando permite a compreensão de que a ideologia pressupõe o conhecimento. Como afirma Konder (2002 p. 259-60), onde há conhecimento, há ideologia. Ou seja, todo o conhecimento é fruto das relações sociais entre os homens produtivos, quer queira, quer não. Onde há ação humana, há uma ação ideológica. Com isso, penso estar fazendo uma importante mediação com o capítulo 2, dentro do qual será tratada a questão do Estado moderno. Parto, neste segundo capítulo, da constatação já ilustrada pela literatura utilizada, de que este se metamorfoseia diante das necessidades do capitalismo em superar suas crises, ou melhor, e mais genericamente, da maneira como ocorrem as condições objetivas terrenas, segundo as relações e o modo de produção vigente, esteja este em processo de continuidade ou descontinuidade.

## **1.1. O capital e o capitalismo: comentários sobre o moderno modo de produção social**

Na literatura corrente, correspondente aos estudos da sociedade em geral, o modo de produção capitalista é tido enquanto o moderno modo de produção social. Sem pretender destacar todos os elementos constitutivos e os desmembramentos políticos, econômicos e culturais, vale ressaltar também, apenas algumas questões e elementos mais gerais, que são compreendidos enquanto determinantes para a compreensão do todo, segundo o pensamento materialista histórico e dialético.

O capitalismo foi introduzido e fixado no mundo enquanto um sistema social pela nova classe social que amadureceu e se estruturou – a burguesia. Esta trouxe consigo outra classe, notadamente subordinada e, assim, com interesses fundamentalmente antagônicos – o proletariado. Uma vez configurada a divisão da sociedade em classes, eis que surgem as divergências, os antagonismos e a luta entre estas. Esta relação de opressão de uma parcela da sociedade sobre outra não é nova, mas apenas acompanhou o processo de modernização das relações sociais de produção. Conforme Marx e Engels (2005), “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes” (p. 10).

O capitalismo é fruto da intensificação das relações mercantis iniciadas ainda no século XIII. Num primeiro momento, as relações mercantis eram das mais simples, para as quais a produção de mercadorias ainda se dava com o trabalho do mercador e estas eram trocadas por outras mercadorias para outras utilidades. Somente com o surgimento do dinheiro e da exploração do trabalhador assalariado, germinam as

relações mercantis capitalistas. Segundo Netto e Braz (2007), por se fundar sobre o trabalho assalariado, a produção mercantil capitalista se diferencia da produção mercantil simples.

Com a ampliação e complexificação desse processo e na medida em que a nova classe burguesa constrói sua hegemonia político-cultural e obtém cada vez mais condições para enfrentar diretamente aspectos fundamentais do feudalismo, a crise e o colapso deste antigo regime torna-se inevitável, culminando em revoluções sociais, de cunho burguês, simbolizadas por grandes confrontos, como em 1688-89 na Inglaterra e em 1789 na França. Esta última representa o marco da tomada do poder político pela burguesia contra o feudalismo.

As modernas instalações fabris e a introdução da maquinaria, assim como os novos métodos de trabalho – todos em processo que mantêm sua gênese entre os séculos XV e principalmente XVI, à época do capitalismo comercial –, além de garantir juridicamente a propriedade privada, agregaram os trabalhadores em ambientes específicos, suprimindo a demanda pela divisão de tarefas na produção. Neste momento, em que o processo de trabalho intensificou-se e os objetos passaram a ser produzidos em várias etapas, toma forma a noção de excedente.

Contanto que nesses moldes é recriada ou resignificada a divisão social do trabalho, amplifica-se a geração e a acumulação de riquezas. O excedente é apropriado pelo capitalista e advém do tempo de trabalho não-pago ao trabalhador. O capitalista passa a gozar dos benefícios gerados por esta acumulação, assim como passa a correr seus riscos (impostos pelo fato de “ser capitalista” – submetido às flutuações,

incertezas, quebras financeiras, desequilíbrio entre as suas variáveis, descumprimento de contratos etc.), simplesmente por ser o proprietário dos meios e instrumentos da produção.

Marx denomina todo esse processo de criação e apropriação do excedente de exploração e apropriação da mais-valia. Assim, a mais-valia é a forma típica do excedente do modo de produção capitalista (Gorender, 1996). Nenhum outro sistema econômico assumiu tal característica de maneira que permitisse a geração ampliada de capitais.

Enfim, de maneira bem geral, capitalismo é acumulação de capital. Afirma Dowbor (1982, p. 09) que o conceito mais comum neste campo é o de “riqueza” e que o objetivo explícito de quem maneja capitais num sistema capitalista é tornar-se rico. Portanto, o lucro é objetivado a todo custo por quem detém esse poder de lucrar e acumular, de investir e de controlar esse investimento, e isso é fluente e bastante naturalizado no meio social e estranhamente aceito pela sociedade, mesmo quando sabemos que a maior contradição desse modo de produção esteja tão exposta aos olhos de todos, qual seja, a produção socializada e a apropriação privada dessa produção<sup>9</sup>.

Para a Economia Política Clássica, (objeto principal da crítica de Marx), salvo todos os problemas gerados pela gestão do mercado (e a histórica intervenção estatal para a superação ou minimização destes), essa perspectiva de investimento que visa lucro é o que há de mais saudável para a geração e acumulação de riquezas. Além disso, para os pensadores e economistas clássicos, defensores de uma perspectiva

---

<sup>9</sup> O próximo item expressa uma tentativa de compreender melhor como isso se dá, quando são abordadas as questões referentes ao fetichismo, alienação e reificação em uma sociedade de produtores e consumidores de mercadorias.

histórica de tipo linear, a relação de comportamento humano baseado na relação custo/benefício permite a criação de trabalho (neste caso, assalariado), o que faz enfim, empregar os trabalhadores na esfera produtiva, em todas as instâncias existentes, abrindo, portanto, oportunidade a todos – apesar de jamais pretender que todos trabalhem assalariadamente ao mesmo tempo<sup>10</sup>.

Mesmo diante da visível impossibilidade do tratamento do Estado (Estado moderno) para toda a questão social, no plano do senso comum ou da superficialidade como é majoritariamente tratada e pensada a sociedade, são comuns as afirmações de que é função do Estado, garantir educação, saúde, segurança etc. para toda a população – e isto se encontra nas Constituições Federais, Estaduais e Municipais da maioria dos países que aderiram ao capitalismo e à forma republicana de moldura tripartite do tipo inicialmente sistematizado por Montesquieu.

O Estado, em novo formato dentro do sistema capitalista, surge para suprir as necessidades do capitalismo, permitindo seu alavancamento e para minimizar os problemas da sociedade moderna. O Estado coroa, portanto, a forma de dominação burguesa<sup>11</sup>. É, portanto, conforme Marx, um Estado de classes. Apesar de o capitalismo

---

<sup>10</sup> Sem desemprego, sem exército industrial de reserva ou reserva de mercado (trabalhadores excedentes), uma vez comprometido o rodízio entre os trabalhadores no mercado, provoca-se o que se chama de colapso entre oferta e demanda. Isso resulta em dificuldade ou impossibilita a extração de mais-valia, deixando no ar uma clara noção de descontrole e de uma fundamental e estampada contradição em relação à dominância burguesa. Em suma, pode-se afirmar que capitalismo é precarização, é criação e remodelação do conceito de pobreza.

<sup>11</sup> No capítulo dois está presente uma análise e interpretação sobre a questão do Estado moderno. Buscou-se demonstrar seu sentido e significado, tomando como base alguns autores, passando pelas mudanças na sua forma de atuação e apresentação quando induzidas pelas crises cíclicas inerentes ao capitalismo, até sua última configuração, mais atual, tendencialmente voltada para cumprir historicamente com o capitalismo de fato (de mercado), passando pelo que ficou conhecido como neoliberalismo. Mesmo que ainda hoje se encontrem profundas e significativas ações ou intervenções do Estado, à mercê da lógica puramente capitalista, a tendência é a de que o mercado se sobreponha e alcance um nível de poder e de controle social cada vez maior, em níveis imperialistas, tal qual estamos presenciando. Apesar de as análises dos autores clássicos citados estarem fundamentadas em diferentes interpretações, somente em

ser um sistema baseado em leis do mercado, é possível identificar que ainda em dias atuais, em franca ascensão do modelo neoliberal, a dependência do Estado ainda é bastante grande, configurando o que Chomsky (2008) denomina de fase de capitalismo de Estado. O que se observa na atualidade é a presença de um Estado correspondente às exigências da flexibilização do modo de produção<sup>12</sup>.

Sem aprofundar ainda nessa questão específica e não menos importante, vale citar que é neste momento de avanço das forças produtivas do capital, para o qual correspondem as atuais reformas gerais (reforma do Estado), globalmente falando; para o qual correspondem também um processo de precarização do trabalho – provendo demissões em massa, terceirizações, retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores, a desindustrialização e a (des)fordização da fábrica<sup>13</sup>, a conseqüente miserabilização da vida, na qual se inclui o aumento do índice de criminalidade, de mortalidade e no aumento de doenças já minimizadas ou até erradicadas –, em que a questão social é tomada como uma questão emergente e em pleno desenvolvimento pelo mundo. É fato que o fenômeno do assistencialismo, da filantropia e do apelo contemporâneo à caridade e solidariedade, todos em um plano aparentemente baseado no senso comum, cresceu de forma abrupta após a crise internacional vivida pelo capitalismo na década de 1970.

Para o caso da educação física duas são as vertentes desta que este trabalho se propõe a responder ou investigar, visto que algumas constatações produziram

---

Marx uma leitura radical e não menos fundamentada é definitivamente estabelecida. Ele ainda propõe mudanças, ou melhor, transformações sociais de cunho socialista e/ou comunista, ao expor as contradições da lógica de funcionamento do capital.

<sup>12</sup> Este tema também está melhor desenvolvido no capítulo dois.

<sup>13</sup> Termo utilizado por Graça Druck (1995).

algumas inquietações. Para além do caráter meramente assistencial, que visa a inclusão social, ou uma formação básica para a cidadania, existem também projetos referentes à questão da formação para a produtividade desejada para atuação direta no mercado de trabalho, preparatória tanto para o trabalho simples como para o trabalho complexo. O capítulo 3 é mais elucidativo sobre essas questões, pois nele se encontram aspectos históricos da educação física no Brasil. De antemão, vale destacar que de maneira geral a educação física foi elemento prioritário, política de Estado, até meados da década de 1980. Sempre foi vista até então como um valioso instrumento para a formação do cidadão-trabalhador (utilizando-se de um expressão gramsciana referente ao período fordista) que as condições capitalistas impunham, mediadas pelas cúpulas selecionadas por membros diretos do Estado, relacionados às questões da educação.

Já no tempo “pós-moderno”, ou “pós-industrial”<sup>14</sup>, referentes à “sociedade do conhecimento”, ou seja, num tempo em que comumente ouve-se dizer que a história acabou ou que findaram-se as ideologias, que daqui por diante há somente uma forma (capitalista) de gerir e coordenar o mundo e que a salvação se dá principalmente por meios tecnológicos etc., a educação física encontra-se, no ambiente escolar, relegada à um segundo plano, ou encontra-se secundarizada, sustentada principalmente através do Esporte, hegemônica por parâmetros políticos e ideológicos do capitalismo contemporâneo, conforme destacou Nozaki (2004). Se antes a educação física formava

---

<sup>14</sup> Termos utilizados aqui somente para tentar dialogar com as perspectivas da área que se associam ao tipo de formação considerada necessária para o período atual de desenvolvimento das forças produtivas e do cotidiano do capital.

o trabalhador necessário para a produtividade direta do capital, cabe-nos perguntar o que hoje forma no homem o professor desta disciplina intra e extraescolar<sup>15</sup>.

Vale destacar que o esporte e o lazer passaram a ser direcionados visando melhorar o rendimento do trabalhador no período de implementação do industrialismo do tipo brasileiro, lembrando aqui da Portaria nº 68 de 06/09/43 associada ao Ministério do Trabalho, que cria o Serviço de Recreação Operária. Atendendo menores e adultos, esta ofereceu três setores básicos de recreação: cultural, escotismo e desportivo. Conforme as palavras de Mestriner (2008), “A orientação dessas modalidades se dirige à nova concepção de vida a ser inculcada no trabalhador e sua família” (p. 92).

Um dos fatores importantes ou primordiais na esfera produtiva capitalista é a questão da concorrência. Esta tem um caráter universal, ou seja, é um elemento ineliminável dentro das relações capitalistas; é um elemento seu constitutivo, visceral. A concorrência é retratada por Marx e Engels em 1845, dentre outros textos, em *A Ideologia Alemã* (2006). Para eles, a concorrência nos moldes burgueses

[...] deu origem a uma luta encarniçada que nos é agora apresentada e enaltecida como uma revolução histórica que teria conseguido prodigiosos resultados e conquistas (p. 06) [...] A duração das forças produtivas adquiridas só é assegurada quando o comércio adquire uma extensão mundial que tem por base a grande indústria e quando todas as nações são arrastadas para a luta da concorrência (p. 67).

Vale à pena destacar ainda uma citação destes autores que, apesar de longa, garante de forma sucinta uma sólida base para a compreensão do que é a concorrência universal, por exemplo, em tempos de transição do feudalismo para o capitalismo e, após, de ampliação da grande indústria. A citação dá luz também à compreensão de

---

<sup>15</sup> O capítulo três é crucial para o alcance desta resposta. É, precisamente, a pesquisa que este trabalho realiza em sua totalidade.

capital, de sistema monetário e da centralização do primeiro que produz e aperfeiçoa o segundo, dentre outras preciosas sínteses, como a necessidade última do capital em se expandir, se inserindo em novos mercados, explorando-os em outros países em outros povos. Os autores desenvolvem assim, uma teoria bastante concreta que já permite a percepção da totalidade.

A concorrência obrigou rapidamente todos os países que pretendiam conservar o seu papel histórico a proteger as suas manufaturas através de novas medidas alfandegárias (pois as antigas já não prestavam qualquer auxílio contra a grande indústria) e a introduzir pouco depois a grande indústria acompanhada de tarifas protetoras. Apesar destas medidas de proteção, a grande indústria tornou a concorrência universal (ela representa a liberdade comercial prática, e as alfândegas protetoras são para ela apenas um paliativo, uma arma defensiva no interior da liberdade do comércio), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno colocou o comércio sob o seu domínio, transformou todo o capital em capital industrial e deu assim origem à circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à rápida centralização dos capitais. Através da concorrência universal, constrangeu todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral etc., e sempre que isso não lhe era possível, transformou-as em flagrantes mentiras. Foi ela que criou verdadeiramente a história mundial na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para satisfação das suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural. Subordinou a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho a sua última aparência de fenômeno natural. Destruiu, na medida do possível, todos os elementos naturais no interior do trabalho e conseguiu dissolver todas as relações naturais para transformá-las em relações monetárias. Em vez de cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que se desenvolveram como se se tratasse de cogumelos. Onde quer que penetrasse destruiu o artesanato e, de uma forma geral, todos os anteriores estágios da indústria. Completou a vitória da cidade sobre o campo. A sua condição primordial é o sistema automático. O seu desenvolvimento criou um conjunto de forças produtivas para as quais a propriedade privada se transformou tanto num obstáculo como a corporação o tinha sido para a manufatura, e assim como a pequena exploração rural o fora igualmente para o artesanato em vias de desenvolvimento. Estas *forças produtivas* que, na propriedade privada, conheciam um desenvolvimento exclusivamente unilateral, acabaram por se transformar, na maioria dos casos, em *forças destrutivas*, ao ponto de grande parte delas não encontrar a mínima possibilidade de utilização sob o seu regime. Criou por todo o lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande burguesia surge com uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade deixa de existir; esta classe desembaraça-se verdadeiramente do mundo antigo e entra simultaneamente em oposição com ele. Não são apenas as relações com o capitalismo que ela torna insuportáveis para o operário, mas também o próprio trabalho (p. 75-77, grifos meus).

A dialética sempre constante em todo o pensamento presente nessa síntese – de caráter histórico, ou historicizador –, permite levar o simples leitor e o pesquisador a

realizarem constatações antes não vistas ou não percebidas. A contradição presente no sistema capitalista traduzida genericamente pelo termo produção-destruição induz a pensar que toda a forma de existência concreta na realidade tende a se diluir quando nos trilhos do sistema, ou a se metamorfosear, constatando o desmanche inevitável de tudo o que um dia foi sólido. No lugar dessa diluição, solidificam-se outras formas concretas, em novas bases, a partir das anteriores.

Para Harvey (1992), a luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo o tipo de novas possibilidades. Essa característica que Marx explicita enquanto sendo “valor em movimento”, é um princípio que demonstra que a circulação do capital é incansável e está eternamente em busca de novas maneiras de auferir lucros. O autor ainda comenta que o efeito da inovação contínua é desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalhos passados. Assim,

*A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital. A inovação exacerba a instabilidade e a insegurança, tornando-se, no final, a principal força que leva o capitalismo a periódicos paroxismos de crise. Não somente a vida da indústria moderna passa a ser uma série de períodos de atividade moderada, prosperidade, excesso de produção, crise e estagnação, “mas a incerteza e a instabilidade a que as máquinas sujeitam o emprego e, em consequência, as condições de existência, dos operadores se tornam normais” (p. 102; entre aspas, Marx apud Harvey).*

Recuperando as questões centrais estruturantes e específicas do capitalismo, vale ressaltar que nesse sistema tudo tende a se tornar mercadoria, inclusive o trabalhador, como já citado. Este fica à mercê das flutuações do mercado, como qualquer outra mercadoria. O mundo moderno, capitalista ou burguês é marcado pela produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. Sem a realização das mercadorias no mercado consumidor, ou uma vez ameaçada esta realização, todo o sistema passa a sofrer influências determinantes, que remetem a novas configurações

em todos os espaços de toda sociedade, ou seja, a sociedade, em suas relações de produção, passa a sofrer o que se chama de reestruturação, sempre nos moldes burgueses, pois esta classe encontra condições objetivas para a manutenção ou reprodução de suas prioridades econômicas e políticas imediatas na vida em sociedade.

A mercadoria é, portanto, a célula germinativa do modo de produção capitalista, conforme explicita Gorender (1985, p. 28). Um dos autores que mais aprofundaram o estudo sobre o capitalismo foi mesmo Karl Marx, no conhecido trabalho em conjunto com seu amigo Engels. Conforme Gorender (idem.), Marx já havia rascunhado todo o arcabouço de teses antes mesmo de escrever ou estruturar os três livros de *O Capital*, sínteses de toda sua obra. Esse arcabouço, ao ser lançado à redação final de posse de completo conjunto teórico, forma um “todo artístico”, conforme palavras do próprio Marx.

Segundo Netto e Braz (2007), fundamentados nas primeiras páginas de “O Capital” de Marx, a mercadoria é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material e espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso. A mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda. Portanto, é ao mesmo tempo, portadora de valor de uso e valor de troca ou “... a mercadoria é uma unidade que sintetiza esses dois valores” (p. 80). Sua produção só pode ser aferida através de condições indispensáveis referentes ao trabalho humano: da divisão social do trabalho articulada com a propriedade privada dos meios de produção.

Em Marx, é possível perceber que a produção em larga escala de mercadorias provoca na atividade terrena uma movimentação extraordinária, bastante complexa e carente de explicações profundas, justamente para que suas contradições sejam tratadas de maneira adequada e sua leitura esteja em uma perspectiva de totalidade. A crise determinada ou esperada, a devastação ambiental, a cultura da alienação, a concorrência universal muitas vezes desleal e a competitividade exacerbada expressa na sociedade como um todo, são os temas que Marx se ocupa em teorizar.

Sabendo da importância de comentar sobre a extensa obra de Marx, consideramos interessante a seguinte citação de Gorender (1985)

[As teses são conhecidas...] desde o capítulo inicial sobre a mercadoria até a teoria da renda da terra, passando pelas teorias da mais-valia, da acumulação do capital, do exército industrial de reserva, da circulação e reprodução do capital social total, da transformação do valor em preço de produção, da queda tendencial da taxa média de lucro, dos ciclos econômicos e da distribuição da mais-valia nas formas particulares de lucro industrial, lucro comercial, juro e renda da terra. Nestes três livros, que formariam uma obra única, seriam abordados os temas não só do capital, mas também do trabalho assalariado e da propriedade territorial, que deixaram de constituir objeto de volumes especiais. O Estado, o comércio internacional, o mercado mundial e as crises – planejados também para livros especiais – ficavam postergados. A nova obra seria intitulada *O Capital* e somente como subtítulo é que compareceria a repetida *Crítica da Economia Política*. Por último, copiosos comentários e dissertações já estavam redigidos para o também projetado livro sobre a história das doutrinas econômicas (idem, p.18).

Como comentada por Marx, esta estrutura notadamente completa sobre a sua obra principal, quase que um tratado sobre o capital, foi construída para a leitura dos trabalhadores, para ser um instrumento teórico e científico de luta contra a exploração do trabalho e a dominação burguesa. Isto porque ao trabalhador resta somente a opção de vender sua força de trabalho para o capitalista, sendo a única coisa que ainda detém. Qualquer outra opção “diferente” pode levar-lhe ao esquecimento e ao isolamento,

ilustrando assim, a impossibilidade de não sofrer as influências desse modo de produção.

Em relação ainda aos trabalhadores, suas idéias, energias, forças, assim como suas relações sociais de trabalho ficam, enfim, subsumidos diante da predominância do controle do capital. Todavia, sua luta passa a ser não tão somente imediata, ou seja, por um trabalho assalariado que garanta sua sobrevivência e de sua família. Enquanto integrante da classe massivamente maior, o trabalhador tem a opção de se unir para se tornar, em um prazo mais alargado, a classe dirigente. Logicamente, diante de milhares de mediações que formam qualquer relação de um todo complexo, essa possibilidade pode vir a determinar os rumos das relações sociais de produção, de acordo com os interesses a serem exaustivamente discutidos e postos em prática pela classe trabalhadora.

Apesar da consistência histórica dessa hipótese, o capitalismo se expande também historicamente e, após a consumação de cada um de seus ciclos econômicos, triunfa sempre velozmente, o que o faz tornar um sistema de controle social político e econômico, difundindo sua ideologia pelo globo terrestre; conquistando, pela mediação da alienação, todos os povos em todos os países; criando nesse ínterim maravilhas modernas, novas tecnologias ou saídas tecnológicas para suas crises, conforme destacam Neto e Braz (idem); e insistindo na modernização das variáveis que compõem a produção de mercadorias, incluindo a formação dos trabalhadores e grandes modificações referentes à regulamentação do trabalho.

As formas concretas que possibilitam e possibilitaram a reprodução ampliada do capital foram bastante debatidas e teorizadas ao longo dos séculos que sucederam o desenvolvimento do capitalismo. Da essência do capitalismo – do desenvolvimento da grande indústria pautada na produção, comercialização, troca, até chegar ao consumidor final – emergem conceitos que merecem amplo destaque. A sedução provocada pela mercadoria (ou na mercadoria, produto primeiro e último da funcionalidade do capitalismo), reificada pela sociedade moderna, para qual o fetiche não tem limites, somada à complementação de uma formação necessariamente alienada promovida pela sociabilidade do capital, compõem a forma ideológica da dominância burguesa. Independente das divergências políticas entre os capitalistas, a finalidade é sempre a mesma, ou seja, a disputa por melhores condições de produção e promoção da mercadoria, visando sempre o aumento dos lucros.

Esses termos – fetichismo, reificação, alienação e ideologia – são tratados nos próximos itens, complementando a parte teórica objetivada para este capítulo um.

## **1.2. A forma social da produtividade do trabalho e o lucro do capitalista**

Conforme Netto e Braz (2007), na base objetiva da atividade econômica está o *trabalho*. “É ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social. Por isso, os economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos” (p. 29). Nesse sentido, para o materialismo-histórico, o trabalho é uma categoria essencial, central, sem a qual não é possível identificar a existência do ser social, muito menos

compreender as relações envolvidas por estes seres. Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Segundo eles,

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações (p. 41).

Para além de um ser orgânico, o homem deve ser compreendido enquanto ser social. Seus interesses, convergentes, divergentes ou antagônicos, só se tornam concretos quando realizados através do trabalho, que por sua vez representa a transformação da natureza. Esta transformação, afirma Marx (1996, p. 297) se dá quando seu metabolismo com a natureza é acionado, mediado, regulado e controlado pelo próprio homem.

Num mundo em que tudo tende a ser potencialmente estabelecido enquanto mercadoria e em que esta é produzida socialmente enquanto é privadamente apropriada, eis que surge a maior contradição do capitalismo, pois todo o trabalho geral é destituído ou expropriado de seus produtores sociais diretos e é trocado por tão somente uma quantia em dinheiro para que estes comprem ou adquiram no mercado o que melhor lhe convir (ou o que lhe é mais necessário), o quanto seu trabalho foi valorizado para concluir essas aquisições. Essa contradição fundamental é chamada por Marx de alienação.

Enfim, quando o homem é afastado do processo de construção e do produto direto do seu trabalho, torna-se assim, alienado. Quando o homem não define para onde vai o produto do seu trabalho nem mesmo como este produto será constituído, a

alienação também adquire concretude e toma forma em seu ser, que por sua vez é necessariamente social, ou seja, coletivo.

Marx foi certamente bastante versátil ao identificar que o conceito de alienação tem na verdade bases econômicas bastante explícitas, determinantes para que haja não somente a realização desta, mas para que esta se entranhe em toda a sociedade, promovendo uma visão invertida da totalidade já fragmentada.

Se antes uma das vertentes do trabalho era que o homem se fazia como um produtor direto e ao mesmo tempo era conhecedor de todo o processo de trabalho – como o artesão, por exemplo –, no modo de produção capitalista, o homem se encontra condicionado a vender sua força de trabalho para o capitalista, para o burguês, que mediado pela propriedade privada dos meios e processos de produção, passa a garantir tal deslocamento e a fragmentar essa força de trabalho, quando os homens passam a produzir mercadorias em larga escala para a troca e circulação monetária de novo tipo, de maneira que não consiga mais enxergar como se dá essa fruição já bastante complexa.

Apesar de anteriormente a apropriação do seu produto ter acontecido em grande escala mediante a imposição do Estado feudal para o pagamento de impostos que sustentaram a feudalidade por longo período, é no novo mundo da grande indústria onde a mercadoria adquire valores tais que determinam a inversão de poder, para o qual essa coisa constituída pelos próprios homens aparece como algo que passa a dominá-los e a subordiná-los. Essa consideração está presente em uma das obras de Mészáros

(2002) de maneira bastante sintética e reflexiva, trazendo de Marx o conceito de fetichismo. Para ele, no modo capitalista de reprodução social

[...] a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização (p. 611).

Já foi antes citado que a mercadoria possui, portanto, um caráter místico.

Marx (1996) comenta que o misterioso da forma mercadoria consiste no fato de que ela reflete as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais e sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (p. 198). Continuando, Marx exemplifica e aponta que uma nova perspectiva é completamente viável, refletindo na emancipação dos homens.

Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. [...] Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o *fetichismo* que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (p. 198-99). [...] Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiamos em outras formas de produção (p. 201).

Como produto de suas análises, Marx chega à conclusão de que é precisamente o dinheiro a mercadoria universal que “por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral, é a mercadoria absolutamente alienável” (p. 233). Para o autor, como a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele. “Se por um lado representa mercadoria vendida, por outro representa mercadorias compráveis” (p. 233).

Chauí afirma que existem três grandes formas de alienação nas sociedades modernas ou capitalistas: A alienação social, na qual os humanos não se reconhecem como produtores das instituições sociopolíticas e oscilam entre duas atitudes: ou aceitam passivamente tudo o que existe, por ser tido como natural, divino ou racional, ou se rebelam individualmente, julgando que, por sua própria vontade e inteligência, podem mais do que a realidade que os condiciona (CHAUÍ, p. 172).

Uma segunda forma seria a alienação econômica, na qual “... os produtores não se reconhecem como produtores, nem se reconhecem nos objetos produzidos por seu trabalho” (Idem., p. 173). Nesta, conforme o exemplo de Marx, as mercadorias não permitem que o trabalhador se reconheça nelas. “Estão separadas dele, são exteriores a ele e podem mais do que ele” (Idem, p. 173).

A terceira forma é consumada enquanto uma alienação intelectual, resultante da separação social entre trabalho material (que produz mercadorias) e trabalho intelectual (que produz idéias). A divisão social entre as duas modalidades de trabalho leva a crer que o trabalho material é uma tarefa que não exige conhecimentos,

mas apenas habilidades manuais, enquanto o trabalho intelectual é responsável exclusivo pelos conhecimentos. Vivendo numa sociedade alienada, os intelectuais também se alienam.

Conforme esta autora, essas três grandes formas da alienação (social, econômica e intelectual) são a causa do surgimento, da implantação e do fortalecimento do que é conhecido, principalmente em Marx, como ideologia.

Sem pretender tomar as categorias alienação, reificação e fetichismo enquanto fundantes do modo capitalista de reprodução social – conforme chegaram a propor Adorno, Horkheimer e outros autores formados na polêmica Escola de Frankfurt –, mas, de maneira bastante diferente, compreendendo que estas categorias são simplesmente importantes para a constatação de que o capitalismo – fundado sob a propriedade privada e dos meios de produção, sob a divisão social do trabalho e sob a exploração e apropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador assalariado –, se produz e reproduz tendo-as enquanto elementos que adquiriram uma forma peculiar, singular a esse sistema, assim como comenta Ghiraldelli Jr. (2007). Para este autor, reificar é coisificar, é “tornar petrificado e morto aquilo que é carnosos e vivo”. A reificação pode ser pensada então como “um fenômeno que descreve uma série de situações a respeito daquilo que é produto humano, e não só a mercadoria, que então traria a idéia de uma ‘metafísica do capitalismo’ – haveria algo por detrás do capitalismo, a sua ideologia, que teria de ser desvelada” (Idem).

A ideologia, então, adquire um sentido potencialmente bastante ilustrativo que aguça os olhos de qualquer pesquisador que pensa na sociedade através da luta de classes, em suas relações sociais de produção.

Seguindo os conselhos de Ghiraldelli Jr., quando este pesquisador se encontra devidamente apoiado nas análises teóricas de Marx, neste momento cabe, portanto, tecer alguns comentários sobre a questão da ideologia, para enfim, concluir a idéia deste capítulo primeiro, que é a de tentar validar não somente a fundamentação teórica deste trabalho, como também fazer as devidas relações e mediações para a continuidade e encadeamento lógico da pesquisa, explicitando algumas de suas mediações mais importantes.

### **1.3. Ideologia e os dois projetos de sociedade fundamentais e classistas**

*A ideologia, como o mau hálito, é algo que a outra pessoa tem* (Terry Eagleton, 1997. **Ideologia: Uma Introdução**).

*É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens* (Marx e Engels, 2006. **A ideologia Alemã**).

Como já é possível identificar, existem tão somente dois grandes projetos de sociedade fundamentais. Marx tratou de desvelar este fato e o tornou historicamente inquestionável. Obviamente, existem mais projetos que, submetidos às questões mais

gerais e estratégicas destes dois (burguês e proletário), tomam suas formas particulares em seus países ou regiões onde se instalam e metamorfoseiam sem perder a essência originária de classe. Como exemplo, vale citar que no Brasil, existiu o projeto nacional-desenvolvimentista, iniciado por Getúlio Vargas ao assumir o poder da Presidência da República, em 1931. O projeto militar do pós-64, também de cunho desenvolvimentista é outro exemplo capitalista de construção de um projeto social, contudo, com um caráter diferente em seus meandros, vide o desenvolvimento do tempo e dos avanços das forças produtivas do país. Também as revoluções do passado, que consumaram a classe burguesa no poder, claramente trouxeram à tona um processo que culminou em hegemonia desta classe tanto sobre o feudalismo como sobre a nova classe trabalhadora que surgia.

Por outro lado, a Revolução Russa, a Cubana, a Chinesa, presentes ao longo do século XX, e a seqüência política, econômica e cultural destas e de outras também de caráter genericamente socialista que se estabeleceram, seja por curto ou longo período de tempo, são também de caráter ideológico. Enfim, tudo o que produz conhecimento, como citado na introdução antes deste primeiro capítulo, é produzido sob uma forte impressão ideológica. Onde há conhecimento, há ideologia (KONDER, 2002).

De acordo com nossas análises e interpretações, esses desenvolvimentos são, portanto, de caráter ideológico e, assim, construído no plano das idéias. De acordo com Garcia (1999), as idéias não surgem fortuitamente na mente humana, mas são produzidas a partir da percepção da realidade concreta, tal como vivida pelos membros da sociedade. Para este autor, a forma como os homens se encontram integrados na produção econômica determina os limites de sua atuação e participação em todos os

níveis sociais, estabelecendo o seu “espaço”. Este espaço se trata de um conjunto de relações, tanto com os objetos materiais e imateriais como com outros indivíduos. Nota-se que estas estão condicionadas por certas barreiras que restringem suas possibilidades de ação. Com isso, o autor utiliza o exemplo das classes sociais.

Uma classe social se constitui pelo conjunto daqueles indivíduos que têm a mesma posição e ocupam o mesmo espaço no plano da produção econômica, situação que lhes determina uma mesma forma de participação a nível político e cultural. Quando a produção se encontra organizada em moldes capitalistas, a sociedade se caracteriza pela divisão em duas classes fundamentais: os trabalhadores de um lado e os capitalistas de outro. Essas duas classes vivem em condições totalmente diversas e antagônicas (idem).

Eagleton (1997) trabalha exaustivamente em seu livro *Ideologia: Uma introdução* com as contradições referentes ao termo “ideologia”. Realiza inúmeras objeções enquanto tenta claramente dissecar e enxugar o termo. A cautela é tanta que, antes de iniciar a sua obra, o autor relata que “Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia, e este livro não será uma exceção [...]. Pois o termo ‘ideologia’ tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si” (p. 15). Para este autor, tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que é possível. Contudo, arriscar ou comentar algumas características mais gerais deste termo, além de ser importante para o andamento do presente trabalho de dissertação, é importante para uma compreensão mínima ou suficiente do mesmo.

Por meio da ideologia, segundo Chauí (Idem. Ibidem.), o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade. Nesse sentido, a

função principal da ideologia é “ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos” (p. 174).

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as idéias.

Marx e Engels (2006), em um fragmento bastante conhecido e divulgado, afirmam que em seu método materialista histórico e dialético, parte-se da terra para atingir o céu. Assim, partem da atividade real dos homens, ou seja, “... é a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital” (p. 52). Novamente, os autores realizam a crítica à realidade concreta dos homens, sempre na perspectiva da totalidade, e através de algumas mediações importantes, de maneira sucinta, fazem referência à necessidade de transformação da sociedade na qual vivem estes mesmos homens.

Vale à pena concluir este primeiro capítulo citando estes autores. Assim, se concretizará uma importante relação e mediação não somente com o capítulo seguinte (quando a questão principal é o Estado moderno), mas também com a questão da investigação empírica destacada na metodologia presente na introdução desta dissertação, seja em seu processo de coleta de dados, seja no momento de análise e interpretação destes dados. Recorremos, portanto, à síntese dos autores, fechando esse primeiro capítulo com suas palavras.

Mesmo as fantasmagorias do cérebro humano são sublimações que resultam, necessariamente, do seu processo de vida material, que se pode averiguar empiricamente e que repousa em bases materiais. Devido a este fato, a moral, a religião, a metafísica e tudo o que resta da ideologia, bem como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente qualquer aparência de autonomia. Essas formas não tem história, nem são

susceptíveis de progresso. São, pelo contrário, os homens que, ao desenvolverem a produção material e as relações materiais dessas formas, transformam, com essa realidade que lhes é própria, tanto o seu pensamento como os produtos do pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência.* No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como sendo o Indivíduo vivo. No segundo modo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como *a sua* consciência (p. 52, grifos nossos).

Concluindo, para Marx, a produção das idéias não pode ser analisada separadamente das condições sociais e históricas nas quais elas surgem. O autor ainda argumenta que na ordem social capitalista, o proletariado, ou seja, todos aqueles que não são proprietários dos meios de produção e precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, são os sujeitos depositários da esperança de uma ruptura revolucionária. Fica claro que para ele esse mesmo processo faz parte do processo de continuidade/descontinuidade do próprio sistema capitalista.

## **CAPÍTULO II – O Estado enquanto mediador das relações capitalistas, o capitalismo contemporâneo e a educação do trabalhador produtivo.**

*Precisamente porque os indivíduos só procuram o seu interesse particular - que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade - esse interesse apresenta-se como um interesse particular que lhes é estranho e independente, e que simultaneamente é um interesse universal especial e particular; ou então oscilam no selo deste dualismo, como acontece na democracia. Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse (universal) ilusório sob a forma de Estado (Marx e Engels. **A Ideologia Alemã**, 2006:54).*

*Os escritores franceses, ingleses e americanos, em geral, dizem todos que o Estado só existe por causa da propriedade privada, de tal maneira que essa idéia acabou por passar para o senso comum (Marx e Engels. **A Ideologia Alemã**, 2006:98).*

### **Introdução**

Uma questão importante que deve ser tratada nessa dissertação diz respeito ao Estado. A fim de abordá-lo aproximando do tema dessa pesquisa, cabe inicialmente comentar sobre um fenômeno que vêm interagindo de uma maneira muito próxima da consciência social, promovido pelo Estado juntamente com organizações não-governamentais partidos políticos, alguns sindicatos e centrais sindicais, associações, institutos filantrópicos, fundações dentre outros. Trata-se das questões que atualmente remetem a uma formação do ser humano voltada hegemonicamente para a perspectiva da sustentabilidade, da cidadania, que visa adesão de um novo conceito de solidariedade, caridade e voluntarismo, visando inclusão social, redução da pobreza, respeito à diversidade, ampliação da tolerância etc.

Partimos do pressuposto de que a atual fase do capitalismo – constantes crises cíclicas, instabilidade financeira, exacerbada degradação ambiental, extensão do desemprego, aumento da violência, crescimento do aspecto informacional –, cada vez mais próximo da barbárie, demanda uma nova forma de enxergar o mundo, as relações sociais e, por fim, a vida. Em termos capitalistas, tudo fica subjugado pela ideologia burguesa.

Diante da realidade concreta manifestada pela precarização excessiva em todos os aspectos no mundo do trabalho, a maneira encontrada para tentar solucionar os problemas que emergem em larga escala é o de impingir na sociedade uma consciência valorativa – mas jamais de classe.

Esse fenômeno é bastante perceptível e é possível senti-lo através dos diversos veículos de comunicação e pela mídia em geral, em discursos políticos, nos próprios movimentos sociais etc.

Nessa ordem, conclui-se que se o mundo não suporta muito mais tamanha produção e, logo, consumo irracionais, e se os indivíduos digladiam-se cada vez mais entre si num espaço cada vez menor, para o bloco no poder resta induzir a pensar que cabe hoje refletir e confrontar os valores e costumes tradicionais. Assim, através de documentos, propagandas, em ações sociais diversas, no aspecto jurídico e na concepção de educação, o pensamento social está sendo levado a crer que o estilo de vida que funcionava antes, tornou-se hoje conservador e em vários aspectos, precisando se resignificar, diante da exigência de toda uma nova ordem de costumes.

Como dissemos ao início, é comum ouvirmos das lideranças e das autoridades, a necessidade de se continuar desenvolvendo e lutando pelo progresso – obviamente capitalista –, só que em termos mais sustentáveis. Tornou-se comum também o termo “responsabilidade social” posto em prática pelas empresas que já aderiram a causa, pelos governos e outros pólos da sociedade. Enfim, um clima de esperanças renovadas e mais humanitário se fez forte e está notoriamente influenciando o perfil da política e das diferentes ações pessoais e interpessoais, dentre pessoas físicas e jurídicas, pelo mundo. A eleição do atual Presidente norte-americano, Barack Obama, é um claro exemplo de que o mundo precisa enxergar no fim do túnel, uma espécie real de esperança, enquanto patina sobre a instabilidade econômica e social alcançada pela lógica que o tempo capitalista impõe ao mundo.

O jargão “Não pode haver responsabilidade fiscal sem responsabilidade social”<sup>16</sup> tornou-se igualmente comum e reproduz o significado atual de que os governos devem continuar controlando cada vez mais seus gastos – sob pena de sofrer sanções por ultrapassar o limite máximo de gastos imposto pela Lei e de não utilizar corretamente a verba destinada para questões de ordem social.

Caminhando nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) é tida como uma importante ferramenta gerencial a serviço da administração pública. Segundo o professor da FGV e ex-Gerente de Projetos da Coordenação Geral de Normas (CONED) da Secretaria do Tesouro Nacional, Edson Nascimento (2003), esta Lei harmoniza e consolida muitos dos objetivos do processo de

---

mudança do regime fiscal empreendido nas últimas décadas no Brasil. “É consequência de um longo processo de evolução das instituições orçamentárias do País, que gerou na sociedade a percepção de que o governante não deve gastar mais do que arrecada e deve administrar de forma responsável os escassos recursos públicos” (p.01).

Mais propriamente, essa Lei, apesar de ser considerada necessária pelos defensores da responsabilidade fiscal e social, no momento de sua implantação dependia ainda de uma característica social de *empoderamento*, ou seja, de obter controle efetivo sobre a transparência e utilização das contas e verbas públicas.

A compreensão da questão da *responsabilidade social* foi suficiente para que se iniciasse a ampliação e criação de dispositivos auxiliares – regulamentados e fiscalizados pelo Estado –, para fazer do capitalismo um sistema economicamente sustentável e viável para a vida futura na Terra.

Nesse ínterim, foi exigida maior participação da sociedade civil. Este setor foi chamado para dividir as responsabilidades do Estado com o próprio Estado, ficando, assim, com o dever de cumprir com inúmeras tarefas e obrigações que visam o alcance do bem-estar social. Formalmente, com não menos problemas, em tempos de fordismo/taylorismo no Brasil isso se dava pela via primeira do Estado.

Vale destacar que o conceito de sociedade civil apresentado na realidade concreta se materializa através da via ou do setor privado. Isso quer dizer que, na contemporaneidade, a classe trabalhadora depende das migalhas advindas de uma pequena porcentagem da renda das empresas e complementadas pelo fundo público. Esta é uma das formas encontradas para superação da crise financeira reguladas e

*fiscalizadas* pelo Estado que não deu conta de tudo – para suprir, pelo menos minimamente, suas necessidades mais básicas.

Ainda na década de 1990, durante principalmente o segundo mandato de FHC, diversos organismos não-governamentais foram criados. As denominadas fundações, OSCIPS, filantrópicas ONGs, Institutos, dentre outros foram criados ou ressignificados com a finalidade de agir conforme esse novo *menu* de propostas e ações sociais, cooperando, enfim, para a formação de um novo processo civilizatório, ou melhor, uma *nova pedagogia da hegemonia*, funcionante enquanto formadora de uma nova opinião pública sobre os fatos da nova realidade concreta no capitalismo contemporâneo.

Por isso, a Responsabilidade Social significa – fenomenicamente – uma proposta estratégica que aponta na direção de um projeto geral de controle popular sobre o Estado brasileiro a partir das organizações da sociedade civil. É, por estes fatores, um dos pilares de sustentação da governança social. Assim, é mesmo real e vigorosa a proposta e realização de uma Terceira Via, sendo esta uma linha de ação de âmbito mundial situada entre o mercado e o Estado, autodenominando-se de Governança Progressista – ou Progressiva<sup>17</sup>.

A década de 1990 no Brasil foi emblemática para a implantação desta proposta, justamente quando o padrão de desenvolvimento neoliberal foi finalmente

---

<sup>17</sup> O item 2.2 trabalha melhor essa questão do “Neoliberalismo de Terceira Via” quando tratamos do capitalismo contemporâneo.

introduzido, aprofundado e consolidado no país. As relações de poder foram então alteradas e a política passou a ser reorganizada. Diante desse quadro, cabe procurar compreender a forma que o Estado assume junto a atual reconfiguração da sociedade capitalista.

No item a seguir destacamos a concepção de alguns autores que buscaram interpretar, aos seus modos, essa instituição centralizadora do poder, ilustrando algumas diferenças centrais entre estes e a perspectiva de Estado segundo a tradição marxista, buscando auxílio nos próprios criadores do materialismo histórico e dialético, Marx e Engels.

#### **2.4. Teorias comuns sobre o Estado moderno e a crítica marxista**

O Estado é tema central nos estudos de autores clássicos como, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Hegel, Maquiavel, dentre outros. Entre os mais recentes, ou entre autores do século XX e XXI, como Lênin, Luxemburgo, Gramsci, Althusser, Bobbio, Offe, Mézsáros, Poulantzas e outros não menos importantes, se destacaram ao se debruçarem sobre a questão do Estado. Por vezes, quando se trata de formas mais gerais de análise, as diferenças de interpretação entre alguns destes autores são gritantes. Outras vezes nem tanto, o que faz exigir uma análise criteriosa para o que se identifica e o que se confronta em suas idéias em relação a este centro do poder, alvo de interpretações tão diversas.

Muitos autores se assemelham por um lado, pois partem do princípio de que a liberdade do homem se inicia quando a propriedade privada se realiza. Outros autores se fazem semelhantes por concordarem que o reino da liberdade só começa, de fato,

onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e por objetivos externos, alheios a vontade dos homens sobre as suas próprias condições de existência, seguindo assim, a perspectiva de liberdade em Marx.

Para Nicolau Maquiavel (1469-1527) as questões políticas não eram da esfera da Igreja, mas sim, do Príncipe. Qualquer um que assumisse o controle do Estado e exercesse o poder em seu nome, deveria reunir uma série de condições, tal como concentrar em si, conforme palavras do autor, a astúcia da raposa e a coragem do leão. Neste caso, o estadista pode ser falso e dissimulado quando houver necessidade de produzir e reproduzir sua existência enquanto tal, assim como do seu Estado. No mesmo rumo, toda e qualquer ameaça deve ser eliminada sem hesitação, mesmo que se corra o risco de ser temido ao invés de amado, levando-se em conta a volubilidade do ser humano.

Thomas Hobbes (1588-1679) recebe as influências da revolução democrática inglesa de 1648, mas opõe-se a esta a partir de um ponto de vista aristocrata. Para ele, é o impulso à propriedade o que dirige os homens. O autor absorve elementos históricos da sociedade burguesa que se desenvolvia na Inglaterra. Nesse sentido, a noção do Estado como contrato denuncia o caráter mercantil, comercial das relações sociais burguesas. Para Hobbes, as experiências históricas totalitárias podem ser refletidas no Estado. Defendia assim, a idéia de que os homens só vivem em paz quando concordam com a submissão a um poder absoluto e centralizado.

John Locke (1632-1704) persistia na idéia de que o Estado é – e somente é – liberal, sendo neste sentido, protetor da propriedade privada. Conforme este autor,

somente os homens livres poderiam ser nomeados humanos. Com a Inglaterra se transformando num império mercantil a partir da segunda metade do século XVI a concepção de Locke torna-se tipicamente burguesa, fazendo do mesmo, fundador do empirismo filosófico moderno e teórico da revolução liberal inglesa. Esta revolução especificou, por um lado, um acordo entre a monarquia e a aristocracia e, pelo outro, a burguesia, motivando o surgimento de normas parlamentares e a direção do Estado baseada em uma declaração dos direitos do parlamento, decretada em 1689. O “cidadão” nasceu através da teorização de Locke, quando este compreende que as pessoas têm o direito de julgamento antes de qualquer acusação definitiva. Isso fez criar o “habeas corpus”, instrumento legal que transformou o “súdito” em “cidadão”.

Ao buscar um significado para a palavra liberdade, Montesquieu (1689-1755) a compreende no sentido político, ou seja, no direito de caminhar conforme o sistema de leis assim o permite. Essa aceção negativa da palavra faz com que o autor conceba a liberdade política quando limitada por uma moderação do poder. Diante da sua doutrina dos três Estados, uma vez em posse do poder, o homem é tentado a abusar dele. Por isso surge a necessidade de frear ou limitar esse desejo de comandar. A liberdade só pode existir ao não se permitir o abuso do poder. Neste caso, devem ser estabelecidas as condições para a realização da liberdade política, como um princípio ou valor fundamental para a prática da cidadania. Montesquieu é taxativo quando afirma que somos livres devido às leis que governam e orientam a vida em sociedade. Com a sistematização do poder do Estado em executivo, legislativo e judiciário, a moderação – ou o Estado moderado, que surge para conciliar as classes visando o consenso social –,

parte de um equilíbrio das forças estabelecido por ação e reação entre os grupos no poder.

O suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) afirma que os homens fazem um arranjo institucional, justamente para protegerem os seus direitos. Este arranjo é cunhado pelo autor de “contrato social”. Dentro dessa linha, a vontade coletiva se dá através desse contrato social nos contextos das relações sociais, seja na política, na economia etc. Havendo desacordo de qualquer tipo, o contrato social passa a ser executado – por coerção ou consentimento – pelos representantes que estiverem no governo. Rousseau defende que o meio (a civilização) causa fortes influências sobre as relações entre os homens, podendo fazer com que a humanidade fuja aos padrões de sociabilidade pretendidos pelo sistema de controle social. Compreende assim, que os homens nascem dotados de liberdade e igualdade (princípios afirmados na revolução francesa ou burguesa), todavia, estão sempre acorrentados em todo lugar ou situação. Neste sentido, para Rousseau, os homens somente se tornam livres e iguais mediante um processo político.

No prefácio aos “Princípios da Filosofia do Direito”, Hegel (1770-1831), alerta que seu tratado sobre a ciência do Estado representa, senão, uma tentativa de conceber o Estado como algo racional em si. A frase “O que é real é racional, o que é racional é o real”, é a sentença máxima do idealismo hegeliano. O real só é real porque é identificado como real por um sujeito. Aquilo que já foi conhecido, já se tornou, portanto, racional. Então, para Hegel, só conhecemos o que por fim se converte em pensamento. O ser é uma idéia, é um ser pensado. A Justiça para Hegel é uma criação não arbitrária do homem para ser assim também aplicada. Neste caso, aparecendo o

Estado ou o direito na expressão da racionalidade, estes se mostrarão assim, na sua maior expressão de realidade.

Os exemplos destes autores, somados a tantos outros clássicos, reúnem fragmentos de “verdade” quando se busca explicar a figura do Estado. Em todos os autores, revela-se o significado desta entidade enquanto mediadora da transição da humanidade para o estado de vida em sociedade, em superação ao estado natural anteriormente existente.

Mesmo visto sob diversos ângulos, é somente em Marx e Engels, que o poder quase absoluto do Estado (absoluto para alguns) passa a enfrentar sérios problemas. Após as interpretações destes e outros autores, a lógica dominante do Estado passou a ser historicamente ameaçada. Seus escritos começaram a circular pela Europa do século XIX. Os conflitos ou a organização destes passaram a ser mais frequentes e diretos, desvelando e expondo as densas contradições existentes na disputa entre capital e trabalho.

Marx passou a relacionar a existência do Estado às contradições das classes sociais. Assim, o compreende como um instrumento da classe dominante. Sua gênese reside na divisão da sociedade em classes. De maneira geral, para o autor, a principal função do Estado é conservar e reproduzir esta divisão, garantindo os interesses da classe que domina todas as outras. Em cooperação com Engels, cria uma nova forma de ver e interpretar o Estado. Sob o foco das categorias mediação e contradição, dentro de um contexto mais amplo, tomam como perspectiva a totalidade que envolve as relações sociais de produção e cria o Estado em sua forma moderna.

Assim, Marx apreende o Estado moderno como resultado ou produto da condição da luta de classes, ou seja, como um ambiente onde a burguesia (classe que se constituiu dominante) se organiza para dar forma universal aos seus interesses particulares e onde o proletário tenta intervir através de uma luta diversamente organizada para garantir seus direitos imediatos (salário, educação, saúde, segurança, alimentos etc.) e de médio e longo prazos. Estes últimos significam a extinção das classes sociais mediada pela tomada ou assalto ao poder em um mundo marcado por intensos conflitos sob a égide do capitalismo em franca reprodução e ampliação de suas forças produtivas, ou em um mundo marcado pela incessante crise que assola este sistema social, até que as condições objetivas para uma revolução social conscientizem a classe trabalhadora, consciência essa que permita a construção e o alcance desta revolução.

Nesse sentido, o Estado moderno adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil. Para Marx, a oposição entre Estado e sociedade civil pressupõe a propriedade privada. Ao tornar a questão da propriedade privada uma questão que diz respeito à processualidade social e a propriedades implicitamente humanas, Marx desmistifica alguns dogmas dos economistas, evidenciando as relações de poder e dominação velados por estes dogmas.

Com essa revelação, as relações sociais passaram notadamente a tomar outros rumos. A classe trabalhadora, expropriada e mais atingida pelas contradições da sociedade capitalista, passa a absorver em maior grau essa visão marxista do Estado. Passa também a ter maior compreensão histórica e crítica das relações de produção, e

então assume em parte uma postura diferenciada diante de sua posição na pirâmide social.

A relação entre capital e trabalho toma uma forma mais antagônica, gerando o que Marx compreende enquanto ideologia. A pretensão desta classe trabalhadora passa a ser a de superação das contradições sociais, tendo como objetivo tornar-se a classe dominante, lutando para que todo o poder se encontre em um período futuro nas mãos dos trabalhadores organizados e conscientes, rumando no sentido de extinção das mesmas, ou seja, para o fim ou diluição do Estado. Marx anotou que “O ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas é o ser humano não livre. O Estado, então, é a democracia da não-liberdade, a consumação da alienação”. Assim se resume o pensamento dos criadores do materialismo histórico e dialético também sobre o Estado.

Conforme Konder (2002, p.31), a existência do Estado como um corpo estranho, que submete a sociedade ao seu controle, impondo a sua ordem, é um sintoma da alienação, do estranhamento resultante dos movimentos históricos nos quais os seres humanos que compõem a sociedade atuam muito desunidos e perdem a capacidade de se realizar no mundo que estão empenhados em dominar.

As questões fundamentais que envolvem a estruturação política, econômica e ideológica da sociedade capitalista – dentre elas o direito à propriedade privada, dos instrumentos e dos meios de produção –, quando levadas em consideração, assim como fez Marx, nos fazem compreender de que esse processo só pode resultar em alienação. A alienação é, para Marx, “alienação do trabalho”, acarretando conseqüentes e devastadoras determinações a todas as esferas da vida social.

Assim, o trabalho (assalariado), típico da sociedade capitalista, quando utilizado para produzir mercadorias e realizá-las no mercado consumidor, é, certamente, o trabalho que aliena a condição de ser humano autônomo e emancipado. O que Marx chama de mundo invertido é então o mundo real ou concreto, baseado no senso comum. Partindo dessa concretude, Marx pretende iniciar um processo de reversão deste mundo, momento em que utiliza suas compreensões, cada vez mais aprofundadas, sobre a estrutura e funcionamento da sociedade capitalista.

Contudo, Marx é taxativo ao afirmar que esse processo somente será possível a partir de uma atuação conjunta dos trabalhadores. Somente a classe trabalhadora, ou o proletariado, é capaz de realizar a revolução social. Em síntese, Marx reconhece que o mundo concreto é apenas a soma de todas as aparências e que cabe um trato científico sobre suas contradições para iniciar essa reversão.

Enfim, as diversas políticas que envolvem os debates dos direitos e deveres dos trabalhadores “cidadãos” e “consumidores”, tais como segurança, saúde, educação, transporte, previdência social, direitos trabalhistas, políticas de lazer, dentre outros projetos sociais promovidos pela “sociedade civil”, acabam tendo como finalidade o encerramento do debate e de suas aplicações práticas em si próprias. Compreendemos que a política, quando encaminhada desta forma, cumpre uma função paliativa, pois trata fundamentalmente de necessidades sociais imediatas.

Engels (1983) nos auxilia a pensar criticamente essa situação, mediada pela ideologia burguesa, quando determinada fração desta (senão toda) resolve

auxiliar ou prestar assistência à classe social mais expropriada diante da relação entre capital e trabalho.

O que é bom para a classe dominante é para ser bom para toda a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica. Portanto, quanto mais a civilização progride, tanto mais ela se vê obrigada a encobrir com o manto do amor os males necessariamente decorrentes dela, ou enfeitá-los ou renegá-los, em suma, introduzir uma hipocrisia convencional que não era conhecida nem pelas primitivas formas sociais, nem mesmo pelas primeiras fases da civilização, e que culmina com a declaração de que a exploração da classe oprimida seria feita apenas e unicamente no interesse da própria classe explorada, e se esta não reconhecesse isto, mas até se rebelaria, isto seria a pior ingratidão contra os benfeitores, os exploradores (p. 335-36).

Codato e Perissinotto (2000) afirmam que, em síntese, o Estado é uma *estrutura de poder* que concentra, resume e põe em movimento a força política da classe dominante. Grosso modo, pode ser dito que essa é a *essência* da concepção marxista sobre o Estado, já presente no Manifesto Comunista.

Em linhas breves, Marx e Engels (2005) demonstram que “governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 10). Engels (1983) chega à semelhante conclusão, quando deduz que “A coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos característicos, é, sem exceção, o Estado da classe dominante e, em todos os casos, mantém-se essencialmente uma máquina para a repressão da classe oprimida, explorada” (p. 334). E conclui:

Como o Estado nasceu da necessidade de manter o antagonismo de classe, mas, ao mesmo tempo, surgiu no meio do conflito entre essas classes, ele é, por conseguinte, em regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, através dele, se torna a classe politicamente dominante e, assim, adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (p. 331).

Até esse momento, buscamos compreender a forma e a função assumida pelo Estado no capitalismo, principalmente durante o século XX até os dias atuais. Dando seqüência, nos apoiamos em alguns autores para tratar dessa questão, tais como Lênin, Mészáros, Gramsci, Poulantzas e alguns outros.

O Estado moderno ou burguês tomou forma a partir da Revolução Francesa, em 1789. Foi o tempo em que a burguesia efetivamente assumiu o poder político na Europa. A alta burguesia assumiu o poder na França, se tornando detentora do poder econômico, que estava nas mãos da nobreza.

No século XIX, surgiram os primeiros pensadores que propunham o rompimento do Estado com a concepção burguesa de mundo, visando até criar condições para que o Estado fosse dissolvido.

Lênin (2007), um dos principais agentes da revolução bolchevique na Rússia de 1917, declara com firmeza que o primeiro ponto a ser refletido se refere ao papel do Estado frente às classes sociais. Citando Engels, afirma que o Estado não é uma força imposta do exterior à sociedade, mas sim, uma força resultante de classes e interesses antagônicos; uma força acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da ordem. Assim, “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (p. 25).

Segundo Engels (apud Lênin, Op. Cit.), primeiramente o Estado se caracteriza pela divisão dos súditos segundo o território. Assim, é resultado de uma longa luta histórica contra a antiga organização patriarcal (denominada de clãs), formadas por famílias, para as quais o poder público não incluía mais a vida da

população, ou seja, não representar e corresponder diretamente à população. Em seu nível pragmático, isso corresponde a uma organização que conta diretamente com as forças armadas, os devidos materiais de coerção, com as instituições coercitivas, prisões etc. Isso torna o Estado moderno diferente de sua organização na sociedade patriarcal, para a qual não existiam classes sociais, ou seja, o Estado não era necessário.

A instituição do poder público é o segundo traço apontado por Engels. Este se reforça quando os Estados tornam-se mais populosos, sendo assim mais fortes. Por manter a hegemonia política, passa a possuir os meios para explorar e oprimir. Em outras palavras, o Estado é um instrumento utilizado pelo capital para a exploração do trabalho assalariado.

Valendo-se das análises aqui realizadas, quando se deu um tratamento especial à questão do Estado, é possível chegar a conclusão – assim como faz Marx e, mais recentemente outros autores, tal como Mészáros (2002, p. 671) –, de que o Estado moderno age conforme pretende a classe dominante. Portanto, defende e reproduz sua ideologia diante da luta entre as classes sociais.

Partindo da perspectiva marxiana, o filósofo italiano Antonio Gramsci, conhecido por abordar o Estado como uma das questões centrais em suas análises, supõe uma relação mais complexa entre a sociedade e o Estado. Segundo o autor, o Estado interage através da *força* e do *consenso*. Sua serventia à classe dominante não se mantém apenas pela coerção legal ou pelo aparato da força. A dominação do Estado é precisamente exercida com mais sutileza e persuasão. Como consequência desse

pensamento, identifica-se uma ampliação da visão marxiana do Estado, mesmo porque os tempos históricos das análises são diferentes.

Gramsci viveu a introdução do fordismo e do taylorismo da primeira metade do século XX. Por isso, analisou e refletiu sobre a nova fase do capitalismo que se desenvolvia, identificando diferenças (não fundamentais) e constatando novas nuances de atuação do capital. Por outro lado, Marx faleceu quando as primeiras crises do capitalismo ainda permitiam forçar a sua consolidação de maneira direta e mais coercitiva.

Vale dizer que Gramsci não se afasta da estrutura teórica marxiana para realizar a relação comparativa entre infra-estrutura e superestrutura, nem a determinação econômica, em última instância, como Marx e Engels propunham. No entanto, o autor acentua a compreensão da dialeticidade existente entre a base material e sua expressão, política, jurídica e cultural.

Nessa acepção gramsciana, o Estado é composto a partir das inter-relações estabelecidas entre a *sociedade civil* e a *sociedade política*. A primeira, aparelho privado que desempenha a função de hegemonia<sup>18</sup> do grupo social dominante e a segunda, aparelho governamental que exerce o domínio social direto, estatal e jurídico.

Para Gramsci a problematização do significado máximo de Estado se apresenta na junção dos momentos estruturais com as diferentes conjunturas históricas,

---

<sup>18</sup> Sobre *hegemonia*, Coutinho (2003), afirma que se trata de um conceito bem mais amplo, que resulta da percepção gramsciana de que nas sociedades mais complexas do “Ocidente”, o Estado se “ampliou”. Adquiriu assim, determinações que ainda não existiam, ou que existiam de maneira embrionária na época de Marx e Engels e na sociedade russa em que Lênin operou. Essas novas determinações resultaram da socialização da política (nascimento de sindicatos, formação de partidos de massa, conquista do sufrágio universal etc.), ocorrida, sobretudo a partir de 1870.

sob a qual, “o conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificam concretamente na reconstrução de vários períodos históricos” (2000, p. 237).

Sobre isto, Codato e Perissinotto (2000) afirmam que:

[...] é razoável sustentar que existe, na obra de Marx e Engels, uma concepção genérica sobre o Estado e que pode servir, para usar uma expressão do próprio Marx, como “fio condutor” (“Prefácio” de 1859) para a análise política. Tal concepção consiste, numa palavra, na determinação da *natureza de classe* do Estado. A teoria marxista da política implica, portanto, uma rejeição categórica da visão segundo a qual o Estado seria o agente da “sociedade como um todo” e do “interesse nacional”.

Estes se apóiam em Nico Poulantzas para complementar as análises de Marx e Engels sobre o Estado. Para os autores, Poulantzas representa um valioso auxílio para a realização de uma análise de conjuntura política.

Para este autor, a *configuração interna*, os *níveis decisórios* e as funções que cumprem os diversos *centros de poder* – como organizadores políticos dos interesses das frações dominantes ou como produtores de decisões –, não podem ser compreendidos somente através da determinação da natureza de classe do aparelho de Estado. Para Poulantzas (1981), o Estado é um dispositivo de poder e, como tal, em sua leitura, “é a condensação material de uma relação” (p. 167). Aprofundando, o autor assim trata a questão:

A urgência teórica é a seguinte: compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na ossatura institucional do Estado (no caso a da burguesia no arcabouço material do Estado capitalista) de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado. Aqui também, o Estado tem um papel orgânico na luta e na dominação política: o Estado capitalista constitui a burguesia como classe politicamente dominante. Certamente a luta de classes detém o primado sobre os aparelhos, o caso sobre o aparelho de Estado: mas não se trata de uma burguesia já instituída como classe politicamente dominante fora ou antes de um Estado que ele criaria para conveniência própria, e que funcionaria apenas como simples apêndice dessa dominação. Essa função do Estado está igualmente inscrita na sua materialidade institucional: trata-se da natureza de classe do Estado. Para estudá-la

seriamente é preciso ter clareza dessa função do Estado tanto a respeito das classes dominantes como das classes dominadas (p. 145).

Para o autor, o *bloco no poder* é entendido como uma “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista” (p. 229). Seguindo seu raciocínio, a compreensão da consolidação do *bloco no poder* na posse do Estado é dada por dois momentos que interagem dialeticamente: o *domínio* (ação da força coercitiva) e a *direção* (construção e organização do consenso), convergindo aqui com o pensamento desenvolvido por Gramsci.

Em síntese, Poulantzas nos diz que “A burguesia se apresenta sempre como que constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e não monopolista...”. Na seqüência, afirma que “Essas frações burguesas em seu conjunto, se situam (...) no terreno da dominação política, fazendo parte portanto do bloco no poder (...) não é apenas o capital monopolista que ocupa o terreno da dominação política”. Logo em seguida, define que “O Estado detém sempre uma autonomia relativa em relação a essa ou aquela fração do bloco no poder (...) a fim de assegurar a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações” (p. 146-47).

Ao se perguntar como se estabelece concretamente essa política do Estado em favor do bloco burguês no poder, o autor responde que o Estado capitalista deve ser visto “... como uma relação, mais exatamente como uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (p. 147). Contudo, adverte que o “Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação

*material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (p. 148, grifos do autor).

Tanto é assim que o Estado, trabalhando para a organização da hegemonia, logo para a divisão e desorganização das massas populares, faz de algumas delas, especialmente a pequena burguesia e as classes-de-apoio do bloco no poder e curto-circuita sua aliança com a classe operária (p. 163) [...] As classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no núcleo essencial desse Estado (p. 165).

Poulantzas afirma por fim que “O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas” (p. 162). Assim, deduz que sua visão da realidade das classes que vivem em constante conflito/consenso dentro do Estado não resolve o problema da luta de classes. Isso pode ser explicado ainda na interpretação de Poulantzas, pois o aparelho do Estado não se esgota no poder do Estado. Embora a dominação política esteja “inscrita na materialidade do Estado”, é essencialmente através dessa materialidade institucional que ela se realiza concretamente.

Com isso, a função mediadora que o aparelho do Estado desempenha através de suas atividades administrativas e burocráticas mais comuns representa uma importância decisiva para a determinação de seu caráter de classe. Analogamente, esse problema não pode se referir, conforme Poulantzas, aos resultados da política estatal, mas antes, à forma e conteúdo intrínseco assumidos pelo sistema estatal numa conjuntura concreta.

Através de nossos estudos sobre a questão do Estado moderno, mais propriamente o Estado capitalista, acreditamos que este primeiro item se tornou suficiente para iniciarmos nossas reflexões sobre suas questões mais recentes. Assim,

procuramos, no próximo item, abordar as questões do capitalismo e do Estado em suas formas contemporâneas.

## **2.5. Estado e o capitalismo contemporâneo: Da modernidade à pós-modernidade, da rigidez à flexibilidade, do keynesianismo ao neoliberalismo**

Sendo o Estado um aparelho mediador dos desejos da burguesia e, portanto, das necessidades do capitalismo – nunca isento de contradições e conflitos internos –, cabe ao mesmo promover modificações na forma de regulação da economia perante as crises cíclicas e estruturais do capitalismo, justamente para tentar superar o estado de tendência ao caos generalizado (ou historicamente temida revolução socialista-comunista).

A complexidade que isso implica é tanta, que por vezes as contradições manifestadas ou expostas pela luta de classes são tratadas de maneira coercitiva e violenta, muitas vezes sob ditadura militar, pela sobreposição de uma classe (hegemônica, opressora) à outra (dominada, oprimida).

Valendo-se das vertentes do capitalismo contemporâneo, principalmente a partir da depressão econômica ocorrida em 1973 (denominada de choque do petróleo), alguns governos se fizeram mais ou menos ditadores, sendo, portanto, mais agressivos ou mais sutis. Contudo, se iniciou a governabilidade sob a vertente neoliberal, tais como o de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-90), de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-88), Helmut Kohl (Alemanha, 1982-98), Poul Schluter (Dinamarca, 1983-93), dentre outros, ou em quase todos os países do norte da Europa ocidental.

Anderson (1995) afirma que antes da instalação desses governos citados, na América Latina já haveria ocorrido, de maneira intensa e violenta, a introdução das políticas neoliberais, a exemplo da ditadura implantada por Augusto Pinochet no Chile (1973-90).

O Estado neoliberal tornou possível uma reforma brusca no processo de regulação e regulamentação da economia política. Assim o fez para que o capitalismo pudesse avançar mais uma temporada sobre a mais-valia dos trabalhadores, na medida em que realiza novas promessas para um futuro promissor, explorando, inclusive, o processo de trabalho de seu próprio funcionamento, vide a prática do “choque de gestão” em diversos municípios e Estados no Brasil.

Ao fim da II Guerra Mundial, o objetivo não era limitar os mecanismos de mercado por parte do Estado, pois seus apologistas afirmavam que a política dos Estados de bem-estar destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade “natural” da concorrência.

Uma das causas da redução das taxas de lucro do capital, segundo os ideólogos do neoliberalismo, se dava pelos gastos excessivos do Estado no setor social, ou seja, com saúde e previdência, educação, pleno emprego, segurança etc., o que gerou também as décadas de potencialização do modelo fordista de produção. Em contrapartida, a proposta destes mesmos ideólogos neoliberais era a de que o Estado deveria funcionar através da transferência de suas responsabilidades para o setor privado, de maneira em que isso permitiria automaticamente gerar um maior consumo, girando capital e investimentos mais racionais e devidamente focados em ciência e tecnologia, tanto na sua criação como na inovação.

O poder dos sindicatos e a acumulação rígida também foram bastante criticados pelos ideólogos da vertente neoliberal. Estes processos limitavam o poder e os lucros das empresas e gerava aumento de inflação. Era necessário, para a continuidade do capitalismo, romper com o poder dos sindicatos e agir em plena liberdade do mercado. Estas ações representariam, enfim, queda de juros e uma desigualdade social “mais saudável”, retomando algumas idéias advindas das concepções sobre o desenvolvimento social baseadas nas teorias de autores como Thomas Malthus e Charles Darwin – respectivamente, da teoria populacional e da seleção natural.

Assim, diante da perspectiva de dinamização das economias pelo mercado, somente em 1979, durante o governo britânico de Margareth Thatcher, é que se conseguiu por em prática o programa neoliberal. As medidas de governos prioritárias se deram com a elevação de taxas de juros, a diminuição dos impostos, não controle de fluxos financeiros, criação e níveis de desemprego massivos, privatização de estatais, corte de gastos sociais, abafamento de greves, dentre outros.

Nos Estados Unidos o neoliberalismo foi implantado em 1980, já no governo Ronald Reagan. Como quase não existia um Estado de bem-estar, este país seguiu para uma competição militar com a antiga União Soviética, elevando em grande quantidade os gastos com armamentos, concluindo por criar, financeiramente, um déficit público histórico no país. A exemplo da Inglaterra de Thatcher, no campo político e econômico as medidas foram a elevação das taxas de juros e o sufocamento das greves, através da repressão militar.

Em alguns outros países que implantavam o neoliberalismo as medidas foram mais amenas, pois estes deram ênfase na parte orçamentária e nas reformas fiscais e não fizeram cortes tão brutais em gastos sociais. Apesar destes exemplos, governos de outros países resolveram implantar de maneira ainda mais branda as políticas neoliberais. Porém, nestes casos as questões internas lhes pareceram determinantes. Assim, seus governos criaram propostas alternativas, tais como a proteção social, a deflação e a garantia de emprego em patamares mínimos de alcance de renda.

No entanto, devido à lógica imposta pelo neoliberalismo, ou pela tendência de se avivar o livre mercado, estes projetos fracassaram. Os governos que se consideravam socialistas se viram pressionados pelos mercados financeiros internacionais. A nova ordem, para todo país em vias de globalização, inevitavelmente, passou a ser seguir a política neoliberal, sob o risco de ser excluído do mundo globalizado.

Devido às pressões e a sedução de fazer parte de uma nova cultura política e econômica, mais moderna, alternativa e reprodutora do capitalismo, o mundo foi se adequando a esta grande transformação.

Conforme Anderson (1995), o neoliberalismo é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido. Para o autor, a hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que definem como seus opositores.

Netto e Braz (2007) destacam que a profundidade da crise que pôs fim aos “anos dourados”, na transição da década de 1960 à de 1970, levou o capital monopolista

a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial. Conforme os autores, “... mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais” (p. 211).

Chesnais (1997) denominou esse processo de aproximadamente trinta anos de *mundialização do capital*, entendida como “o quadro político e institucional que permitiu a emersão, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no [...] prolongamento direto do estágio do imperialismo” (Chesnais, p. 46, apud Netto e Braz, Op. Cit., p. 211).

No atual período de reestruturação produtiva, iniciado no pós-guerra (a partir de 1945), a pós-modernidade emerge, como aponta Saviani (2003), centrada na “revolução da informática”, fazendo analogia com a “revolução das máquinas” do período moderno. Este autor ressalta que “... se nesta a produção centrava-se em ‘novos objetos’, naquela, o que se produz são ‘símbolos’” (p. 18).

Saviani esclarece que o surgimento de expressões como “pós-liberal” ou “neoliberal” e “neocapitalismo”, procurou definir uma pretensa nova realidade em que o capitalismo teria socializado, gerando as sociedades anônimas. Neste contexto, foi criada a idéia que começou a retirar do centro dos debates a luta de classes com suas pretensões revolucionárias. O trabalho passou a ter a sua centralidade ameaçada – enquanto categoria de análise.

Assim, o autor conclui que o neoliberalismo ou neocapitalismo passou a representar uma nova roupagem ideológica do capital monopolista. No plano concreto, identifica-se que as multinacionais levaram diferentes regiões a uma padronização do consumo e da cultura, sufocando a criatividade e desterritorializando povos, ultrapassando as fronteiras nacionais e forçando o mundo a aceitar a nova ordem mundial. Saviani ainda deixa claro que a crise desse modelo levou a uma fragmentação, característica de um período atual, denominado de pós-modernidade. Como consequência, a diversificação produtiva, própria de sua natureza, gera uma estagnação cultural bastante densa (p. 19-23).

Chauí (1992) demonstra que o principal motivo de toda essa transformação nas esferas da vida está no que podemos chamar de acumulação flexível do capital que é a resposta do capitalismo à crise do fordismo e do keynesianismo. Em síntese, no campo do trabalho, é notório que não há mais lugar para a fábrica que contém tudo. Com isso, ampliou-se o que Harvey (1992) também chama de “dispersão geográfica da produção”.

Uma vez concebida, a produção verticalizada condicionou o surgimento do conhecido processo de terceirização. Portanto, foi considerada como uma das mais radicais vertentes do neoliberalismo. Passaram a ser temporários os serviços de todo um setor informal de pequenos negócios externos à corporação, *dispersando, desta forma, a força de trabalho*.

A acumulação flexível, denominada por Harvey (1992)

[...] é um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...). Esta flexibilização demanda novas formas de disciplinamento dos agentes econômicos e políticos (p. 140).

Apesar disso, a expansão do setor terciário da economia mundial – que atinge mais intensamente os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos industrializados –, associada ao uso intensivo de novas tecnologias, poderá gerar, a curto prazo, uma sociedade com menor carga de trabalho (maior número de horas livres) ou uma sociedade com elevadíssimas taxas de desemprego.

No interior desse processo identificamos os trabalhadores como sendo as principais vítimas. A subsunção da classe trabalhadora ao modo de produção que se tornou hegemônico expõe, inevitavelmente, a despolitização e a descontextualização histórica, política e econômica. Em outras palavras, tornam-se alienados aqueles que foram, obrigatoriamente, afastados do processo integral de trabalho.

Conclui-se com isso que a expansão do capitalismo e o agravamento de suas contradições imprimiram nesse sistema um caráter cada vez mais parasitário e destrutivo, principalmente para a classe trabalhadora.

Nesse contexto complexo, desagregado e fragmentado politicamente, a forma como necessariamente passam a ser educados os homens destoa e dificulta o pensamento crítico e radical sobre as relações sociais de produção.

Aproveitando-se das experiências e sínteses desse período, um dos ideólogos do governo neoliberal de Reagan nos Estados Unidos, Francis Fukuyama,

propagou o que se convencionou chamar de “o fim da história”, ou o “fim das ideologias”. Essa tese considera que, desde o fim do chamado *socialismo real* em 1989, simbolizado pela queda do muro de Berlim, a única forma possível de se governar o mundo é sobre o solo do modo capitalista de produção.

Essa tese cooperou para a propagação das idéias reformistas, contribuindo para a redução das influências do socialismo-comunismo. Os Estados nacionais com suas políticas e instituições, assim como o pensamento pedagógico e os partidos e centrais sindicais, adequaram suas propostas para as possibilidades de ajuste social *pró-capital*, ou por opção, ou por se sentirem ameaçadas, ou porque sofreram algumas formas de cooptação.

Em geral, as propostas reformistas foram impulsionadas no Brasil e no mundo no decorrer das últimas duas décadas, mais especificamente a partir do governo Collor. Acreditamos que os rumos destas propostas se manifestam de forma efêmera, fluida, identificada com as vertentes do pós-modernismo.

As ações promovidas pelo congresso nacional e pelos Estados federativos têm exposto o lado mais devastador de tal corrente, através das reformas: trabalhista, previdenciária, educacional, sindical, política etc.

Ainda que incompletas ou sem agradar completamente a elite brasileira, estas políticas fazem parte de um pacote de reformas que tem fortalecido os poderes do Estado nacional e do próprio capital, pois intensificam o aumento dos lucros ou o freio da queda de suas taxas. Todavia, como já citado em escala mundial, têm ampliado a precarização do trabalho, atingindo fortemente a classe trabalhadora brasileira. Na

medida em que se sucede, promove a desregulamentação do trabalho, sendo, portanto, uma das conseqüências do processo de neoliberalização<sup>19</sup>.

Nas análises de Anderson (1995), devido a própria lógica dessa nova disposição político-econômica mundial, economicamente o neoliberalismo fracassou, socialmente ele já conseguiu êxito negativo, pois criou sociedades bem mais desiguais, contudo, algo o faz ainda ideologicamente grande e capaz de garantir consensos sem precedentes.

Após a segunda guerra, período em que se deu início a consolidação do sistema político recorrente da Conferência de Breton Woods, em 1944 – um acordo entre as maiores potências industriais que buscou reativar o capitalismo mundial –, diversas agências internacionais foram criadas<sup>20</sup> para (re)compor a nova ordem

---

<sup>19</sup> Para comentar do caso brasileiro, o livro organizado por Ivo Lesbaupin (1999) intitulado “O desmonte da nação: Balanço do governo FHC” demonstra um processo intenso de reformas de cunho neoliberal organizado pelo duplo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), que deu seqüência ao processo mais intenso iniciado pelo governo Collor (1990-92), amortecido pelo governo de Itamar Franco (1992-93) e atualmente vivido nos anos de governo do então presidente Lula da Silva desde 2002. Por meio desse livro, podemos destacar que o neoliberalismo no Brasil foi e é ilustrado por diversas formas. Destaque para as inúmeras privatizações de empresas estatais, para o incessante corte de verbas direcionadas à questão social (previdência, educação, saúde, segurança etc. – estas, necessariamente, ocasionam um processo de privatização destas, ilustrada pelas constantes reformas), para a intensificação do processo de focalização de recursos às denominadas áreas de risco, para a criação de inúmeras bolsas de auxílio (a exemplo das bolsas escola e família), assim como para a criação de parcerias com o setor privado. Destaque também para a tendência real de desregulamentação de muitos dos direitos trabalhistas fixados pela CLT desde sua criação no primeiro governo Vargas (1930-45). Além do conjunto de autores que participam desta obra através da síntese de seus estudos, vale citar a importante dimensão dos trabalhos de Ricardo Antunes, Armando Boito Jr., Andréa Brandão, Giovanni Alves, dentre outros. Outra importante obra é a de Aloysio Biondi “O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado”, que demonstra, como consta em seu subtítulo, “Como as privatizações foram feitas; a entrega do patrimônio público; por que o Brasil ficou mais pobre; e o mito das ‘forças de mercado’”.

<sup>20</sup> Trata-se das seguintes agências: Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), como a instituição capaz de intermediar as relações diplomáticas internacionais, assim como as agências vinculadas a esta – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO, 1946); Organização Internacional do Trabalho (OIT, ainda em 1919, diante dos problemas que ocasionaram a (e gerados pela) Primeira Guerra Mundial, porém, agregada a ONU após o citado Tratado); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 1945) dentre outras que atuam em setores específicos na proposição de medidas de cooperação internacional. Inclui-se nesse quadro maior, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI, 1947) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

superestrutural. Até os dias atuais, estas agências realizam acordos multilaterais com os países de capitalismo avançado ou periférico, demonstrando a subserviência da maioria dos países aos ditames do grande capital, inclusive quando se tratam das políticas ligadas à ciência e tecnologia, na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Esse conjunto de determinantes históricos cria (ou recria) necessariamente inúmeras variáveis que reforçam a reprodução da lógica do capitalismo. Isso nos permite chegar a conclusões que a princípio parecem óbvias, contudo, carecem de maior exploração dos diversos temas que se abrem ou que são modificados no decurso da história.

Um tema mais genérico, porém de extrema importância, diz respeito ao “giro” ou a “virada” da esquerda mundial. Houve tempos em que a esquerda, em grande escala, impingia mais intensamente as idéias que visavam o Welfare-State. Em menor quantidade – porém não em intensidade –, a esquerda almejava o avanço das idéias comunistas.

Os defensores do Welfare-States corroboravam com a política econômica keynesiana, financiada pelas pelos lucros conquistados pelo período fordista/taylorista. Na atualidade, conforme destaca Boito Jr. (0000) Já os propagadores do socialismo-comunismo, tentavam (e ainda tentam), a todo custo, imprimir sua concepção radical de mundo ao se pautarem na tradição marxista. Estes últimos trouxeram consigo as heranças das revoluções comunistas que triunfaram durante o século XX, principalmente a Russa, a Chinesa e a Cubana.

---

(BIRD, ou Banco Mundial, 1945), que deveriam atuar no planejamento e regulação do sistema econômico internacional.

Essa “virada”, não somente de grande parcela da esquerda, mas também de setores da direita ou das elites intelectuais de nível nacional (que já foram mais conservadores), trata-se de uma perspectiva que visa um *consenso* entre os setores políticos, econômicos e sociais, na busca de uma *alternativa menos ameaçadora* para a vida política e econômica capitalista no planeta. Oficialmente, essa via de consenso é reconhecida como *Terceira Via*. Os adeptos desta tendência se dizem posicionados entre a esquerda radical e a direita conservadora.

No item a seguir, continuamos com algumas análises sobre as tendências impressas para a formação de um novo projeto de sociabilidade. Reformado e mais racionalizado, apesar de prever mudanças consideráveis, promovem a continuidade do capitalismo.

Reforçamos a idéia de que esse modelo, “mais humano” (ou com um poder de destruição menos rápido), se esforça para representar a medida necessária de reformas pró-capital, de cunho claramente neoliberal, para garantir o consenso social, político, econômico e cultural.

Valendo-se das idéias do Coletivo de Estudos coordenado pela Professora Dra. Lúcia Neves<sup>21</sup>, acreditamos que esse neoliberalismo apresenta-se enquanto um “Neoliberalismo de Terceira Via”.

## **2.6. O Neoliberalismo de Terceira Via: O papel do Estado na formação do cidadão produtivo e a questão da cidadania**

---

<sup>21</sup> “Coletivo de Estudos sobre Política Educacional”, com sede atualmente na FIOCRUZ.

## DO NEOLIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA

Com a crise do fordismo e o advento de uma nova forma ou tentativa de estabilização econômica – carregada de muitas promessas nos campos social, político e econômico –, observamos a já citada virada no pensamento hegemônico tanto da esquerda, como da direita mundial. Sob pressão ou não, muitos governos e centrais sindicais passaram a cooperar para o processo de adaptação necessária para as mudanças estruturais do capitalismo.

É importante observar a crítica de Mészáros (2006) sobre o aparecimento das ações reformistas, principalmente através da esquerda. O autor realiza uma crítica radical ao movimento criado pelos agentes promotores da condição capitalista de organização da sociedade. Prossegue afirmando que a estratégia dos reformistas é factível somente numa teoria tendenciosamente fictícia, “uma vez que as soluções preconizadas, as ‘reformas’, na prática são estruturalmente irrealizáveis dentro da estrutura estabelecida de sociedade” (p.62).

A *corrente reformista* obteve inúmeras adesões ao longo de sua existência exacerbando o conflito entre os diferentes interesses tanto na esquerda como na direita. Na atualidade, mais precisamente nas duas últimas décadas, suas questões centrais ganharam corpo em vários partidos pelo mundo que se autodenominam socialistas, ou social-democratas, centro radical, centro-esquerda, ou em muitos casos, governança progressiva.

Essa tendência reformista, conforme o “Breve Dicionário Político”<sup>22</sup>, representa a:

Corrente política no seio do movimento operário, que nega a necessidade da luta de classes, a revolução socialista e a ditadura do proletariado; é favorável a colaboração entre as classes e aspira converter o capitalismo numa sociedade de “prosperidade geral” com a ajuda das reformas aplicadas no marco da legalidade burguesa. Surgiu no último quarto do século XIX e se difundiu entre os partidos social-democratas. Em 1954, o Reformismo proclamou como sua doutrina oficial o “socialismo democrático”, oposto ao “comunismo científico” e orientado a adaptar o capitalismo às novas condições históricas sem mudar a sua natureza.

Diversas forças governamentais do capitalismo contemporâneo têm adotado em suas políticas uma perspectiva com fortes tendências reformistas no sentido exposto na citação acima. Dessa forma, os governantes acreditam (mas não necessariamente) que estão cumprindo com a perspectiva de humanização do capitalismo, num tempo em que este, em sua vertente pautada principalmente na forma política e econômica neoliberal, tende a diluir o público em benefício do privado, tanto quanto a lógica do mercado necessita.

Dentre os países que hoje participam da denominada “Cúpula da Governança Progressiva”<sup>23</sup>, promotora do desenvolvimento de uma nova governança global, encontramos o Brasil, representado pelo presidente Lula desde 2002. O ex-presidente FHC, em seu duplo mandato entre 1994 a 2001, também participou das

---

<sup>22</sup> Editorial Progreso – Moscu.

<sup>23</sup> Esta Cúpula nasceu em torno do documento chamado “Consenso de Buenos Aires”, documento elaborado por Jorge Castañeda (depois, este foi Ministro de Relações Exteriores de Fox e pelo brasileiro Mangabeira Unger (atual Ministro de Assuntos Estratégicos do governo Lula), representou uma espécie de tentativa de “humanizar o neoliberalismo”, incorporando as teses do ajuste fiscal como uma conquista indispensável, mas prometendo – apesar disso – políticas sociais, retomada do desenvolvimento e geração de empregos, bem de acordo com a nova política do Banco Mundial (Bessa, 2003), que utiliza o discurso do desenvolvimento sustentável.

reuniões desta Cúpula com sua equipe de governo. Em seu tempo, FHC deu início a um processo de reformas sustentadas até os dias atuais.

A Cúpula inicialmente pregou a busca de uma alternativa que unisse as vantagens competitivas da economia de mercado vigente nos Estados Unidos à segurança do Estado do bem-estar social europeu. Isso representa uma plataforma comumente associada aos reformados partidos de centro-esquerda, depois da queda do socialismo real (Bessa, 2003).

Conforme Lima e Martins (2005), a Cúpula critica as teses mais ortodoxas do neoliberalismo, por serem estritamente vinculadas ao “fundamentalismo de mercado”. Antony Guiddens, principal formulador e sistematizador da proposta e assessor direto do Primeiro Ministro Britânico, Tony Blair, afirma que os mercados devem funcionar sob uma estrutura social e ética que eles mesmos não podem proporcionar.

A linha defendida pela tese – ou a Terceira Via –, defende uma noção de *comunidade* que deve orientar a busca da *coesão social*, tornando-se um “... instrumento para resgatar as formas perdidas de solidariedade entre as classes sociais e renovar os laços entre os diversos grupos até atingir o conjunto da sociedade”<sup>24</sup> (p. 53).

Segundo estes mesmos autores, a Terceira Via é apresentada e identificada como a mais significativa síntese do capitalismo atual, movida e orientada para conferir

---

<sup>24</sup> Sobre o processo de redefinição das estratégias destinadas a legitimar o consenso em torno da sociabilidade burguesa, ver, dentre outros, os textos de diversos autores no livro organizado pela Lúcia Neves (A nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso, 2005).

legitimidade e dar sustentação às “estratégias burguesas para obtenção do consenso em nível mundial” (p. 66).

Essa síntese, constitutiva do novo bloco histórico moldado a partir da *hipertrofia da especulação financeira* no processo de reprodução ampliada do capital, tem as agências e os organismos internacionais como seus principais tutores. Com isso, o processo de formulação da Terceira Via foi pensado como alternativa aos efeitos negativos do neoliberalismo e insuficiências da social-democracia européia. Dentre outras sistematizações, Lima e Martins (Ibid.) afirmam que:

A Terceira Via propõe que o Estado assuma o seu papel pedagógico fundamental de impulsionar uma nova cultura cívica por meio da *renovação organizativa da sociedade civil*, visando a consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e a ação voluntária dos indivíduos. [...] Tanto a promoção da igualdade com inclusão social quanto a do bem comum deveriam ser asseguradas pela produção de ‘políticas [sociais] gerativas’ que desenvolvam o chamado ‘capital social’ dos grupos de indivíduos para a ação, inculcando neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos e rompendo em definitivo com a cultura de dependência criada pelo Estado de bem-estar social e suas políticas sociais universais (p.57).

Os governos adeptos de tal perspectiva de Estado e governabilidade adotam em maior ou menor grau os princípios desta Terceira Via, levando o Estado a passar por um processo de (re)organização. Com isso, são ditados os rumos das novas políticas que se tornam em pouco tempo hegemônicas e determinantes na vida de um país. Esse processo é também chamado pelos autores de *repolitização da política*.

Para os idealizadores dessa tese, em um mundo em constante mudança, as bases estrutural e infra-estrutural da sociedade devem corresponder às expectativas da Terceira Via, visando um “novo Estado democrático”, com uma “sociedade civil ativa”,

gerando maior participação dos grupos representantes da sociedade, comprometendo-se com a reformulação da estrutura do pensamento social e da sua prática política.

Como consequência, por ser regulamentada e coordenada pelo Estado, a educação também passou a sofrer expressivas influências deste pensamento, justamente por manter um papel central no processo de formação dos indivíduos sociais. Ao modificar a forma de ver e pensar a educação, gerou-se um processo que passou a ser chamado de “Nova Pedagogia da Hegemonia”<sup>25</sup>.

Com isso, é possível identificar nos princípios e objetivos das reformas mais atuais da educação, muitos dos mesmos princípios e objetivos defendidos pela Terceira Via – ou *Neoliberalismo de Terceira Via*. Fora das instituições formais de ensino, ou para além de seus muros, também é possível constatar a existência de políticas voltadas para a promoção de uma educação humanizadora, bastante identificadas com as tendências propostas pelo capitalismo contemporâneo. Demonstraremos tal fenômeno ao longo do capítulo três, quando tratamos da especificidade da pesquisa (a questão da educação física).

## O NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA E A (RE)FORMA DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

---

<sup>25</sup> A “Pedagogia da Hegemonia” é um termo resgatado pelo Coletivo de Estudos sobre Política Educacional. Conforme consta no próprio título do livro citado, a nova pedagogia da hegemonia representa as “estratégias do capital para educar o consenso”. Em tempos em que é de praxe o desmantelamento dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, para a manutenção da hegemonia do capital, nada é mais necessário do que possibilitar uma educação nova (ou renovada), com outra qualidade, mais ampliada e que ultrapasse, em muito, os muros da escola, ou seja, pretendendo a adesão dos vários sujeitos sociais. A idéia de Mészáros presente na nota de número 1 (um) desta dissertação, auxilia na compreensão dessa afirmativa.

Nesse momento, trabalhamos com o pressuposto de que, diante da difusão das idéias neoliberais, a sociedade civil no Brasil ampliou sua atuação, em larga escala, dos processos ditos educativos.

Diante dos rumos do capitalismo e suas influências num país como o Brasil, Melo e Falleiros (2005) mostram que a pretensão do bloco no poder no Estado brasileiro, desde 1995 é defender e difundir a Terceira Via para a condução de suas políticas. Ao analisarem os documentos do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), referentes ao “Plano diretor da reforma do aparelho do Estado” (1997), os autores encontram referências que afirmam que o modelo de Estado desenvolvimentista, além de estar em crise, devido a “seu crescimento distorcido e ao processo de globalização”, era apontado enquanto a “**principal causa** da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação” (p. 175, grifos nossos).

Os autores comentam que o objetivo dessas afirmativas era o de “... veicular a noção de que os problemas enfrentados pelas sociedades ocidentais nos últimos tempos seriam decorrentes não de uma crise no próprio modelo capitalista, mas da atuação equivocada, corrupta e ineficaz do Estado” (p. 176). Assim, concluem afirmando que se pretendia legitimar medidas centrais ao ajuste neoliberal, negando e camuflando que as contradições implícitas e constitutivas do sistema capitalista são as principais causas provocadoras do que outros autores chamam de barbárie.

Bresser Pereira<sup>26</sup> (1997), a exemplo de Antony Giddens – “pai” da Terceira Via –, comenta que as reformas orientadas para o mercado eram necessárias, contudo, não deveriam se impor com o radicalismo neoliberal. Para esses autores, antes que as coisas desandassem ainda mais – a exemplo do neoliberalismo exacerbado do governo Collor –, era necessário garantir a introdução e consolidação no país de um Estado social-liberal, em substituição ao Estado social burocrático do século XX.

Nesse período de ajustes e (re)formulações realizadas pelo Estado brasileiro, se deu a ampliação da participação de inúmeras instituições não-governamentais, representadas pelas ONGs, OSCIPS, Institutos, Filantrópicas, Fundações, denominadas de “Terceiro Setor”<sup>27</sup>. A participação mais efetiva destas instituições é uma das conseqüências diretas da política de ampliação do Estado nacional. As funções sociais destas se originam diante da suposta e propagada “inoperância” do Estado, ou da sua incapacidade de gerir e formular as políticas públicas ideais que supostamente proporcionariam o bem-estar à população. Em grande parte, estas visam promover saúde, educação, desenvolver pesquisas, projetos sociais de diversas naturezas, dentre outras ações.

A maioria dessas instituições não-governamentais é financiada em grande escala tanto pelo próprio Estado, como também – e principalmente – pelo setor privado,

---

<sup>26</sup> Ministro da Fazenda em 1987, da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1995-98 e da pasta de Ciência e Tecnologia entre 1999-02. Pereira é um dos principais responsáveis por trazer para o Brasil as idéias que determinaram o bojo de reformas identificadas com o neoliberalismo de Terceira Via, que desde 1995 vem implantando no país uma série de modificações na concepção do Estado.

<sup>27</sup> Para Santos (2009), “Terceiro Setor” nada mais é do que uma criação ideológica, com o objetivo de “... minimizar as contradições entre o capital e trabalho, com ações substitutivas das políticas públicas universais” (p. 51). É também “... o responsável pelas ações de assistência e atendimento das necessidades das classes mais pauperizadas e que servem como paliativo ou ‘compensação’ das mazelas provocadas pelas contradições entre o capital e trabalho (...) campo privilegiado, autônomo e apaziguador” (p. 53-4).

na medida em que estes recebem, por exemplo, diversas isenções fiscais por cooperarem na promoção da (renovada) *cidadania*<sup>28</sup>. Inclui-se aí o incentivo e financiamento a projetos educativos, que são realizados fora dos “muros da escola” (ou em período extracurricular, em projetos sociais de diversas naturezas etc.).

Dessa forma, se amplia conseqüentemente o conceito de educação, visto que inúmeros projetos sociais são realizados não somente pelas instituições não-governamentais, mas também pelo Estado, através de algumas secretarias de governo específicas. Neste caso, os projetos sociais oferecidos pelo setor não-governamental podem ser entendidos como uma extensão do que o governo oferece de maneira insuficiente para a difusão da ideologia neoliberal, ou até mesmo não oferece.

Antes de adentrarmos na pesquisa propriamente dita, vale adiantar que, de maneira controversa, estes projetos surgem com o discurso de que estão em uma crescente nos níveis de qualidade e quantidade e que isso é muito bom para a população como um todo, pois manifesta o exemplo de uma governabilidade necessária para os dias atuais, na medida em que o lazer “deixa de ser puramente diversão para tratar de questões verdadeiramente interessantes para a população, principalmente para os de baixa renda”, segundo palavras de um dos gestores entrevistados na pesquisa.

---

<sup>28</sup> A notícia veiculada pela Folha de São Paulo no ano de 2003, intitulada “Governo banca ONGs, mas não fiscaliza seus gastos”, indica que há de se duvidar do verdadeiro objetivo e tendência do papel das centenas de milhares de ONGs cadastradas no Brasil. Ainda sobre o financiamento, conforme consta no site da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS, 2009), algumas ONGs têm explorado formas inovadoras de captação de recursos via comercialização de produtos e serviços, associação com administradoras de cartões de crédito, para emissão de cartões de afinidade e campanhas de arrecadação de recursos junto ao público em geral. A potencialização destas iniciativas passa, no entanto, por mudanças legais ainda não concretizadas, com vistas a estimular, via incentivos fiscais, a doação de recursos por pessoas físicas e jurídicas.

Assim, resta-nos comentar sobre o tipo de formação que essa perspectiva acarreta, tanto para a classe trabalhadora, como para o que é demandado para os trabalhadores ou funcionários que atuam neste setor, constituídos, em grande parte, por professores de educação física.

#### A EDUCAÇÃO DO CORPO DO CIDADÃO PRODUTIVO

Segundo Coriat (1990, apud Alves, 2007), a preocupação do toyotismo é com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista. Ou seja, “... com a ‘captura’ da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a ‘manipulação’ do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias” (p.247).

Conforme Alves (idem), a reestruturação produtiva é caracterizada pelos princípios de “autonomação” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), programas de Qualidade Total, iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo, dentre outros.

Tal como o fordismo, o toyotismo opera a articulação hábil da “força” (destruição do sindicalismo industrial de massa) com a “persuasão” (remunerações flexíveis ligadas ao desempenho individual e trabalho em equipe e intensa propaganda ideológica) (idem).

Assim, o toyotismo exige qualificações diferenciadas quando comparadas ao fordismo. Essas qualificações para o trabalho articulam habilidades cognitivas e comportamentais. São, portanto, imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível). Com isso, atualizam a subsunção real do trabalho ao capital, ou subsunção formal-intelectual ou espiritual, conforme Alves (idem).

Através das referidas mudanças na lógica organizacional do capitalismo, na era da globalização, é possível compreender a constituição de um complexo ideológico que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de *empregabilidade e competência*.

Conforme Alves (idem), empregabilidade e competência são termos que representam os paradoxos do toyotismo. Para o autor, esses termos operam com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da “produção enxuta”, totalmente avessos às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social.

A mundialização do capital se apresenta de modo bastante implícito nos discursos neoliberais e/ou social-democratas. Estes discursos têm a vocação de difundir o conceito de empregabilidade. Este termo surge como o eixo estruturador da política de formação profissional, sendo o requisito utilizado que busca supostamente superar a crise do trabalho assalariado.

Fica assim subentendido que as mudanças estruturais no modo de produção capitalista acarretam mudanças também sobre a educação, produzindo impactos que trazem novas exigências para a formação do trabalhador. Esse processo exige ajustes no sistema educacional, tanto no que se refere ao plano curricular, quanto ao modo de organização e gestão escolar e, de maneira geral, na estrutura de formação da sociedade.

Inicialmente, vale dizer que, de acordo com o discurso dominante (SEFOR, 1995), o trabalhador é o único responsável pelo desenvolvimento de suas competências e habilidades individuais e conseqüentemente por manter sua empregabilidade. Nesse sentido, deve depender cada vez menos do oferecimento por parte do Estado. (SENNETT, 2001).

Para compreendermos o pensamento pedagógico do capital, é importante considerarmos as contribuições de Mészáros (2005); segundo esse autor, a educação que é destinada à classe trabalhadora, serve para a internalização dos valores necessários à dominação do capital. Assim, não por casualidade, a partir dos anos de 1990, as políticas públicas de educação de jovens e adultos trabalhadores adquiriram um novo perfil. De acordo com esse novo perfil neoliberal, o trabalhador deve assumir para si a responsabilidade de qualificar-se para atender aos requisitos da “inovação tecnológica e organizacional” dos meios de produção (SEFOR, 1995). Para o Ministério do Trabalho (governo de Fernando Henrique Cardoso), a educação do trabalhador tem também caráter compensatório, dado que se reconhece o não atendimento necessário do direito à educação básica da classe trabalhadora; no entanto, nada se menciona em relação ao oferecimento de educação como direito do trabalhador e dever do Estado.

Saviani (1992) compara a formação exigida na atualidade com a formação exigida nos tempos de fordismo/taylorismo. Se antes prevalecia a Teoria do Capital Humano no campo educativo e para a formação técnica e profissional, hoje, o mesmo acontece, porém de maneira renovada, criteriosamente desenvolvida e praticada. Quanto mais o capital reclama por trabalhadores qualificados, tanto mais se esforça para lhe responder positivamente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são os maiores exemplos de que o que se discute pelos blocos no poder em nível mundial conflui com a proposta presente em seus documentos.

O próprio projeto político-pedagógico (PPP)<sup>29</sup> – portanto, o projeto da educação escolar – do município de Itaboraí, mantém união com diretrizes necessárias para uma adaptação local e regional “propostas” pelo governo federal, dispostas na LDBEN 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais. Sua fundamentação principal, ou “seu norte” – conforme palavras da antiga subsecretária de educação – são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento disposto em diversas partes que visam preparar a escola e o magistério, na teoria e na prática, para as competências necessárias à produção flexível, assim como para as conseqüências sociais desta.

Isso induz a pensar que há uma demanda (e pressão) cada vez mais forte por uma nova fase de modificações nos fundamentos teóricos e metodológicos

---

<sup>29</sup> O título do documento que indica a reforma curricular formulada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Itaboraí em concluída em 2003 e atualmente passando por um processo de reforma, iniciado em 2005.

educacionais, em todas as disciplinas ou componentes curriculares obrigatórios, dentre os quais se incluem a educação física (EF).

#### CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde as suas origens até o fim da Ditadura Militar (1964-84), a educação física no Brasil foi mantida como um importante instrumento de controle social. O auge do Método Francês em todos os estabelecimentos de ensino na primeira era Vargas (1931-45) e o processo forçado de esportivização da educação física que objetivava o alto rendimento durante a ditadura pós-64, ilustram o quanto essa área foi dominada e subsumida pelo poder do Estado.

Ao idealizar a constituição de uma nação forte e independente política e economicamente, em tempos de nacional-desenvolvimentismo, o Estado impôs um pensamento que influenciou a prática das atividades corporais na sociedade. Tais influências determinaram, por longas décadas do século XX, a educação do corpo da classe trabalhadora. Os valores éticos e morais necessários para a consolidação do capitalismo no país – como a disciplina, o respeito absoluto às regras, a preparação para o trabalho, para guerras, dentre outros –, fizeram da prática pedagógica da educação física, sua imagem e semelhança.

Contudo, as perspectivas anteriores da educação física não se cumpriram eternamente, nem mesmo triunfaram de maneira ampla. Novos paradigmas emergiram diante do enfraquecimento de um longo período de ditaduras militares. Somente uma

profunda modificação no modelo político-econômico do modo de produção capitalista que rege a sociedade, poderia ocasionar uma mudança impetuosa no foco da educação física e também de outras áreas.

Para explicar esse movimento, assim como para tentar apontar quais as tendências atuais, no caso, para a educação física, torna-se necessário recorrer às origens históricas das mudanças políticas, econômicas e sociais.

Institucionalmente falando, a educação física sempre foi um instrumento utilizado pelo Estado brasileiro para formar a sociedade, conforme a necessidade do progresso industrial promovido pelo capitalismo no país. Nas Ditaduras Vargas e Pós-64, o Estado visou transmitir diversos valores através desta disciplina. Questões morais, éticas, a disciplina e a pontualidade, o respeito às regras, habilidades corporais (manuais, físicas, resistência, repetição de tarefas...), estavam presentes no repertório de atividades corporais, principalmente as formais, de quase todo o século XX.

Para o projeto nacional-desenvolvimentista e a tentativa de se constituir o modelo brasileiro de bem-estar social, prevaleceu o ideal de nação grande. O patriotismo foi uma idéia bastante difundida também pelo professor de educação física, que ora era confundido como instrutor, ora como técnico esportivo.

A ditadura pós-64, foi fundamental para a difusão ampliada do Esporte no país, essencialmente pautado no conceito de alto rendimento. O Estado visou transmitir diversos valores através do Esporte. Questões morais, éticas, disciplina e pontualidade, respeito às regras, habilidades corporais (manuais, físicas, resistência, repetição de

tarefas...), estavam presentes no repertório de atividades corporais, principalmente as formais (estabelecimentos de ensino).

O modelo de formação pretendido, comprometido com a teoria do capital humano, abrangia também o Esporte. Os professores, confundidos como técnicos desportivos, se viam obrigados a trabalhar conforme impunha o MEC. Para o projeto nacional-desenvolvimentista e a tentativa de se constituir o modelo brasileiro de Welfare States, prevalecia o ideal de nação grande. O patriotismo foi uma idéia bastante difundida pelas diferentes instituições sociais aparelhadas pela direita nacional. O Esporte foi visto como um meio para difusão das idéias liberais.

Esporte e educação física se tornaram praticamente a mesma coisa nesse período. Na atualidade, ainda percebemos tal herança.

Com o advento do toyotismo, da flexibilização do processo de trabalho, do neoliberalismo etc., a ef na escola perdeu seu estatus de disciplina e ficou relegada ao segundo plano. Durante o período denominado de redemocratização política, durante a década de 1980, várias proposições foram elaboradas para a ef escolar, em forma de abordagem pedagógica. Na visão dos capitalistas, os intelectuais da ef não conseguiram reunir conhecimentos teórico-práticos de maneira suficiente para suprir as demandas do novo mercado de trabalho que se estabelecia, principalmente na década de 1990. Assim, justifica-se a perda de seu estatus. Os laços entre o esporte e a educação física foram enfraquecidos, ou seja, a importância dos mesmos não se justificava mais. Ambos tornaram-se impotentes e passaram um longo período sem uma efetiva participação no cenário político-burguês nacional.

Com a reforma do Estado nacional, os conceitos sociais foram submetidos à uma nova roupagem, contudo, ainda sob o viés ideológico do capitalismo, que se metamorfoseava. Cidadania, responsabilidade social, sustentabilidade, inclusão social, dentre outros, são alguns dos conceitos que foram manipulados e passaram a apresentar um novo repertório de valores a serem transmitidos.

Assim, identifica-se novas máscaras para os problemas decorrentes da crise financeira do capital. Diante da precarização do trabalho, do alto índice de desemprego, da informalidade, da crescente desoneração do Estado para com a saúde, segurança, educação etc. O crescimento desordenado dos locais onde o capital se instala permite para a população tão somente abraçar-se a pseudoesperança trazida pelas renovadas ações políticas do Estado e da emergente participação dos organismos não estatais.

Com FHC, o esporte (e a educação física) iniciou um lento processo de retomada de sua importância na sociedade. Com teorias renovadas, esboçou-se uma prática esportiva diferenciada, porém ainda ideologicamente comprometida com os parâmetros liberais, ou seja, de acordo com a política reformista do Estado. Assim, o esporte retornou ao cenário político-social e econômico-financeiro, tornando-se um elemento central no processo de formação da então renovada *cidadania*. Identificou-se que o Esporte seria um importante elemento cooperativo na conformação desta "nova" sociedade. Para tanto, foi necessário ampliar o sentido que até o abrangia.

Em tempos de reestruturação produtiva, este elemento da cultura corporal, além de estar comprometido com o alto rendimento, torna-se um valioso instrumento de inclusão social, para a minimização dos problemas sociais gerados pela automação

flexível. Na prática, diz-se que, por envolver as questões éticas e morais, o esporte auxilia na de formação do caráter necessário para o indivíduo se encontrar no mundo das instabilidades, pois considera-se que auxilia na redução de conflitos, da marginalização e da criminalidade; promove a tolerância e o respeito à diversidade, reduzindo o preconceito; possibilita trabalhar em equipe, desenvolver o espírito de liderança e o desenvolvimento de competências e habilidades corporais. Enfim, forma para para o trabalho e para o não-trabalho.

Com isso, toma as vertentes de rendimento, educação e saúde e lazer. As políticas públicas voltadas para o esporte, fazem deste um renovado e importante instrumento de ascensão social.

### CAPÍTULO III – PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

#### **Introdução**

Objetivamos, nos capítulos anteriores, expor uma interpretação da realidade concreta da qual compartilhamos. Para isso, buscamos fundamentação em diversos autores reconhecidos pela sua tradição marxista. Assim, acreditamos que a análise desenvolvida até aqui tenha sido suficiente, ao ponto de nos permitir retornar às questões aparentes relativas ao nosso objeto de estudo.

Sob esse aspecto, ao contextualizar as várias questões relativas à educação física, identificamos que esta área está sofrendo um novo (ou renovado) processo de reformulações.

Compreendemos que a questão da educação física é acompanhada há décadas por um conjunto de notáveis pesquisadores. Muitos foram aqui citados e, por isso, nos ajudaram através de suas obras. Na tentativa de somar considerações críticas acerca da educação física, acreditamos que através das idéias que procuramos desenvolver, apresentamos indícios que revelam possíveis novidades para a área.

Apontamos que podem aflorar, em médio prazo, novas tendências, mais efetivamente didático-pedagógicas (no contexto escolar), principalmente nas regiões em que a reestruturação produtiva se faz mais presente, como é o caso do Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que tem o município de Itaboraí como sede do Comperj.

Encontramos alguns indícios que nos permitem afirmar essa possibilidade. O presente capítulo é fundamental e decisivo para a realização de mais este apontamento, através do desdobramento de nossas idéias. Adiantamos aqui que, através dos seus próprios conteúdos, a educação física – dentro e fora da escola – tende a se afinar, cada vez mais, com as demandas exigidas e conseqüentes da reestruturação produtiva, *mesmo na escola pública* (ao menos na teoria, ou seja, contribuindo para uma difusão ideológica da nova pedagogia da hegemonia).

Nesse sentido, a perspectiva e a finalidade seria a de envolver a educação física, com maior rigor, com uma suposta (e muito provável) situação social herdada das contradições inerentes ao desenvolvimento do mercado de trabalho capitalista. Entendemos que torna-se cada vez mais real a utilização dos espaços escolares e não escolares, para a formação de um cidadão flexível, polivalente, preparado para o desemprego e para enfrentar diversas dificuldades e instabilidades, pautando-se nas idéias emitidas pelo atual conceito da empregabilidade e empreendedorismo, incutidos na pedagogia das competências.

Reunimos elementos que nos permite hoje afirmar que tal processo é, de certa forma, crescente, inclusive na educação física.

Será à luz das transformações materiais por que passa o município de Itaboraí, que analisamos as políticas públicas para a educação, especificamente para a educação física. Integra esse processo de transformação, o Comperj, do qual nos ocupamos a seguir.

### 3.1. COMPERJ: IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO LESTE FLUMINENSE E EM SUA REALIDADE EDUCACIONAL

Este item nos permite identificar que o campo empírico selecionado para a realização de nossa pesquisa pode ser enfim considerado um dos ambientes onde se manifestam mais diretamente os diversos fenômenos intimamente relacionados à atual reestruturação produtiva.

A análise de empreendimentos gigantescos como o Comperj nos permite observar ainda mais de perto as mudanças no campo do trabalho e as determinações industriais que se hegemonomizam na vida cotidiana da região e na sua relação com o mundo globalizado. Especificamente, nos possibilita apreender as tendências políticas, econômicas, culturais e educacionais.

É comum ouvirmos que o Brasil é um país capitalista emergente, que tenta se estabelecer no cenário mundial enquanto uma das principais potências econômicas. Também denominado de país capitalista periférico ou de capitalismo dependente, o Brasil inseriu-se com maior densidade na lógica da globalização – ou mundialização do capital, conforme Chesnais (1996) – a partir dos anos de 1990, quando se consolidou no país uma política de cunho fortemente neoliberal, com o então presidente Fernando Collor. Algumas medidas foram importantes para o que a classe dominante chamou de um salto qualitativo em direção ao perfil de país globalizado.

Conforme Neto e Neto (2006) estão atualmente em curso, no caso do Estado do Rio de Janeiro, importantes transformações em seu espaço e economia. Como exemplo, citam o fenômeno do esgotamento do modelo de industrialização, centralizado

na região metropolitana do Estado, e o surgimento de novos pólos de destaque econômico no interior Fluminense.

Segundo os autores, esses fenômenos estão ligados à modernização e crescimento de importantes setores produtivos. Dentre esses setores, “... o setor petrolífero vem se destacando como principal atividade econômica, localizada majoritariamente no interior, a exemplo do Norte Fluminense do Estado” (Idem, p. 02).

A referida região, há décadas, vem ganhando expressão no cenário econômico nacional e internacional pelo seu grande potencial que tem o foco na extração de riquezas minerais. Por conta disso, observam-se ali profundos impactos de cunho social, econômico e ambiental intervindo, junto ao Estado, o conjunto de políticas para esta localidade.

Como citamos na introdução desta dissertação, o município de Itaboraí, situado na Região do Leste Fluminense, foi escolhido para ser a sede de um grande empreendimento da Petrobras. Trata-se de um pólo petroquímico, cunhado de Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). O dia 31 de março de 2008 entrou para a história do município, pois foi o dia em que foram iniciadas as obras de terraplanagem do espaço onde está sendo construída a sede, no bairro de Sambaetiba.

A princípio é de se estranhar o fato de um pólo petroquímico ser instalado em uma região como o Leste Fluminense que, sequer ganhou expressividade durante a fase nacional-desenvolvimentista que objetivava a construção e o fortalecimento de um parque industrial brasileiro.

Contudo, sabendo-se da necessidade constante de expansão do modo de produção capitalista, não nos causa nenhuma estranheza ver nascerem, em um período tão curto de tempo, condições apropriadas “para alimentar o dinamismo tecnológico tão necessário para o desenvolvimento do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 132).

Seguindo o pensamento de Harvey (Ibid.), a sobrevivência do capitalismo está diretamente ligada ao poder de circulação do capital, daí a sua constante necessidade de expandir-se. O autor ainda destaca que, sob as condições do modo de produção capitalista, tornam-se indispensáveis mecanismos que garantam a criação “das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação de capital” (p. 130). O autor deixa claro que não está tratando os elementos acima como “rigorosamente funcionais em relação à circulação do capital” (Ibid.). No entanto, Harvey menciona a necessidade da produção de elementos indispensáveis à sua dinâmica. Nesse sentido, afirma que

A produção de ciência e tecnologia, e o provimento de infra-estruturas sociais de educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar, definem áreas em que o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver), demora muitos anos. Os investimentos desse tipo dependem da criação prévia de excedentes tanto de capital como de força trabalho em relação às necessidades correntes de consumo. Nesse caso, nos deparamos com a feliz circunstância de que tais excedentes estão sendo continuamente gerados dentro do processo de circulação do capital. Será que há melhor maneira de absorvê-los do que transferi-los para projetos a longo prazo de criação de infra-estruturas físicas e sociais? **De fato, o investimento em ciência e tecnologia, e na habituação dos trabalhadores (por meio da educação ou repressão) a ritmos de trabalhos mais intensivos, assim como os novos maquinários, sistemas de transporte e comunicações, sistemas de informação, formas de distribuição etc., podem todos juntos fomentar tempos de rotação agregados mais rápidos** (Ibid., p. 137, grifos nossos).

Buscamos nos argumentos acima, oferecidos por Harvey, instrumentos teóricos que nos ajudaram a compreender as tensões que levaram à definição da área para a instalação do Comperj. Tomamos como ponto de partida algumas informações oficiais que apontavam para as múltiplas variáveis que se colocaram como critérios

determinantes para a efetivação deste projeto. O mesmo contará com cerca de 150 indústrias ligadas diretamente ao empreendimento, na área da Região de Influência Direta<sup>30</sup>.

Conforme documento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Sistema FIRJAN), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e apoiado pela empresa de telecomunicação Oi/Telemar, os critérios utilizados para gerar a distribuição geográfica consideram, para a decisão do local de instalação das indústrias, as seguintes variáveis: (i) infra-estrutura disponível em cada município, mensurada nas categorias de logística de suprimento e escoamento (custos logísticos de transporte e integração ao Arco Metropolitano), disponibilidade de energia elétrica e de telecomunicações; (ii) recursos físicos e humanos disponíveis (disponibilidade de áreas, restrições ambientais e disponibilidade de mão-de-obra mensurada a partir do nível educacional e da cultura industrial de cada município); e (iii) importância estratégica do COMPERJ para o município (FIRJAN, 2008, p. 03-4).

Os critérios apontados acima reforçam a crítica feita por Harvey, ao explicitar o processo atual de expansão do capital. Desta forma, o autor afirma que

(...) os sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, para mencionar algumas das organizações chave que tenho em mente, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente (HARVEY, Op. Cit., p. 130).

Consta no documento da FIRJAN, acima citado, que o município de Itaboraí possui um fator fundamental e determinante para a decisão de sua escolha para sede,

---

<sup>30</sup> Consta nos documentos oficiais relacionados ao Comperj, a exemplo do documento da FIRJAN (2008), que o Estado do Rio de Janeiro poderá receber entre 362 e 724 empreendimentos (ligados à expansão da indústria de material plástico), em todo o seu território.

que é a capacidade de fornecimento de energia elétrica. Possui ainda, uma malha ferroviária que facilita o acesso às outras cidades, sendo também é cruzado por uma rodovia importante, que está diretamente ligada ao arco metropolitano. Este arco origina-se no Porto de Itaguaí, no qual os navios descarregam o petróleo extraído da Bacia de Santos.

Além da infra-estrutura apontada acima, o município conta com um único hospital municipal e um único hospital estadual. Estes possuem condições de atendimento que atualmente são consideradas regulares. O hospital municipal está localizado relativamente próximo tanto da construção do pólo, como do centro da cidade. O documento não faz referência, em momento algum, à imediata necessidade de expansão da saúde pública e de atendimento a outros locais, mais afastados do centro da cidade. Aborda somente sobre saúde quando comenta das possíveis empresas prestadoras de serviços, que poderão se fixar ou não no entorno. Trata-se, ainda, de “Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho” (p. 10).

A administração de Itaboraí tem se mostrado mais eficaz do que a de outros municípios da região e/ou dos que concorreram para ser a sede do Comperj. Consta nos documentos oficiais que é ainda considerado um dos municípios mais à frente no Índice de Qualidade dos Municípios (IQM)<sup>31</sup> do Leste Fluminense. Na primeira edição deste

---

<sup>31</sup> O IQM é feito pela equipe da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide). Foi iniciado em 1998. Em dados, mapas e tabelas, este documento detalha o potencial de cada um dos 92 municípios do Estado, analisados em 2005. Suas informações são importantes não apenas para os planejadores de políticas públicas, mas também para empresários, instituições e para toda a sociedade civil, permitindo à população fluminense conhecer melhor sua realidade social e econômica. Para registrar o desempenho dos municípios, a Cide fez uso de seu enorme banco de dados, cruzando informações de fontes diversas, como secretarias de estado, IBGE, Banco Central e concessionárias de serviços públicos, como Light e Cedae. Os dados encontrados foram classificados de acordo com indicadores, considerados como condições básicas para o desenvolvimento do município: dinamismo, centralidade e vantagem locacional, riqueza e potencial de consumo, qualificação de mão-de-obra,

índice, o município detinha a 68ª posição. Após cinco anos com o mesmo governo, saltou para a 46ª posição, sendo o sétimo município de todo o Estado que mais subiu no ranking no mesmo período. Os investimentos em saúde e educação foram as principais razões para esta ascensão.

Outro índice que apontou crescimento foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual Itaboraí foi um dos três municípios do Estado que apontou evolução. Portanto, além do potencial favorável nos aspectos natural, físico e geográfico, politicamente o município foi se tornando a “menina dos olhos” para a necessidade e demandas mínimas dos empreendimentos, tal como este da Petrobras. A nosso ver, tal quadro se adequa, significativamente, às necessidades atuais da reestruturação vivida pelo capital.

No município de Niterói, está sendo construído um “Centro de Queimados”, no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Este Centro já representa uma das ações mediadas pelas parcerias institucionais entre alguns setores da sociedade, nas quais se inclui a Universidade. A construção deste é uma medida que interessa aos possíveis acidentes que podem vir a ocorrer no complexo da indústria petroquímica.

Vale informar que as parcerias que realizam a construção deste Centro são constituídas por algumas “empresas, poder público e organizações em geral” (Sales, UFF, 2007).

---

facilidades para negócios, infra-estrutura para grandes empreendimentos e cidadania (Fonte: FAPERJ 19/06/2006).  
[http://www.faperj.br/interna.phtml?obj\\_id=2927](http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=2927), retirado em outubro de 2008.

Encontramos em um documento elaborado pela Reitoria da UFF, intitulado “Parcerias para o desenvolvimento e capacitação de mão-de-obra”, elaborado em julho de 2007, algumas demonstrações de que esta Universidade se inclui, de maneira ampliada, no processo de constituição de novas formas encontradas para a expansão de capitais<sup>32</sup>.

O documento cita somente um exemplo de parceria bem sucedida e este se refere à constituição do Comperj. A Petrobras, o Conleste, o Sistema Firjan e a ONU (Organização das Nações Unidas), uniram esforços para facilitar a realização deste projeto.

Consta no documento que estas parcerias objetivam “Tornar a universidade mais acessível às pequenas e médias empresas; Criar programas específicos de qualificação profissional, atendendo a demandas específicas da sociedade e; Auxiliar os grupos de pesquisa na busca de parceiros na indústria” (Idem).

Em relação ao papel da UFF nesse e em outros projetos empreendedores, destacamos uma longa, porém, importante e esclarecedora citação, presente em seu documento.

Em resposta à economia globalizada em mutação, muitos países e regiões ao redor do mundo, estão buscando organizar o processo de desenvolvimento em bases locais, a partir de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas em regime de parceria e cooperação entre todos os agentes envolvidos (poder público, população, setor privado, organizações etc.). O desafio atual é organizar o processo de desenvolvimento local a partir de um conjunto de atividades desenvolvidas em regime de parceria e cooperação entre todos os agentes envolvidos. **Um dos objetivos da Universidade Federal Fluminense é participar do processo de dinamização da economia local, sempre comprometida com o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população. Especial ênfase deve ser**

---

<sup>32</sup> Este documento encontra-se disponível somente no site da American Chamber of Commerce (AMCHAM), ou Câmara de Comércio Americana. O texto foi uma guia para uma palestra ministrada pelo Reitor Roberto Sales. Segue o link: [http://www.amchamrio.com.br/download/palestras/2007/09\\_07\\_07\\_comperj\\_roberto\\_sales.pdf](http://www.amchamrio.com.br/download/palestras/2007/09_07_07_comperj_roberto_sales.pdf).

**dada ao impacto da implantação do COMPERJ na qualidade de vida da população**, principalmente dos municípios que constituem o CONLESTE, e nas formas de interação entre empresas, instituições de ensino e pesquisa, organizações e o poder público para a **superação dos desafios logísticos e principais gargalos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos**. A UFF está buscando parcerias com os prefeitos do CONLESTE, com a Firjan, e com a Petrobrás, entre outras instituições. Já foi assinado um convênio com a ONU e a universidade está aberta à discutir novos convênios com eventuais parceiros. A UFF está habilitada a formar e qualificar mão-de-obra especializada e já tem diversos cursos com este foco, alguns dentro do PROMINP, assim como a graduação em Petróleo e Gás. A preocupação é formar profissionais qualificados para ocupar as vagas de emprego que surgirão. Um dos focos dessa parceria entre instituições é discutir e traçar diretrizes para planos de infra-estrutura para o COMPERJ. A Universidade Federal Fluminense estará presente, não só na área de formação de pessoal e pesquisa, mas também com o Hospital Universitário Antonio Pedro que deverá criar um Centro de Queimados e um Centro de Hemorragia Digestiva. Uma contribuição importante da Universidade Federal Fluminense neste processo pode se dar através da criação de unidades acadêmicas no interior do estado. Esse programa de interiorização representa a ampliação do acesso da população às atividades desenvolvidas por esta Universidade, confirmando a excelência da sua produção acadêmica e posicionando-a como importante agenciadora do desenvolvimento socioeconômico do estado. **O Programa de Interiorização da UFF representa a maturidade, o crescimento e a ampliação de nossa Universidade com vistas à consolidação da ação de descentralização de suas atividades acadêmicas no Estado do Rio de Janeiro**. Essa descentralização é de fundamental importância diante do desafio que é instituir o ensino superior público nos municípios constitutivos do Estado, além de **contribuir para a reversão no quadro educacional da região**. Estas unidades contribuem para a superação dos problemas locais e o desenvolvimento dos municípios, aproveitando o potencial de cada região, atuando de forma expressiva para a melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades. Os cursos ofertados repercutem de forma imediata na melhoria da educação fundamental e média. Diante dessa panorâmica **a UFF evidencia a necessidade de implementação de novos caminhos que conduzam à consolidação de seu papel como agente ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional** (Idem, grifos nossos).

Destacamos algumas passagens desta citação que nos interessam de maneira mais direta e objetiva. Estas citações, principalmente as grifadas, nos permitem identificar que a universidade pública também está comprometida diretamente com o desenvolvimento de projetos que reproduzem a sociabilidade capitalista, em sua fase contemporânea, na medida em que redefine seus objetivos (não os fundamentais) e se articula de forma renovada para garantir a sua modernização ou sua atualização frente às mudanças materializadas no mundo do trabalho.

Em março de 2007, a UFF realizou na instituição, a “Oficina UFF e Comperj-Perspectivas e Desafios”. O documento final deste evento foi entregue à

Petrobras, visando um trabalho em conjunto entre a instituição e a empresa, para que possam solucionar problemas e buscar soluções para o empreendimento.

Para a consolidação do processo de interiorização da economia, encontramos, também na Universidade, o papel destinado à educação. Não obstante, a UFF já obtém o foco para as atividades de desenvolvimento do Comperj.

De maneira geral, a tendência em nível nacional é a interiorização da economia<sup>33</sup>. Conforme as pesquisas de Neto e Neto (2006), as grandes mudanças ocorridas no sistema capitalista a partir dos anos 70 – como a reestruturação produtiva, a ascensão das doutrinas neoliberais e o crescente fenômeno da globalização – implicaram em profundas transformações para o espaço econômico mundial (p. 02).

Segundo os autores, o Brasil também “sentiu” essas mudanças. Seus impactos foram notados em diversas partes do território nacional, inclusive no Estado do Rio de Janeiro<sup>34</sup>. Devido a isto, se percebe em curso importantes transformações em

---

<sup>33</sup> Algumas notícias do primeiro e do segundo mandato do atual Presidente Lula definem a veracidade dessa afirmativa para o Brasil. Em 2002, o Nordeste recebeu apenas 13% do total de bolsas de pesquisa de todo o país, enquanto o Sudeste ficou com 57% e o Sul, 17%. Cerca de 60% dos 12 mil grupos de pesquisa do Brasil e 70% das bolsas de pós-graduação também estão no Sudeste. Essa situação se reflete na distribuição dos cursos de doutorado no país, concentrando 86% no Sudeste contra apenas 9,5% nos estados nordestinos. (*Interiorização do desenvolvimento científico e tecnológico* – Redação do Site Inovação Tecnológica, 24/10/2003).

<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010175031024>

Já no segundo semestre do corrente ano, Lula afirmou que “A universidade é que tem que ir atrás dos alunos, e não o estudante ter que sair de sua região para ir a outras terras brigar por uma vaga universitária”. Este discurso foi feito para a inauguração da Universidade Federal do Ceará, de Juazeiro do Norte, sul do Estado. Com o anúncio oficial de construção de uma refinaria no município de São Gonçalo do Amarante, perto de Fortaleza, e a inauguração de uma usina de Biodiesel, em Quixadá, no sertão-central do Ceará, o presidente comentou que esses empreendimentos “... vão gerar milhares de empregos para os jovens. Principalmente para aqueles que tiverem qualificação profissional; e é para isso que estamos trazendo a universidade pública para o sul do Ceará” (*Lula volta a defender interiorização da universidade*, 20/08/2008). <http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI3118829-EI8266,00-Lula+volta+a+defender+interiorizacao+da+universidade.html>

<sup>34</sup> Os autores analisam “... como o processo de reestruturação produtiva da indústria petrolífera na Região Norte Fluminense, e o conseqüente crescimento do setor, a partir da década 80, vêm influenciando na interiorização da economia no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, no surgimento de novos espaços de

seu espaço e economia, como o *esgotamento do modelo de industrialização centralizado na região metropolitana* da cidade do Rio de Janeiro e o *surgimento de novos pólos de destaque econômico no interior fluminense*, ligados à modernização e crescimento de importantes setores produtivos. Dentre esses, o setor extrativista de petróleo vem se destacando como principal atividade econômica localizada majoritariamente no interior.

Soma-se a essa situação, o *grande “boom” das atividades petrolíferas* em meados da década de 90, que se deu pela expansão da capacidade de exploração e produção (E&P) da Petrobras e também pela quebra do monopólio da exploração de petróleo desta empresa, a partir da Lei 9478 de 1998, resultando na atração de inúmeras empresas multinacionais. Este fenômeno deu um grande “impulso”, não só para as atividades extrativistas, mas também para os demais setores da economia na região (OLIVEIRA, 2003 e CARVALHO e ROSENDO, 2004).

Sobre o setor petrolífero em si, vale destacar que sua indústria abrange as atividades que envolvem o óleo cru, gás natural e seus derivados, desde a exploração e importação até o refino, a distribuição, a exportação etc.

Atualmente, no Brasil, o segmento que produz matéria-prima para a indústria petroquímica (de refino), é formado por 13 refinarias que estão produzindo no limite de sua capacidade. A maior parte está situada na Região Sudeste, onde se concentra também a maior parte do mercado consumidor (D’ÁVILA, 2002).

---

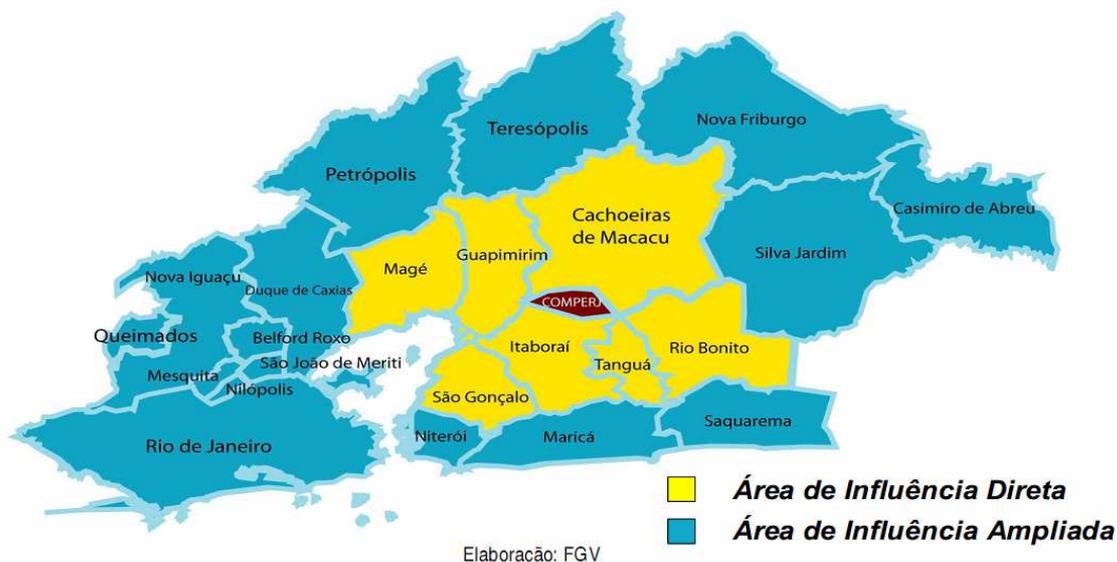
destaque no interior fluminense, num contexto de esgotamento de um modelo de industrialização fortemente centralizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (p. 01).

O Comperj<sup>35</sup> está sendo construído em uma área que removerá 45 milhões de metros cúbicos de terra e terá um investimento próximo dos US\$ 8,4 bilhões, que pode ainda ser aumentado, até o ano de 2012. Serão gerados cerca de 212 mil empregos diretos, indiretos e por efeito renda em nível nacional, além de outros 50 mil durante a operação. Aproximadamente 150 mil barris de petróleo pesado por dia serão processados, o que vai gerar, conforme as previsões, algo próximo de US\$ 2 bilhões/ano em divisas, já que haverá aumento da capacidade nacional de refino de petróleo pesado, tendo como consequência a redução da importação de derivados, como a nafta, e de produtos petroquímicos, além da exportação de resinas de 2ª geração a serem produzidas.

Este é o principal empreendimento individual da história da Petrobras e marca a retomada da Companhia ao setor petroquímico. É notório que tal movimentação vai transformar o perfil sócio-econômico de sua região de influência. Abaixo, segue uma foto ilustrativa da instalação do Comperj, incluindo as Áreas de Influência Direta e Indireta. Este mapa foi elaborado pela FGV, no ano de 2008.

---

<sup>35</sup> A petroquímica é a atividade industrial de produção de derivados de petróleo, normalmente a partir da separação dos componentes do petróleo por destilação. No Brasil, o petróleo é encontrado em águas oceânicas profundas, o que encarece a sua extração. O maior Estado produtor é o Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, cuja contribuição é de quase 75% na atualidade. A cidade-base de exploração desse mineral ainda é Macaé. A petroquímica cresceu vertiginosamente nesse último século, com a necessidade de substitutos mais lucrativos para diversos produtos, como o algodão, o marfim, a madeira etc. Os países com indústrias petroquímicas de maior porte são os Estados Unidos, Canadá, as potências européias e o Japão (Fonte: WIKIPEDIA – Retirado em agosto de 2008). Tipicamente, podem ser distinguidos três estágios, ou gerações, industriais na cadeia da atividade petroquímica: (1) indústrias de 1ª geração, que fornecem os produtos petroquímicos básicos, tais como eteno, propeno, butadieno etc.; (2) indústrias de 2ª geração, que transformam os petroquímicos básicos nos chamados petroquímicos finais, como polietileno (PE), polipropileno (PP), polivinilcloreto (PVC), poliésteres, óxido de etileno etc.; (3) indústrias de 3ª geração, onde produtos finais são quimicamente modificados ou conformados em produtos de consumo. **A indústria do plástico é o setor que movimenta a maior quantidade de produtos fabricados com materiais petroquímicos** (D'ÁVILA, 2002, grifos nossos).



A fase de planejamento do negócio e do projeto conceitual do Comperj contou com a parceria entre a Petrobras, o Grupo Ultra e a participação do BNDES. Atualmente, já em fase de projeto básico, todas as etapas estão sendo conduzidas pela Petrobras, até que seja estabelecida sua estrutura societária definitiva (PORTO, 2008).

Para atender a demanda, a Petrobras, em parceria com as Prefeituras, está implantando Centros de Integração (CIC – Centro de Integração do Comperj) em todos os municípios do entorno do Complexo Petroquímico, sendo estes os onze já citados. O objetivo é capacitar cerca de 30 mil profissionais da região, em 60 tipos de cursos gratuitos. *Desse total, 78% serão em nível básico, 21% em nível técnico e 1% em nível superior.* O CIC é um dos principais planejamentos educativos para lidar diretamente

com o Comperj. Em março de 2009 foi inaugurado o primeiro CIC, localizado no município de São Gonçalo<sup>36</sup>.

O CIC é um centro preparatório de força de trabalho diretamente para o Comperj. Kuenzer (2002) nos auxilia na compreensão do que representa o surgimento de centros integrados de formação, tal como o CIC. A autora explicita também a necessidade que o capital tem, em tempos de ascensão do toyotismo, de se valer de outros espaços que promovam uma formação mais direta e específica para processo de trabalho na empresa flexível. Em sua pesquisa nas fábricas, Kuenzer conclui que existem duas principais formas de proceder para a formação de mão-de-obra, definindo “O controle da distribuição do saber sobre o trabalho” (p. 155).

Atualmente, o sistema que a empresa adota é utilizar as agências de treinamento, a partir das necessidades realmente evidenciadas. Ou seja, quando os gerentes e supervisores percebem que é absolutamente necessário o treinamento para alguns de seus operários, eles mesmos os encaminham para cursos oferecidos por outras empresas ou pelas agências específicas de formação de mão-de-obra (SENAI e CEFET). Outra forma de proceder é a inversa, a partir da oferta de cursos pelas empresas e instituições que enviam periodicamente os seus prospectos; quando o curso é considerado interessante pelo gerente ou supervisor, ele indica as pessoas que possam ser beneficiadas com sua realização (p. 157).

Para o caso da formação para o Comperj – mas não somente para –, vale informar que consta no site da Petrobras, no *link* que encaminha para a “Agência Petrobras de Notícias” (APN), em notícia do dia 28 de agosto de 2007, que as escolas já estavam sendo preparadas para a adaptação às novas exigências da indústria do petróleo, no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra necessária. Durante a

---

<sup>36</sup> Conforme o documento da FIRJAN (Op. Cit.), este município é o que possui a maior capacidade de produção na Região de Influência Direta, com 9,0% do total previsto. Essa mesma região possui 46% desse total. Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Queimados, municípios mais distantes, ficam entre os cinco primeiros colocados com 13,5%; 9,0%; 8,8%, respectivamente. Isso prova que os investimentos não tenderão a se concentrar exclusivamente na Região de Influência Direta.

assinatura de um convênio de R\$ 4,3 milhões para reforma e modernização da Escola Técnica Henrique Lage e da Escola de Ensino Industrial (Esei)<sup>37</sup>, o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, comentou que

A Petrobras acredita e investe no Rio de Janeiro. Os cursos vão possibilitar o ingresso no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Serão oferecidos cursos de formação e aperfeiçoamento na área de refino e petroquímica para qualificar a mão-de-obra em bases competitivas e sustentáveis (APN, agosto de 2007).

Estas escolas fazem parte do complexo do Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep), no bairro Barreto, sendo esta, uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). O objetivo do investimento é capacitar profissionais para a Indústria de Petróleo e Gás do Estado do Rio de Janeiro e a administração dos recursos ficará a cargo da Faetec. Vale frisar que cerca de 10 mil alunos serão beneficiados durante os próximos quatro anos nestas escolas (incluindo o ano de 2008). Esse convênio com a Faetec previa a reforma, ampliação, construção e montagem de novas salas e laboratórios, dentre outras ações, do Cetep Barreto, para que este complexo esteja devidamente preparado para a implantação de  *cursos de níveis básico e técnico*.

Na mesma ocasião da assinatura do convênio, o governador do Estado, Sérgio Cabral, assinou um decreto que oficializa as atividades do “Fórum Comperj”, do qual a Petrobras participa como uma das integrantes do Grupo Executivo, ao lado do Ministério das Cidades, do BNDES e da Caixa Econômica Federal<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Esta é a única Escola Técnica Estadual em toda a Região Leste fluminense. Naquele momento, esta escola estava em fase de conclusão de reformas e, como consta nesta reportagem da APN, formará profissionais que trabalharão no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> O Fórum Comperj foi criado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em agosto de 2007 e, como consta na literatura, representa uma oportunidade de se trabalhar com estratégia para apoiar

O Fórum Comperj é composto por representantes do Governo Estadual, do Conleste<sup>39</sup> (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense), da denominada sociedade civil organizada, do Poder Legislativo e de instituições independentes. Conta com o suporte técnico do meio acadêmico (universidades, associações e fundações) e tem o objetivo de avaliar as possibilidades de crescimento planejado, por meio da **viabilização de políticas públicas** e da discussão de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Local. O diretor de abastecimento da empresa explicou que existe

[...] um calendário permanente para ver as necessidades de moradia, atendimento médico-hospitalar, construção de estradas, entre outros. Discutimos o que é necessário para cada município e os órgãos federais vão trabalhar juntos na preparação da região para receber o Complexo. Vamos olhar não só as necessidades do Comperj, mas de *toda a população local* (Idem, grifos nossos).

Destacamos ainda a criação da “Agenda 21 Comperj”. Todo diálogo elaborado entre governo, empresas e entidades não-governamentais, está colocado na “Agenda”. A “Agenda 21” é um dos principais resultados da conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Esta conferência estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual todos os setores da sociedade podem cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-

---

a região do Comperj com soluções antecipadas, permitindo a chegada de investimentos para os municípios, de acordo com a *vocação* de cada um. O governador, que preside o fórum, destacou seu vice, Luiz Fernando Pezão, para o cargo de Executivo do Fórum, de forma que possa assegurar-se da viabilidade das políticas públicas necessárias, bem como a presença forte do Governo no desenvolvimento de um “Plano Estratégico Regional Sustentável”.

<sup>39</sup> O Conleste se estabeleceu em 2006 e é composto por onze municípios locais com aproximadamente 3 milhões de habitantes: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. O consórcio visa implementar projetos que sejam de interesses de todos os municípios em questão, além de tentar gerar soluções a diversos problemas. Objetiva, portanto, a cooperação conjunta para gerar crescimento econômico em uma região que está na mira dos investidores com a chegada do Comperj.

ambientais. A “Agenda 21” foi aceita e votada por 179 países, dentre os presentes na Eco-92.

Trata-se de um documento que propõe redirecionar o desenvolvimento para a direção apontada pelas idéias associadas à sustentabilidade do planeta. É também um processo de planejamento participativo que envolve a implantação do “Fórum da Agenda 21”, composto por governo e sociedade civil, responsável pela construção de um “Plano Local de Desenvolvimento Sustentável”, que “... reflita os anseios, desejos e necessidades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo, com os respectivos meios e responsabilidades do governo e demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações” (Agenda 21)<sup>40</sup>.

Essa “Agenda” existe amparada na constatação de que cada município apresenta problemas diferentes. Isso justifica o porquê da existência de uma “Agenda” para cada município.

O curioso é que o Comperj possui sua própria “Agenda”, denominada “Agenda 21 Comperj”. A “Agenda 21” possui seu próprio site. Este existe para que haja “... troca de informações entre os membros dos seus fóruns, bem como a participação de todos os setores da população – 1. setor (órgãos públicos), 2. setor (privado), 3. setor (organizações sem fins lucrativos) e comunidade da região onde será instalado o Comperj” (Idem).

---

<sup>40</sup> Fonte: site da Agenda 21 - <http://www.agenda21comperj.com.br/Default.aspx>.

Na prática, trata-se de um plano de ação sócio-participativo que busca encontrar soluções, de forma dita consensual e co-responsável, para as questões prioritárias de uma determinada comunidade ou município.

Para concluir as questões sobre a “Agenda 21 Comperj”, vale destacar o que é chamada de “Metodologia do **Ministério do Meio Ambiente** para **Agendas 21 Locais**. Esta metodologia envolve as seguintes etapas:

1. Mobilização para sensibilizar Governo e Sociedade;
2. Criação de um **Fórum da Agenda 21 Local**;
3. Elaboração de um Diagnóstico Participativo;
4. Elaboração de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável;
5. Execução do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável;
6. Monitoramento e avaliação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (Idem).

As premissas dessa metodologia são assim compostas:

1. Abordagem multissetorial e sistêmica envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental;
2. Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias, a partir da realidade atual, para o futuro desejado;
3. Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, e sim um projeto de toda a sociedade;
4. Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e envolvimento das pessoas, instituições e organizações da sociedade;
5. Processo tão importante quanto o produto;
6. Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento (Idem).

O Comperj contempla ainda a construção de CISGs (Centro de Inteligência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro). Em março do corrente ano, foi inaugurado em São Gonçalo o primeiro CISG, situado ao lado da Secretaria Municipal de Educação. Neste município foi instalada também uma Central de Escoamento de Produtos Líquidos, para armazenamento intermediário, tendo como objetivo, otimizar o escoamento entre Itaboraí e os terminais de carregamento na Baía de Guanabara.

O CISG é fruto da parceria entre a Petrobras e a Prefeitura de São Gonçalo. A Petrobras afirma que o objetivo é o de formar e capacitar as empresas locais para prestação de serviços, além de preparar recursos humanos para as fases de construção, montagem, operação e manutenção do Comperj. Para desenvolver essas atividades estão previstas parcerias com centros de pesquisa e universidades da região (PETROBRAS, 2006).

A necessidade do desenvolvimento e implantação de novas tecnologias, sob o comando do capital, exige uma qualificação para o trabalho muito superior ao que historicamente se encontra na região.

O Diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Costa, no período em questão, comentou que já não havia mais nenhuma pendência em relação ao Comperj, empreendimento que considera como uma das prioridades da Companhia. Afirmou que toda a parte tecnológica está avançando e que têm feito reuniões quinzenais com os órgãos ambientais no Rio de Janeiro.

Sobre estes fatos, é importante salientar que no dia 05 de setembro de 2008 a Petrobras conquistou pelo terceiro ano consecutivo, o direito de participar da composição do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), considerado o mais importante índice mundial de sustentabilidade. Com a renovação, a companhia se consolidou como uma das oito empresas brasileiras mais sustentáveis no ano citado.

Nesse sentido, passa a ser grande a responsabilidade das cidades circunvizinhas ao Comperj. É importante frisar que a Petrobras conquistou ainda o

Prêmio Nacional de Qualidade em 30 de outubro de 2007 (PNQ 2007)<sup>41</sup>. Recebeu também a indicação pela qualidade de Gestão de sua diretoria de Abastecimento. Vale ressaltar que a área de Abastecimento da Companhia abrange as atividades de refino, logística, marketing e comercialização de petróleo e derivados da *petroquímica*.

A empresa é atualmente uma das maiores responsáveis pela diminuição do risco Brasil e aproximação do país para o alcance do grau de investimento (*investment grade*), necessário para que o capital estrangeiro invista cada vez mais no país, com mais confiança, segurança e estabilidade. Isso quer dizer que é impossível duvidar que a Petrobras, assim como outras poucas grandes empresas “nacionais”, é uma das principais empresas responsáveis pelo avanço e consolidação do capitalismo em seus moldes contemporâneos no país.

O Plano de Negócios da Petrobras para o período 2008-2012 estabelece, para a Área de Abastecimento, investimentos da ordem de US\$ 33 bilhões. Entre os empreendimentos em implantação destaca-se o Comperj com quase um quarto do montante.

No *site* da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), encontramos suporte para a compreensão do que representa este setor da petroquímica

---

<sup>41</sup> A conquista do PNQ 2007 foi importante para a empresa, pois garante o reconhecimento dos níveis de desempenho e competitividade de suas diversas áreas, que desde 1990 – ano em que se deu a ampliação e aprofundamento do neoliberalismo no país – vem provendo melhorias em sua gestão, tendo como referencial os *princípios da qualidade total* e avaliações realizadas com base nos Critérios da Excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Em relação ao trabalho interno da empresa, o prêmio coroa também o **compromisso permanente da direção, gerentes e empregados** da companhia com *resultados, capacidade competitiva e responsabilidade social*, condições fundamentais para buscar seu principal desafio: estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia do mundo até 2012. Com isso, é possível identificar que os esforços não são medidos para que a empresa avance cada vez mais na formação de seu quadro de trabalhadores que Harvey (2002) chama de Grupo Central, ou o “... grupo que diminui cada vez mais (...) se compõe de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização” (p. 144).

em construção no Rio de Janeiro. Ali se encontra a explicação, desde o nível de extração de matérias-primas, passando pela produção de produtos diversos, derivados do petróleo e realizados através de complexos químicos, até a comercialização e consumo em massa. Desta forma se perfaz os cálculos, inclusive sobre a balança comercial do setor – justificando assim, as relações internacionais que envolvem importação e exportação de produtos e a (re)organização determinada de políticas.

Sobre a expansão da indústria petroquímica no Brasil, encontramos uma citação, cujo autor deixa claro que são altamente necessários os parâmetros da acumulação flexível.

[...] o potencial de mercado sinalizado pelo baixo consumo local em relação aos padrões dos países desenvolvidos e a defesa e preservação do mercado interno de petroquímicos, cuja balança comercial hoje se encontra equilibrada num cenário de intensa competição internacional, são fortes fatores de indução à realização de novos investimentos para a expansão da petroquímica no Brasil. No entanto, afigura-se que a concretização desses investimentos exigirá previamente o aprofundamento da reestruturação empresarial e da conseqüente verticalização industrial. É nesta perspectiva em que se inserem os novos pólos e complexos petroquímicos já planejados nos anos 2000 (D'ÁVILA, 2002).

O alto valor agregado que esse tipo de indústria apresente justifica o alto investimento em ciência e tecnologia promovido pelo setor privado e pelo Estado.

O já citado documento prospectivo da FGV encomendado pela FIRJAN, através da análise de dois estudos (conservador e otimista), aponta para os grandes impactos que indubitavelmente acontecerão na região. O documento identifica que, apesar da divulgada grande vantagem econômica que o Comperj representará para o Leste Fluminense e para o Estado do Rio de Janeiro, alguns desses impactos não serão tão agradáveis para a sua realidade social, político e econômica. Dessa forma, abre-se

“... espaço para uma série de ações que precisam e devem ser executadas pelos agentes públicos e privados” (FIRJAN, Op. Cit., p. 27).

A citação acima ilustra bem a necessidade do capital em obter condições, não somente para sua implantação em determinado local, mas também para buscar solucionar os problemas gerados pela dinâmica dos seus impactos. Ao conseguir captar as prováveis conseqüências de seus projetos, o capital identifica que outras ações devem ser produzidas e/ou modificadas, com a finalidade de garantir a reprodução dos seus negócios de maneira mais harmonizada ou menos conflituosa. Procura, portanto, ampliar as vantagens para si e para a localidade, na medida em que investe num plano de maximização para evitar desperdícios e reduzir os problemas. Significa dizer que o capital busca cada vez mais a infra-estrutura necessária para consolidar-se nos espaços previamente pretendidos.

Neste trabalho, procuramos saber se a educação física está ou não, (direta ou indiretamente) nos planos do município, na sua relação com esse grande projeto de reestruturação produtiva que representa o Comperj, em bases amplamente flexíveis e que demandam as políticas neoliberais. Se a educação física está nos planos, cabe saber o que vem sendo feito para o seu estabelecimento. É importante saber, portanto, como vem sendo pensadas as políticas públicas que se valem do trabalho da educação física.

Como nosso objetivo se refere mais especificamente à questão da educação física, enquanto um instrumento didático-pedagógico, compreendemos que o campo empírico específico a ser investigado foi sugerido pelo próprio contexto histórico-social promovido por esse grande empreendimento que representa o Comperj.

Assim, entendemos que o poder público deve ser o alvo de nossas análises, pois muitas mediações referentes à educação física são consolidadas pela sua estrutura, filosofia de trabalho e forma de organização. Do próximo item em diante, apresentamos mais algumas justificativas, bem como os resultados de nossa pesquisa.

### 3.2. A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PROJETOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE ESPORTES E LAZER DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

#### 3.2.1. O poder público sob o crivo do método materialista histórico e dialético: análises e questões sobre o objeto de estudo

Em geral, os municípios mantêm uma “Estrutura Organizacional”, demonstrada por uma ordenação e agrupamento das atividades e recursos de uma organização, visando o alcance de objetivos e resultados estabelecidos pela política de governo. Esta estrutura é composta pelos “Órgãos da Administração Direta” (OAD) e pelos “Órgãos da Administração Indireta” (OAI)<sup>42</sup>.

Os OADs são as próprias “Secretarias”, nas quais se incluem a de Educação e de Esportes e Lazer<sup>43</sup>. Basicamente, os OADs são chefiados pelos Secretários, escolhidos e nomeados pelo Prefeito, e estruturadas com a finalidade de assessorá-lo em

---

<sup>42</sup> Recorremos ao *site* da Prefeitura de Juiz de Fora para explicar como se estrutura, de maneira geral, o poder público municipal. Foi onde encontramos a melhor caracterização. Segue o link: <http://www.pjf.mg.gov.br/governo/estrutura/estrutura.php> – Retirado em agosto de 2008.

<sup>43</sup> Em algumas situações, dependendo do município, a Secretaria de Esporte e Lazer está subordinada à Secretaria de Educação, ou ainda atuando juntamente com a Secretaria de Turismo. No caso do município de Itaboraí, estas secretarias atuam de maneira independente, porém, sempre de acordo com os interesses políticos gerais do governo municipal.

cada campo de atuação da Administração Pública Municipal. Esta Administração Pública atua sob um planejamento geral, organizado nas Secretarias de Planejamento.

Definidas as competências, as Secretarias elaboram suas diretrizes políticas e programas e estabelecem as diretrizes técnicas para a execução das atividades. Além de articularem-se entre si, se relacionam com órgãos e entidades federais, estaduais e de outros municípios, sempre buscando atingir suas finalidades políticas. Outras entidades, como as Confederações Desportivas, muitas vezes se encontram conveniadas com as Secretarias municipais e oferecem suporte para a aplicação dos seus próprios projetos.

Os OAIs são constituídos por um conjunto de entidades dotadas de personalidade jurídica que integram o poder executivo e têm funções e responsabilidades setoriais definidas. Cada uma é vinculada a secretaria em cuja área de competência se enquadra a sua finalidade. Os OAIs são compostos por empresas públicas, autarquias, fundações e sociedade de economia mista.

Os projetos e as políticas públicas, antes de serem construídos e desenvolvidos pelos seus respectivos gestores, diretores e coordenadores, enfim, pela equipe de governo, devem sempre enfrentar a lógica burocrática da estrutura organizacional na qual estão inseridos. Entretanto, essa lógica não se estabelece de maneira imediata, não surgindo espontaneamente ou desprovida de idéias e interesses.

Segundo o método de análise que utilizamos, devemos objetivar alcançar, compreender, interpretar e explicar as múltiplas determinações presentes no objeto estudado. Assim, torna-se de fundamental importância garantir uma compreensão

ampliada da realidade concreta em que este objeto se realiza. Nossa proposta no presente trabalho foi exatamente essa, diante da formulação dos capítulos precedentes.

Nesse sentido, ao tomarmos os projetos das secretarias municipais enquanto objeto de estudo, identificaremos, num primeiro momento, diversas características no seu plano fenomênico. Este é o momento em que nos apropriamos do todo caótico.

Seguindo os caminhos indicados pela metodologia empregada, possivelmente, visualizaremos a difusão da ideologia sustentada pelo bloco no poder. As idéias e os objetivos presentes em cada projeto se estabelecem com mais ou menos efetividade, dependendo do grau de organização e nível de prioridade dado aos mesmos.

É importante destacar que nenhuma das Secretarias do governo municipal de Itaboraí, cujos projetos foram por nós analisados, caminham em desacordo com os interesses definidos pelo mesmo. Com isso em mente, consideramos certo que, ao analisarmos as ações destas, nos depararemos com os fragmentos que nos permitem identificar a totalidade da realidade concreta do espaço envolvido por tal administração pública.

Interpretando esta realidade sob os parâmetros do materialismo histórico e dialético, certamente desvelaremos a ideologia que envolve o conjunto de ações governamentais. Compreendemos que a evolução deste processo ideológico se desdobra sobre a materialidade do mundo do trabalho. Por ser uma categoria central de análise, o trabalho na sua materialidade concreta nos indica cada caminho que é necessário

percorrer para alcançar a essência do objeto estudado. Assim, teremos reunidas as condições para realizar o *détour*<sup>44</sup>.

Segundo Kosík (1995),

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo o esconde. A essência se manifesta no fenômeno mas só de modo inadequado , parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente, é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. (...) A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (p.15).

O objeto que buscamos compreender na presente dissertação são as políticas públicas para a educação física promovidas e/ou mediadas pelas Secretarias de Educação e de Esportes e Lazer, diante da realidade capitalista. Buscamos, assim, analisar como a educação física se materializa na região.

As Secretarias do município de Itaboraí foram as selecionadas como alvo de nossas análises, pois esse município vive um importante momento histórico na sua condição política e econômica. Este momento demonstra bem os sentidos e significados dos desdobramentos da atual reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Compreender os parâmetros que se encontram nas políticas em vigor para a educação física através das ações destas secretarias significa, para nós, revelar alguns indícios de tendências que podem se consolidar nesta área, bem como a afirmação de outras.

---

<sup>44</sup> Kosík nos permite apreender que compreender o conhecimento, em sua totalidade, implica em ir para além da aparência e da pseudoconcreticidade. Significa fazer um *détour* sobre os fatos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos, não de forma imediata, mas dialética (p. 13).

No presente período histórico e diante do atual modo; de produção que se apresenta cada vez mais hegemônico, nossos objetivos adquirem fundamental importância para as reflexões políticas e pedagógicas da área da educação física. Assim, chegamos ao ponto em que nossas idéias devem ser melhor esclarecidas, desenvolvidas e ilustradas. Tentamos fazer isso no próximo e último item.

### 3.2.2. Projetos, perspectivas e tendências para a Educação Física em tempos de reestruturação produtiva

Este item está dividido em partes, com o objetivo de promover uma organização mais didática do texto. Primeiramente, descrevemos os projetos desenvolvidos por cada Secretaria. Em seguida, fazemos algumas importantes aproximações, ao citar as principais características de cada um. Concluímos que as características gerais e específicas de cada projeto, assim como do conjunto destes, só podem ser reflexos das próprias intenções de cada Secretaria. Da mesma forma, ao desvelarmos as intenções embutidas em suas propostas, constatamos que a perspectiva do governo municipal está bem definida nas ações de suas Secretarias analisadas.

#### **Os Projetos como ações políticas das Secretarias: caracterizando o fenômeno**

Os projetos que envolvem a educação física e/ou desenvolvem a política educacional da SEME e da SEMEL, podem ser identificados conforme apresentamos e descrevemos a seguir<sup>45</sup>. Expomos as características principais e os objetivos de cada

---

<sup>45</sup> Esses dados, assim como todos os outros que se referem aos projetos e que analisaremos ao longo deste item, foram colhidos através das entrevistas, oferecidas pelos Professores: Miguel (coordenador da educação física da SEME), Everardo (diretor de projetos da SEMEL), pela Subsecretária Sueli Nunes, o

projeto. Os quadros a seguir se referem, respectivamente, aos projetos sociais disponibilizados pela SEME, SEMEL e, por fim, dois projetos oferecidos à população pela SMDS.

---

Professor Douglas e a Coordenadora de Projeto Tânia Conceição (ambos da SMDS). A SMDS utiliza alguns professores de educação física para o fornecimento de dois projetos sociais.

## PROJETOS DA SEME

Projeto(s)	Político-Pedagógico “Educação: prioridade para transformação social”	Extracurriculares	Programa Segundo Tempo Fonte: site do Ministério do Esporte
<i>O que é?</i>	Documento elaborado para orientar as escolas no desenvolvimento dos seus próprios PPPs, seguindo um dispositivo legal previsto pela LDB 9394/96.	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>a)</b> Colônia de Férias;</li> <li><b>b)</b> JEITA (Jogos Estudantis);</li> <li><b>c)</b> Jogos Recreativos;</li> <li><b>d)</b> Dia do Profissional de Educação Física;</li> <li><b>e)</b> Arraiá da Cidade;</li> <li><b>f)</b> Escola Vai ao Clube;</li> <li><b>g)</b> Escola o Tempo Todo;</li> <li><b>h)</b> Festival de Dança;</li> <li><b>i)</b> Artes Marciais na Escola;</li> <li><b>j)</b> Festival de Pipas.</li> </ul>	Projeto do Governo Federal, em parceria com Municípios, Estados e Terceiro Setor;  Conveniado com a SEME.
<i>Contextualização</i>	Concluído em 2003 e está em processo de reformulação desde 2007, previsto para concluir até o final de 2009.	<p>Parte dos projetos (<b>b, e, j</b>) surgiu nos anos de 1990, já se tornando, por isso, tradição no município. São poucas as reformulações sofridas pelos mesmos;</p> <p>Todos os outros projetos são mais atuais, não ultrapassando nove anos de existência.</p>	<p>Iniciado no Governo Lula;</p> <p>Reformulação do projeto anterior, Esporte da Escola, da era FHC;</p> <p>A SEME oferece suporte e aconselhamentos sobre a localização dos núcleos; pode gerir alguns núcleos, oferece recursos humanos quando acontece algo negativo no projeto.</p>

		<p><b>a)</b> Acontece nos meses de julho e janeiro;</p> <p><b>b)</b> Existe há 25 anos. Hoje fortalecido, estava enfraquecido no governo anterior (não aconteceu em 3 anos na gestão passada, feita em dois mandatos). Até 2008 estava vinculado à SEMEL;</p> <p><b>c)</b> Realizado no mês de outubro, está relacionado ao Dia das Crianças (12/10);</p> <p><b>d)</b> Realizado no dia 1º de setembro (data promovida pelo órgão que regulamenta a profissão, Sistema CONFEF/CREFs, aproveitada pela SEME);</p> <p><b>e)</b> Já tradicional, é promovido nas escolas;</p> <p><b>f)</b> Os melhores alunos em nota, por semestre, são selecionados para passarem um dia em três clubes privados da cidade, cedidos para tal (ADEPERJ, AABB e Clube dos Rodoviários);</p> <p><b>g)</b> Projetos esportivos em tempo integral;</p> <p><b>h)</b> Realizado em todos os anos;</p> <p><b>i)</b> Capoeira, Karatê, Judô, dentre outros. Realizado dentro das escolas. Também existe dificuldade para a manutenção deste;</p> <p><b>j)</b> Realizado todos os anos.</p>	
--	--	--	--

<p><i>Características</i></p>	<p>Sua construção está pautada no conceito de “Gestão Democrática”, assim como sua revisão;</p> <p>Fundamenta-se, principalmente, nos PCNs;</p> <p>É considerado um documento síntese, como um importante instrumento a serviço do desenvolvimento econômico e social;</p> <p>Funciona como uma orientação para as escolas elaborarem seus próprios PPPs;</p> <p>O documento realiza uma densa leitura da realidade do município e local, para enfim elaborar sua proposta educacional;</p>	<p>A realização de todos os projetos depende do orçamento destinado para as atividades extracurriculares;</p> <p>Os professores discutem cada projeto, avaliam as possibilidades de realização e prioridades e realizam suas propostas.</p> <p><b>a)</b> Realizado em algumas fazendas cedidas pelos respectivos proprietários para o próprio município;</p> <p><b>b)</b> É a atividade extracurricular mais priorizada pela SEME;</p> <p>Contém mais atividades este ano (Futebol, Handebol, Atletismo, Vôlei). Tênis de mesa e Atletismo já fizeram parte; Professores discutem as modalidades;</p> <p>Os jogos das finais são realizados em um colégio que possui ginásio (Marly Cid), contudo, este não possui arquibancada. A SEME visa uma parceria com o colégio Cenecista Alberto Torres, que possui ginásio coberto e arquibancada;</p> <p>Já foi coordenado pela SEMEL;</p> <p><b>j)</b> Competições entre cafeeiros. Categorias: melhor cafeeiro, pipa mais bonita, maior pipa etc. Evento com caráter festivo.</p>	<p>Atividades esportivas e lazer realizadas no contra-turno escolar através de diversos núcleos localizados próximos a moradia dos participantes;</p> <p>Acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional;</p> <p>Os Núcleos de Esporte Educacional são destinados à prática esportiva dos participantes do projeto, mediante programação de atividades a serem desenvolvidas sob orientação de professores e estagiários de educação física, devidamente habilitados e capacitados para a função;</p> <p>Os núcleos oferecem reforço alimentar ao público atendido, de acordo com cardápio previamente estabelecido que atenda às recomendações nutricionais adequadas para a faixa etária atendida;</p> <p>Os núcleos devem oferecer atividades complementares, como reforço escolar, programação cultural e orientação em questões de saúde;</p> <p>O Ministério do Esporte fornece materiais esportivos confeccionados pelos Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, que possuem centros de produção em unidades prisionais e em outros espaços comunitários de diversas regiões do Brasil;</p> <p>Os núcleos devem oferecer, no mínimo, a prática de duas modalidades coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei) e uma modalidade individual (atletismo, natação, vela, tênis de mesa, dança, capoeira, etc.). Para as modalidades coletivas, devem ser formadas turmas de no mínimo 25 e no máximo 40 alunos; Para as modalidades individuais, turmas de no mínimo 10 e no máximo 25 alunos.</p>
-------------------------------	---	--	--

<p><i>Recursos humanos envolvidos</i></p>	<p>Esta versão analisada foi construída pela equipe pedagogia da SEME. Num primeiro momento, se deu de maneira fechada. Somente após os professores foram convidados para auxiliar nas propostas teóricas e práticas da educação / educação física.</p>	<p>Todos os projetos dependem fundamentalmente dos professores de educação física. Quase a totalidade é da própria SEME.</p> <p><b>a)</b> Prioriza professores de educação física da rede municipal. Estes recebem uma verba extra, registrada em seus contracheques;</p> <p><b>j)</b> Organizado principalmente pelos professores de educação física.</p>	<p>Coordenador-Geral do Projeto Local (gestor): 01 para cada convênio firmado com o Ministério do Esporte. Preferencialmente profissional da área de Educação Física ou de Educação, com experiência em gestão de programas esportivo-educacionais;</p> <p>Coordenador de Núcleo: 01 para cada núcleo de 200 alunos. Preferencialmente profissional da área de Educação Física ou de Educação;</p> <p>Monitores: 02 para cada 200 alunos ou 04 monitores para cada 200 alunos, quando a entidade realizar acompanhamento pedagógico e outras atividades, desde que se garanta o mínimo de 2 monitores para as atividades esportivas, sendo estes estudantes de graduação regularmente matriculados em curso de Educação Física ou Educação, preferencialmente já tendo concluído a primeira metade do curso.</p>
<p><i>Carga horária</i></p>	<p>Indeterminada: reuniões diversas determinaram (e determinam) o tempo de construção e desenvolvimento do projeto.</p>	<p>Em sua maioria, os eventos acontecem uma ou duas vezes por ano;</p> <p>Alguns projetos, como <b>g</b> e <b>i</b>, são fornecidos duas vezes por semana, tendo seu período de férias junto ao calendário escolar.</p>	<p>Distribuídas nos turnos da manhã, tarde ou noite;</p> <p>Deve permitir a cada aluno ter acesso a no mínimo 2h e no máximo 4h de atividade diária, durante 03 vezes por semana;</p> <p>Alguns projetos oferecem atividades cinco vezes por semana.</p>
<p><i>Público alvo/ Total de inscritos</i></p>	<p>Direção, coordenação, equipe pedagógica e professores das escolas. Alunos do ensino fundamental da rede municipal de educação;</p> <p>A educação física está estabelecida até o momento somente no segundo segmento (6° ao 9° ano) do ensino fundamental. Em breve (ainda em 2009) deverá compor também o primeiro segmento (1° ao 5° ano).</p>	<p>A maioria é voltada para estudantes da rede municipal de São Gonçalo. As exceções encontram-se seguir:</p> <p><b>b)</b> Estudantes de 11 a 17 anos (duas categorias) das redes municipal, estadual e particular de dentro dos limites geográficos do município;</p> <p><b>d)</b> Professores, estudantes de educação física e a população em geral;</p> <p><b>e)</b> Aberto ao público;</p>	<p>O programa tem como público-alvo crianças e adolescentes expostos aos riscos sociais;</p> <p>Mais voltado para as comunidades, segundo o Prof. Miguel.</p>

		j) Aberto ao público.	
<i>Objetivos</i>		<p>O conjunto de projetos, em geral, objetiva promover integração social, inclusão social, formação para a cidadania, preservar tradições culturais, cooperar para a qualificação dos participantes.</p> <p>b) Não pretende formar atletas, mas sim cidadãos; integrar as crianças. Visa garantir o esporte escolar e não o alto rendimento.</p> <p>d) Comemorar o dia do “profissional de educação física”, visando a “divulgação e valorização” deste;</p> <p>g) Tentar ocupar os alunos em tempo integral, privando-os dos riscos sociais aos quais estão expostos e, em certa medida, qualificando-os mediante as oportunidades;</p> <p>j) Evento festivo. Divulgar e dar continuidade a esta tradição popular.</p>	<p><b>Objetivo Geral:</b> Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social.</p> <p><b>Objetivos Específicos:</b> Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade.</p>
<i>Resultados esperados</i>		Presente nos objetivos	<p><b>Impactos diretos:</b></p> <p>Interação entre os participantes e destes com a sua realidade local; Melhoria da auto-estima dos participantes; Melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes; Melhoria das condições de saúde dos participantes; Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais;</p>

			<p>Melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física, pedagogia ou esporte, envolvidos.</p> <p><b>Impactos indiretos:</b></p> <p>Diminuição no enfrentamento de riscos sociais pelos participantes;</p> <p>Melhoria no rendimento escolar dos alunos envolvidos;</p> <p>Diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas;</p> <p>Geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do Programa;</p> <p>Melhoria da infra-estrutura esportiva no sistema de ensino público do país e nas comunidades em geral.</p>
--	--	--	--

**Observações:**

- I. Os dados sobre o PPP e sobre os projetos extracurriculares foram cedidos pelo atual “Coordenador da educação física escolar” da SEME, Professor Miguel Luiz de Castro. Encontra-se nos anexos a documentação que autoriza e formaliza todas as entrevistas; Os dados sobre o Programa Segundo Tempo foram encontrados no próprio site do Programa, vinculado ao site do Ministério do Esporte;*
- II. Alguns dados não foram possíveis de serem colhidos. Os espaços que deixamos em branco são, assim, justificados. Tentamos expor todas as informações cedidas.*

**PROJETOS DA SEMEL**

<b>Projeto(s)</b>	<b>Projetos Sociais de Esporte e Lazer</b>	<p><b>Projeto Viva Vôlei</b></p> <p>Fonte: Site oficial do Instituto Viva-Volei, da CBV</p>	<p><b>Projeto Mini Hand</b></p> <p>Fonte: Site oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb)</p>
-------------------	--	---	--

<i>O que é?</i>	<p><b>a)</b> Escolinhas de Futebol e Futsal;</p> <p><b>b)</b> Escolinhas de Basquetebol;</p> <p><b>c)</b> Projeto Diversão e Arte;</p> <p><b>d)</b> Projeto Recrear;</p> <p><b>e)</b> PAEC (Programa de Apoio às Escolinhas de Comunidade).</p>	<p>Projeto de iniciação ao voleibol cuja diretriz é educar e socializar meninos e meninas de 7 a 14 anos através do esporte.</p> <p>Parceria entre a Confederação Brasileira de Voleibol e os Governos Municipais e Estaduais.</p>	<p>Parceria entre a Confederação Brasileira de Handebol e os Governos Municipais e Estaduais.</p>
<i>Contextualização</i>		<p>Iniciado em 1999 pela Confederação Brasileira de Voleibol, entidade máxima da modalidade no país e em 2003 a CBV criou o Instituto VivaVôlei (OSCIP) para gerenciar o Projeto.</p> <p>Tem a chancela e o apoio institucional da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.</p>	<p>Criado em 2000, ganhou força em 2004, quando passou a ser nomeado “Projeto Petrobras Mini-Hand de Iniciação Esportiva”. Com apoio total da empresa patrocinadora do Handebol brasileiro, o Projeto Petrobras Mini-Hand tem sido um dos fatores que contribuem de forma decisiva para que a Petrobras renove contrato de patrocínio com a CBHb, pois o programa integra o elenco de projetos sociais da maior empresa brasileira.</p>
<i>Características</i>		<p>O Instituto VivaVôlei administra uma rede de Centros para a prática do “mini-vôlei”.</p> <p>O mini-vôlei</p>	
<i>Recursos humanos envolvidos</i>		<p>O Instituto VivaVôlei é responsável pela entrega e reposição periódica do kit VivaVôlei, além do fornecimento de material técnico, supervisão dos Centros, treinamento e acompanhamento pedagógico dos professores.</p>	
<i>Carga horária</i>		<p>Os contratos entre os parceiros prevêm um ano de funcionamento de cada núcleo. Uma avaliação define se este será renovado ou não.</p> <p>Para as crianças,</p>	

<p><i>Público alvo / Total de inscritos</i></p>		<p>Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade.</p> <p>Desde a implantação do projeto, 85 mil crianças já passaram pelo VivaVôlei, que, atualmente, possui cerca de 100 núcleos distribuídos pelo Brasil.</p> <p>Em Itaboraí, os sete núcleos do projeto atendem (até junho de 2009) um total de 1152 crianças.</p>	
<p><i>Objetivos</i></p>		<p>Principais objetivos do Programa <b>VivaVôlei</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atender às comunidades de baixa renda em todo o Brasil;</li> <li>- Educar e socializar as crianças através do esporte;</li> <li>- Reduzir a evasão escolar;</li> <li>- Promover a integração e inserção social;</li> <li>- Afastar as crianças da criminalidade e das drogas;</li> <li>- Ensinar os valores éticos e morais da cidadania através do esporte;</li> <li>- Difundir e democratizar a modalidade voleibol em todo o Brasil;</li> </ul> <p>- Estimular o aprendizado do voleibol nas escolas, clubes, praças e condomínio.</p>	
<p><i>Resultados esperados</i></p>		<p>Estimular a integração entre os participantes, com ênfase no processo educativo e suas extensões no meio social;</p> <p>Satisfazer as necessidades de diversão, movimento e integração das crianças brasileiras, visando ampliar, da esfera esportiva à social, os princípios fundamentais do esporte através da contribuição no desenvolvimento integral e na construção de valores éticos e morais de seus praticantes.</p>	

<p><i>Recursos Financeiros</i></p>		<p>Prefeituras se articulam com a CBV e buscam patrocinadores para custear os núcleos a serem instalados em seus respectivos municípios.</p> <p>Patrocinadores específicos em cada local.</p> <p>A Petrobras é o principal patrocinador no Leste Fluminense, principalmente em Itaboraí, Niterói e São Gonçalo.</p> <p>Aprovado pelo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para captar recursos através do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).</p> <p>As empresas interessadas podem utilizar até 1% do valor que seria pago ao Imposto de Renda para investir no VivaVôlei.</p>	
--	--	--	--

Os quadros expostos nos garantem uma melhor imagem (real concreto) do conjunto dos projetos fornecidos pelo Estado, concretizados por suas secretarias, e na união deste com o setor privado – ou seja, no momento em que este setor patrocina ou apóia um ou mais projetos. Consideramos ter reunido elementos suficientes para apresentar o *todo caótico*. Acreditamos que temos agora condições de analisar a realidade concreta com maior precisão, de acordo com os objetivos propostos neste trabalho.

Uma primeira consideração que fazemos é que o conjunto de projetos de educação, esportes e lazer da Prefeitura Municipal de Itaboraí objetiva a promoção de um renovado conceito de *cidadania*, através principalmente do termo *inclusão social*. Ao mesmo tempo, as atividades tidas como de cunho social e educativo são desenvolvidas, em geral, para uma população que reside em *áreas de risco*<sup>46</sup>. É importante notar que essa característica é bastante comum no atual período de reestruturação produtiva, principalmente quando focamos nas ações sociais do bloco no poder, difundidas nos diferentes setores da sociedade.

Após a regulamentação do que se convencionou chamar de *responsabilidade social*, grande parte dos setores produtivos da sociedade passou a concretizar projetos que ajudam a desenvolver e difundir tal característica. Esta perspectiva prática se torna possível por meio da isenção fiscal (redução da carga tributária de empresas públicas e privadas e, em alguns casos, até mesmo de pessoa física). Vale notar que os projetos sociais atuais, em sua predominância, estão condicionados a cumprir um projeto principal, cunhado de desenvolvimento (local, regional, nacional, global) sustentável.

---

<sup>46</sup> Área de risco é um termo

Não obstante, identifica-se com isso que as vantagens para as empresas se tornam muito superiores, na medida em que os diversos projetos desenvolvidos e propagandeados, principalmente quando bem estruturados, garantem uma boa imagem destas ante os olhos da sociedade que os recebe, sendo esta a população local ou não. Sendo diretamente usufruídos ou não, os projetos de esportes e lazer são sempre vistos com “bons olhos”, isto é, como uma necessidade imediata que é cumprida pelos próprios exploradores que se instalaram no local.

As empresas patrocinadoras, via de regra, desenvolvem seus projetos nas áreas onde são mais atuantes, onde predominam e/ou exploram o território (meio ambiente, força de trabalho etc.), ou seja, onde exercem maior influência. Em verdade, o que essa identificação nos permite compreender é que existe, de fato, uma grande contradição: o sistema responsável pelo desenvolvimento político e econômico, pelo progresso e pelo prometido bem-estar social, é o mesmo sistema que hoje (e sempre) promove ou determina o aparecimento das distorções sociais, pela qual atualmente se acha na responsabilidade de *reduzir*.

Não nos surpreende essa tendência, pois em tempos de crise financeira, diante da exigência de uma ampla reestruturação produtiva, assim como a atual, dada também por uma sensível flexibilização do processo de trabalho e acompanhada pela demissão em massa em contraste com a prioridade de aprimoramento do aparato técnico e tecnológico (informacional, maquinário), compreendemos o que segue como sendo uma tentativa de se obter um ajuste diante das condições necessárias para a reprodução da lógica do capitalismo. Com isso, nos resta afirmar, assim como diversos outros autores apontam, que existe a busca de um verdadeiro consenso social. Neste momento histórico, os diversos setores da sociedade estão sendo convocados para participar de um amplo processo de

(re)significação daquilo que é chamado de “relação social de produção”, ou das relações cotidianas, sem que sua essência seja modificada .

Concordando com Frigotto (1984), consideramos que o capital, para difundir sua ideologia, necessita da escola, ou dos espaços em que pode semear um processo educativo bastante necessário para manutenção da sua lógica. Vale ressaltar que esse processo brevemente descrito não se constrói de maneira mecânica, muito menos, pautado em ações espontâneas, ou não pensadas a priori. As idéias de Konder (2000) presentes em “Os sofrimentos do ‘homem burguês’”, nos ajudam a pensar em uma síntese sobre esses fenômenos atuais. Para o autor, a hegemonia desenvolvida pela burguesia,

Não se trata de uma ‘modelagem’ do burguês feita pela burguesia (fenômeno que de fato existe, mas permanece restrito ao espaço da classe): trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo *conjunto da sociedade burguesa*, quer dizer, pelas características do ‘sistema’ social estruturado sob a hegemonia da burguesia (p. 15, grifos do autor).

Acima de tudo, compreendemos que essa movimentação, em claro favorecimento de alguns importantes pilares do capitalismo contemporâneo – a exemplo do que acontece hoje no município de Itaboraí – exige novas ou renovadas competências da população local. De fato, estas competências só podem ser efetivamente transmitidas para cada um, bem como para o conjunto da sociedade, através de uma maneira didática e/ou pedagógica. É justamente por isso que concordamos com as análises de Marise Ramos (2002), quando esta autora busca explicar o verdadeiro significado da “Pedagogia das Competências”, expressão que compõe também o título de seu livro.

Ao pretender identificar se esta *pedagogia das competências* constitui um fator favorável para o desenvolvimento da autonomia ou da adaptação da classe trabalhadora, a autora afirma que:

A competência, inicialmente tomada como fator econômico e aspecto de diferenciação individual, reverte-se em benefício do consenso social, envolvendo todos os trabalhadores supostamente numa única classe: a capitalista; ao mesmo tempo, forma-se um consenso em torno do capitalismo como o único modo de produção capaz de manter o equilíbrio e a justiça social. Em síntese, a questão da luta de classe é resolvida pelo desenvolvimento e pelo aproveitamento adequado das competências individuais, de modo que a possibilidade de inclusão social subordina-se à capacidade de adaptação natural. A flexibilidade econômica vem acompanhada da estetização da política e da psicologização da questão social (p. 291).

Nos ocupamos nesse momento de desenvolver uma linha de raciocínio que consideramos importante para a realização das necessárias ligações internas contidas neste trabalho de dissertação.

Como procuramos ilustrar no capítulo 2, as diferenças entre os projetos educacionais fordista/taylorista e toyotista ilustram claramente as diferenças entre os projetos liberal e neoliberal. Em seus devidos tempos históricos, ambos os projetos determinaram e estruturaram as políticas públicas educacionais ao se fazerem hegemônicos, ao mesmo tempo em que se faziam hegemônicos através destas e de outras políticas. Foram, portanto, bastante influentes durante o processo de (re)formação educacional da sociedade capitalista, assim como da mesma. Isto quer dizer que, necessariamente, estes projetos semearam e difundiram cada vez mais o que chamamos de *alienação*, ainda no capítulo 1.

Salvo todas as fundamentais denúncias da esquerda sobre o desastre que significa mais capitalismo para os seres humanos, incluindo a quase automática exposição

dos defeitos deste sistema quando o mesmo passa por períodos de crise (mesmo quando beira o colapso financeiro), o que vimos nas últimas décadas, num plano mundial, foi o crescimento de sua hegemonia. As análises advindas de pesquisas do campo das ciências sociais, que procuraram estudar criticamente a categoria *trabalho*, nos demonstram os passos desse amadurecimento da ideologia burguesa, na medida em que esta se formata e formaliza, se concretizando no complexo cotidiano das relações sociais de produção. Esse pensamento nos permite chegar a mais uma conclusão, a qual destacaremos a seguir.

Buscamos suporte em Arroyo (1999) para tratar desta questão. Ao debater sobre a escola como um importante espaço de formação, este autor sugere que as relações sociais nesta instituição são inevitavelmente pensadas para a inculcação e aceitação da alienação. Sendo assim, trata como certa a “contraposição ou polaridade entre o trabalhador consciente, politécnico, autônomo como ideal e síntese do humano e o trabalhador alienado, expropriado do saber e do controle do seu trabalho” (p. 19). Com isso, “Elas passam a ser o molde onde se conforma não o protótipo do ser humano em que acreditamos, mas o trabalhador perfeito para as relações sociais de produção” (Idem). Arroyo conclui seu pensamento afirmando que qualquer tentativa ou sonho de fazer com que a escola (ou a educação) faça do trabalhador um ser emancipado será feita em vão, pois “... *sempre o ajuste* redefinirá o molde para a alienação e o conformismo” (Idem, grifo do autor).

Acreditamos que temos trilhado nesse texto um caminho que nos permite enfim questionar com maior propriedade a questão da educação e da educação física, na qual manteremos nosso foco. Pensamos que neste momento da pesquisa reunimos condições para dar maior validade às nossas respostas. Contudo, retomemos o raciocínio para tratar desta questão.

Por se tratar de uma importante área do conhecimento, tem nos sido estranho o fato da educação física ter perdido o status de uma das principais disciplinas do currículo escolar. Lembramos ao final do capítulo 2 que a educação física, em sua particularidade, se estabeleceu como um fundamental instrumento de controle social que se firmou através de políticas de Estado. Ao reconhecer sua importância, o Estado burguês tratou imediatamente de dirigir esta área com maior rigor, determinando sua identidade através de leis, decretos e pareceres, ao mesmo tempo em que seu planejamento e execução ficaram a cargo de outras instituições, que não propriamente a escola.

Sem autonomia e sem poder gozar de legitimidade pedagógica durante tantas décadas do século XX, em que predominaram as ditaduras militares no Brasil, esta disciplina, então voltada para o meio intra-escolar – em Ford/Taylor, ou no nacional-desenvolvimentismo –, correspondeu ideologicamente aos preceitos do capitalismo industrial que se fortalecia.

Após a crise financeira, cronologicamente originada nos anos de 1970, acompanhada das primeiras mudanças no mundo do trabalho, ou seja, com a ampliação do processo de neoliberalização da vida, as mudanças no processo de trabalho, se deram através de uma crescente flexibilização em todos os setores, incluindo aquilo que diz respeito à sua regulamentação.

Ao mesmo tempo em que foi ampliada a instabilidade na renda e no emprego do próprio trabalhador, se ampliaram também outras necessidades formativas. O renovado cidadão trabalhador, agora flexível, deve ter então diversas competências que garanta para si uma adaptação “mais harmoniosa possível”.

Empregado, desempregado ou em busca de emprego (inclusive enquanto autônomo), o trabalhador, para continuar vivendo no contexto da produtividade, deve se formar com o máximo de características básicas que relacionadas à sua formação física e intelectual. Como já citamos, este deve ser *competente*.

Ser competente, nos termos exigidos pela nova sociabilidade do capital, é saber conviver em grupo, sendo este cada vez mais competitivo, é ter espírito de liderança, é estar aberto a todas as oportunidades de trabalho, é saber se preparar para as instabilidades e até para o não trabalho. Isso quer dizer que o trabalhador deve ter desenvolvido em si, para muito além de uma consciência física corporal, uma consciência estrutural emocional. Deve aprender a buscar ânimo e diferentes estímulos, para manter-se sempre forte, ativo e longe das mazelas típicas que podem dominar aqueles que passam a viver às margens da sociedade, seja por curto ou longo período de tempo.

Para alcançar um lugar no mercado de trabalho, ou simplesmente para estar assalariado, este trabalhador deve ter desenvolvido em si, para muito além destas qualidades (que podemos chamar de *competências sociais*), outras competências (que podemos chamar de *competências técnicas*). Estas, por sua vez, auxiliam no crescimento e desenvolvimento do trabalhador para que este se torne cada vez mais produtivo, competitivo e capaz de se estabelecer (e ficar o maior tempo possível) no mercado de trabalho, ou simplesmente empregado.

É possível notar que inúmeras capacidades devem ser, portanto, desenvolvidas no ser humano. Não se pretende mais empregar o trabalhador com somente qualidades físicas, mas agora também intelectuais.

Ser competente, em dias atuais, significa ter também uma inteligência maior, ser mais veloz em seu raciocínio, assim como ter um raciocínio cada vez mais lógico; ter uma capacidade de abstração ampliada, diferenciada, justamente para ter maior facilidade para ver, interpretar e resolver quaisquer problemas e até mesmo inovar, dentro ou fora do ambiente de trabalho; deve-se aprender a manipular máquinas, seja identificando enigmas ou desenvolvendo novos programas (ou *softwares*), compreendendo também o aspecto físico (ou *hard*), para poder consertar um possível erro na produção ou ampliar a capacidade produtiva da empresa, seja em qual setor for.

Atenção, paciência, memória, concentração, percepção espacial, organização mental... são qualidades que podem e devem estar “afinadas” nos indivíduos, compondo assim boa parte daquilo que chamamos de formação humana e *básica* do trabalhador<sup>47</sup>.

Ao retomarmos a questão da educação física, consta na literatura que a perda de seu *status* diante do início da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990, se deu porque esta área não se mostrou adaptada ao processo de neoliberalização do corpo. Outras áreas mantiveram ou elevaram sua importância, enquanto disciplina escolar, dentro do processo produtivo. As ciências exatas tiveram prestígio garantido, vide a complexificação do processo e técnicas de trabalho.

Como vimos no capítulo 2, no ano 1998 foram aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Além de trazerem consigo o discurso da reforma educacional pautada nas mudanças do mundo do trabalho – para o qual vigora o lema “aprender a aprender” –, e de manifestar, por isso, um ecletismo excessivo, busca dar maior importância para todas as disciplinas do currículo escolar.

---

<sup>47</sup> A referência aqui são os objetivos manifestados pela nova – ou renovada – sociabilidade burguesa.

Essa clara reforma educacional, traduz também o reformismo proposto/imposto pelo Estado nacional. Assim, a educação física passou a ser ideologicamente estabelecida como importante para o processo formativo. Isso nos fez lembrar os tempos passados vividos por esta disciplina (ou “componente curricular obrigatório”), que consideramos períodos de ouro para a área. Contudo, fez ainda somente lembrar.

Para além dos auxílios hegemonicamente do campo social (ou das relações sociais indiretamente produtivas), os PCNs já tratam da educação física como sendo capaz de formar ou desenvolver nos *cidadãos* “competências e habilidades” das mais diversas, tais as que citamos acima. Assim, já aparecem mais importantes indícios de adaptação desta disciplina para o processo de trabalho demandado atualmente.

Timidamente, parece ser este conjunto de fatos um dos principais motivos pelos quais a educação física se (re)estabelece em tempos recentes, tanto no currículo escolar, como fora da escola. Nesse caso, estamos de acordo com o que Mézaros propõe chamar de sentido geral da educação, assim como citamos na introdução dessa dissertação.

Compreendemos assim, tal como alguns outros autores da área já apontaram, que a educação física vem novamente ganhando importância. Portanto, vem sendo valorizada, ainda que seja uma valorização acordada com os interesses burgueses de formação da classe trabalhadora.

Como chegamos a essa conclusão? Ou melhor, como também chegamos a essa conclusão, através dessa pesquisa?

Em sua tese de doutorado, Hajime (2004) trabalha com essa temática, dando a entender que a educação física passou a ser vista na década de 1990 como artigo de luxo na escola.

Como a escola, ou a educação em geral, pode cooperar para esse renovado tipo de formação? Sendo a educação física atualmente considerada tanto como um componente curricular obrigatório na escola, ou seja, como um valioso componente educativo dentro e fora desta instituição, como esta pode e deve auxiliar nesse atual projeto educacional?

Identificamos que os quadros referentes aos trabalhos realizados pela SEME e pela SEMEL, em conjunto com as Confederações Esportivas, Petrobras e o Governo Federal, somados aos dois grandes projetos promovidos pela SEMDS (??), que se valem também do trabalho do professor de educação física, tem em comum os objetivos mais gerais, contudo guardam algumas importantes diferenças. Estas dizem respeito principalmente à estrutura de cada um deles, onde podemos encontrar também as suas especificidades.

QUADRO 3: SMDS<sup>48</sup>: Projeto Conviver com o Idoso e o Programa de Atendimento da Infância e da Família (PAIF) – da Secretaria de Desenvolvimento Social, sendo, portanto, os únicos projetos não vinculados diretamente à SEME e a SEMEL que, porém, demandam o trabalho de professores de educação física e atendem um número considerável de pessoas.

---

<sup>48</sup> Durante nossas visitas na SEME e na SEMEL, soubemos que alguns projetos que demandam o trabalho da educação física eram fornecidos pela SMDS. O projeto Conviver é o projeto mais antigo do município, criado em 1992, final da primeira era do atual Prefeito, Sérgio Soares. Já o PAIF ainda está em fase de implantação.

Desde o mês de janeiro do ano de 2008, até o mês de junho de 2009, programamos e cumprimos diversas visitas à Secretaria Municipal de Educação (SEME) e à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL) do município de Itaboraí. Também fizemos algumas visitas nestas Secretarias dos municípios de São Gonçalo e Niterói, ao longo do ano de 2008. A princípio, estes dois municípios estavam incluídos em nossa pesquisa juntamente com Itaboraí. Algumas informações nos foram decisivas para a seleção de somente um destes três municípios. Fazemos somente algumas referências aos outros dois municípios, a título de comparação com as Secretarias de Itaboraí.

Devido às semelhanças que fomos encontrando nos princípios e objetivos gerais das propostas das referidas Secretarias, optamos por focar em Itaboraí – município sede do pólo petroquímico.

As diferenças que destacamos entre os projetos das duas Secretarias que envolvem a educação física nestes três municípios estão relacionadas à forma de gestão e estrutura organizacional interna; à forma de financiamento e a disponibilização de recursos; e na quantidade e variedade de opções ou conteúdos da cultura corporal oferecidos.

Alguns Projetos e Programas, realizados em parceria entre municípios com o Governo Federal e as Confederações Brasileiras de Voleibol e Handebol, também constituem a totalidade de ações das Secretarias, ou estão envolvidos por estas, de maneira consentida. Quase todos os municípios da Região do Leste Fluminense realizam estas parcerias e promovem as atividades originadas por estas instituições. Cada um possui suas

características específicas, as quais constituem suas diferenças. Contudo, apresentam grandes semelhanças nas perspectivas gerais de formação para os seus participantes<sup>49</sup>.

Tais semelhanças no pensamento educacional entre os governos municipais nos fizeram constatar que seria suficiente priorizar o município de Itaboraí, para o alcance do nosso objetivo – ler e interpretar o que é desenvolvido para a educação física, no contexto do capitalismo contemporâneo, em plena reestruturação produtiva.

Alguns outros motivos nos fizeram mais atentos à Itaboraí. O fato de ser a sede do Comperj faz do município o atual centro das atenções na Região do Leste Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro, tanto nas questões políticas e econômicas, como na promoção de projetos e de políticas públicas. Além disso, boa parte dos trabalhadores envolvidos no empreendimento, nesta atual fase de construção civil do complexo (com finalização prevista entre os anos de 2012 e 2014), reside e residirá no município.

Partimos da hipótese de que o motivo acima citado influenciou e alterou a forma de gestão das políticas públicas do município e do entorno. Se não modificou sua essência, intensificou em larga escala o pensamento político básico já consolidado nessa região interiorana.

Com isso, pensamos que já tínhamos reunido motivos suficientes para acreditar que a forma de gestão em todos os setores controlados pelo poder público, assim como a educação – e, portanto, a educação física –, tem mudado bastante. Conforme identificamos e imaginávamos previamente, tal movimentação tem a finalidade de promover uma adaptação para uma nova realidade em desenvolvimento no município.

---

<sup>49</sup> Analisamos a totalidade dos projetos com maior rigor mais adiante. Por enquanto, destacamos os aspectos mais gerais.

Em discurso proferido após a contagem dos votos referentes às eleições para o mandato 2002-2009, o candidato eleito de Itaboraí, Sérgio Soares, destacou que

O maior desafio é a expectativa da população, que está consciente da chegada do Complexo Petroquímico do Estado do Rio (Comperj) ao município. Antes disso acontecer, o povo sabia que não poderia esperar muito, pois o município era pobre. Mas, o Comperj ainda não chegou, nem os recursos federais. Porém, farei o possível para atender os anseios dos itaboraienses. Já estamos sofrendo o impacto do Pólo Petroquímico, com maior procura por moradias aqui e no trânsito. Lutarei junto ao governo federal, à Petrobras e até à Justiça, se necessário, para receber desde já os *royalties* do petróleo, e não apenas após a inauguração do Comperj (O Fluminense, 28/11/2008).

Para uma contextualização histórica sobre os projetos das Secretarias analisadas e sobre os princípios e objetivos gerais que os envolvem e os transformam em objeto de estudos, optamos pela realização de entrevistas com alguns administradores públicos<sup>50</sup>. No Projeto Político-Pedagógico (PPP) do município também encontramos importantes elementos sobre a constituição do mesmo.

Todas as entrevistas foram devidamente formalizadas e estão documentadas e anexadas ao final deste trabalho. Vale destacar que até o fim do ano de 2008 o mandato era do Prefeito Cosme Sales (Partido dos Trabalhadores – PT, 2002-2008). Desde janeiro do corrente ano de 2009, atua no município a equipe de governo do Prefeito Sérgio Soares (Partido Progressista – PP).

As primeiras visitas foram direcionadas para a realização de um mapeamento e levantamento de dados sobre o município e suas perspectivas para a educação. Em uma das entrevistas, realizada com a ex-Subsecretária de Educação, a professora Stela, soubemos que o documento “Projeto Político-Pedagógico” do município estava sendo revisto.

---

<sup>50</sup> Todos os administradores públicos, dentre Secretários e Subsecretários, Coordenadores e Diretores de área, Chefes de Gabinete, dentre outros, são definidos e nomeados pela voz última do Prefeito. Contudo, são criteriosamente definidos ainda durante a campanha política para as eleições municipais, marcada por um momento em que os partidos políticos, cooperativos entre si, realizam suas convenções e praticam suas alianças.

Nesse mesmo dia, quando perguntada sobre o marco principal dessa revisão – também tida como reforma – no projeto educacional, sua resposta foi bastante enfática quanto ao principal motivo destacado. Ainda foi mais além, ao explicitar sobre a “verdadeira guinada” nos rumos da educação do município e da Região do Leste Fluminense.

Após as reuniões promovidas pelo Conleste, após os contatos entre os Governos Municipal, Estadual e Federal e após algumas reuniões entre os Secretários e chefes de Governo do município, juntos ao Prefeito Cosme Sales, no segundo semestre do ano passado (2007), a Secretária Nilcéia Sales nos chamou (cinco Subsecretários de Educação e cinco coordenadores no total) para algumas conversas formais e determinou que pensássemos e iniciássemos, em conjunto, um denso processo de reforma na educação do município, utilizando como base o que já havíamos desenvolvido até então. Posso lhe dizer que o Comperj é o grande marco definidor da nova proposta que estamos desenvolvendo (...). O Comperj é um projeto gigantesco que já está mudando o município, em todos os setores, e certamente será o principal meio de sustentação econômica de toda a Região. A Secretária nos disse que estava bastante motivada com a vinda do Comperj e que assim deveria ficar o espírito da equipe de educação de Itaboraí (...). Precisamos trabalhar para formar os futuros trabalhadores ligados ao setor da petroquímica. E devemos fazer o máximo para que os atuais cidadãos de Itaboraí sejam estes futuros trabalhadores (Stela, janeiro de 2008).

Identificamos então que a educação básica, principalmente no primeiro segmento, seria privilegiada, com a finalidade de incentivar uma formação da juventude mais apropriada para o futuro que o futuro mercado de trabalho do local reservará para a classe trabalhadora.

Não é à toa, por exemplo, que, no governo atual, a Secretária de Educação, Rosana da Silva Rosa, determinou a obrigatoriedade da educação física em toda a educação básica do município, desde quando assumiu a pasta. Até então, a educação física não havia se estabelecido no primeiro segmento do ensino fundamental. Segundo o Coordenador da educação física – Professor Miguel –, desde o mês de abril de 2009, quando foram iniciados os debates específicos da educação física, o conteúdo programático e o referencial utilizado vêm sendo definidos. Vale destacar que, por esse aspecto,

identificamos a importância da educação física para o projeto da SEME. Mais à frente tratamos da especificidade desta área presente no PPP.

A citada entrevista com a ex-subsecretária Stela marcou o momento em que Itaboraí se tornou o grande alvo de nossa pesquisa. Daí em diante, passamos a enxergar, através da realidade concreta que se apresentava na localidade, muitos dos sentidos envolvidos no processo de constituição histórica da educação e da educação física, os quais trabalhamos no terço final do capítulo 2.

Em relação às Secretarias de Educação, identificamos logo nas primeiras visitas que os PCNs constituem sua principal fundamentação teórico-pedagógica. Esse dado é o que há de mais comum dentro das propostas de educação desenvolvidas pelos municípios<sup>51</sup>. Quase todos os projetos foram idealizados e desenvolvidos ao longo da última década e estão em consonância com o que está previsto na LDB 9394/96 e com os PCNs (lançados em 1998).

Os projetos extracurriculares, promovidos por esta Secretaria, devem ser igualmente destacados pelas semelhanças em seus princípios e objetivos. Aliás, as diretrizes, princípios, parâmetros e objetivos de todos os projetos de ambas as Secretarias não possuem divergências significativas entre si. A partir de então, podemos supor que os projetos possuem, possivelmente, uma blindagem ideológica. Mais à frente expomos os objetivos de cada projeto e tentamos validar essa suposição através de nossas reflexões sobre os mesmos.

---

<sup>51</sup> A denominação varia entre os governos, no entanto, os objetivos são sempre os mesmos. O documento principal que orienta a educação dos municípios é, portanto, denominado de Projeto Político-Pedagógico, ou Orientação Curricular, ou Proposta para a Educação Municipal, no caso destes três municípios. Particularmente, em Itaboraí, o objetivo deste documento (Projeto Político Pedagógico) é o de orientar as escolas durante a construção ininterrupta de seus próprios PPPs, ou seja, a de funcionar como um documento diretor.

De maneira semelhante, as entrevistas realizadas na SEMEL nos possibilitaram a identificação de seus objetivos e do impulso que os projetos realizados por esta secretaria ganharam, após a definição da instalação do Comperj em Itaboraí. O Professor Everardo foi um importante mediador nesse processo. O anexo 01 representa seu compromisso conosco, pois se constitui com a entrevista digitada e assinada, fornecida pelo Professor.

Os projetos da SEMEL possuem características específicas que constituem suas diferenças, contudo, de maneira geral, a implantação do conjunto de projetos ilustra as intenções mais amplas da Secretaria. Estas intenções objetivam, principalmente, a formação para a cidadania e a inclusão social, através do acesso às atividades esportivas e de lazer. Podemos dizer o mesmo sobre os projetos e programas oferecidos pelo Ministério dos Esportes, e pela CBV e CBHB, incluindo também os fornecidos pela SMDS.

### **SEME: Projeto Político Pedagógico e os Projetos Extracurriculares**

Os dados coletados referentes aos projetos da SEME foram fundamentais para compreensão das características de cada um, assim como da totalidade destes. Os gestores entrevistados foram bastante receptivos e contribuíram bastante para o nosso processo de construção dos sentidos e significados do conjunto de ações desta Secretaria. Com isso, a partir desse momento, procuramos contextualizar e desenvolver os seis pontos destacados acima.

O documento cunhado de “Projeto Político Pedagógico”, elaborado pela SEME, teve sua primeira edição concluída no ano de 2003. Seu processo de construção foi iniciado em fevereiro de 2002. Contudo, a proposta geral que na atualidade envolve a educação do município, teve sua gênese em 2001, ano que pode ser considerado como um divisor de águas.

Neste ano de 2001 a SEME ofereceu um curso sobre *a influência das diferentes correntes econômicas na Educação*, no “I Seminário de Educação de Itaboraí: “Neoliberalismo, Globalização e Educação no Brasil do Século XXI”. Conforme registra a ex-secretária de Educação, Nilcéia Salles, na apresentação do PPP

[...] aconteceu um novo encontro, onde, Diretores, Supervisores e as diversas equipes da SEME, após análise da realidade atual e local, participaram da elaboração de um documento que continha o ideal de educação que estas pessoas conceberam e as possibilidades de construir o caminho para este mesmo ideal (PPP, SEME, 2003 p. 11).

Em fevereiro de 2002, aconteceu outro encontro. Desta vez com a participação de professores dos diversos segmentos, por representação, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicólogos e as equipes da SEME (Idem, p.12).

Através destes fatos, foram construídos os Marcos Operativos e/ou Diretrizes Curriculares. Estes “... foram encaminhados às escolas, para análise, crítica e propostas” (Idem, p. 12). Assim, primeiro aconteceu uma reunião que interpreta a realidade local e, baseado nessa, definiu-se a princípio os caminhos para a educação municipal. Em seguida, se desenvolveu uma reunião com a participação ampliada daqueles diretamente envolvidos com a educação do município. Esta última reunião foi somente para coordenar a operação do que já fora previamente definido.

Com essa forma de organização para a construção do documento, objetivou-se uma educação para Itaboraí de qualidade ótima que, “... conseqüentemente consiga promover a tão esperada transformação social, garantindo a todos os mesmos direitos à cidadania plena” (Idem, p. 12). No ano de 2007

Conforme explicitou o coordenador da educação física, Professor Miguel, durante a reforma do PPP, a participação se dá por disciplina. Cada disciplina, ou área, presente no currículo escolar constitui o seu conteúdo mínimo.

O desenvolvimento destas ações se dá, muitas vezes, em condições um tanto precárias, principalmente os projetos realizados somente pela prefeitura, porém, há a garantia de um funcionamento mínimo destas que não são tidas diretamente como prioridade econômica. Ou seja, se na teoria, a perspectiva é a máxima, na prática, ainda não se pode dizer que tais projetos constituem uma força primária e fundamental diante da idéia de se fazer uma “educação transformadora” preparada para um período *transformador* que está se iniciando.

## CONCLUSÃO

Os estudos coordenados pela professora Lúcia Neves (2005) sobre a “Terceira Via” nos ajudaram a refletir sobre as diversas características da sociedade e da educação atual. Assim, enxergamos, de alguma forma, que muitas das características adquiridas pela (ou para a) educação física, durante as últimas duas décadas, são pensadas e elaboradas conforme demanda o contexto social determinado pela ideologia do capitalismo contemporâneo.

Como vimos no capítulo 2, a década de 1990 correspondeu aos avanços neoliberais no Brasil. O Estado reorganizou-se diante de tantas exigências no processo de trabalho capitalista. A classe trabalhadora se viu obrigada a aceitar viver uma forma de vida bastante instável e ameaçadora do bem-estar antes pretendido pelos tempos de fordismo.

Nesse sentido, frente ao crescente processo de desemprego, de instabilidade financeira e de precarização do trabalho, o neoliberalismo brasileiro precisava se reorganizar e se adaptar para garantir um desenvolvimento denominado de sustentável, visando reduzir a agressão excessiva ao meio ambiente e ao ambiente social.

A fim de construir o consenso nos principais setores da sociedade, diversas políticas populares foram consolidadas pelos governos nesses quase 20 anos de neoliberalismo. Estas são denominadas de políticas de focalização e equalização social. O destino de boa parte das verbas públicas (e privadas) é para a consolidação dessas políticas.

Sempre sob um novo conceito de cidadania, o neoliberalismo de terceira via deliberou propostas que aparentemente reduzem as diferenças e aproxima as classes sociais. Esse fenômeno pode ser explicado quando buscamos alcançar sua própria essência. Ao nosso entender, a busca de consenso é o real objetivo, sempre em prol da consolidação da atual etapa do capitalismo. A minimização dos problemas sociais, ou o trabalho para a “redução da pobreza” – ou da manutenção desta –, de primeiro plano, ao bem da verdade, é tão somente o cobertor ideológico que cobre a sociedade das correntes frias trazidas pelo neoliberalismo.

Enfim, tal perspectiva da terceira via não condiz com as reais necessidades da classe trabalhadora. Ou seja, não existe na atualidade uma plena perspectiva de promoção

suficiente de políticas públicas universais voltadas para: a geração de emprego e renda; para a qualificação e requalificação para o mundo do trabalho; geração de infra-estrutura através da construção de moradias e saneamento básico; a ampliação dos serviços de saúde pública, segurança, educação, lazer, dentre outras questões não menos importantes.

No plano educacional, vimos brotar uma nova legislação dita “democrática”, participativa e aberta. Foram constituídos novas diretrizes e parâmetros educacionais, formas renovadas de avaliação, ampliação da oferta de ensino básico e superior, novas formas de financiamento da educação, modificação no conceito de educação ou ensino técnico e profissionalizante. Identificamos, portanto, uma mudança de direção em relação ao conhecimento<sup>52</sup>, cada vez mais visceralmente envolvido e comprometido com o que é chamada de neo TCH<sup>53</sup>.

Muitos projetos sociais de diversas naturezas ainda são oferecidos somente pelo setor público, ou seja, através do financiamento definido pela Lei municipal de Diretrizes Orçamentárias para o ano em vigor. Estes projetos, de maneira geral, e segundo seus próprios objetivos, existem para trazer alguns benefícios para, principalmente, aqueles que não contam com as condições objetivas necessárias de sobrevivência e manutenção da perspectiva de vida. De acordo com nossa pesquisa, que apresentamos no capítulo 3, estes projetos são, em sua maioria, destinados para os que estão abaixo da linha da pobreza, ou na faixa da miséria.

---

<sup>52</sup> Sobre esse aspecto, cabe destacar que o avanço tecnológico em prol do capital indica que o abismo entre as classes sociais, ao invés de diminuir, tende a aumentar.

<sup>53</sup> Trata-se de uma resignificação da Teoria do Capital Humano, tal como abordamos nos itens finais do capítulo 2.

Fica claro, enfim, que os projetos sociais tendem a serem funcionais ao capitalismo contemporâneo, na medida em que atuam como importantes instrumentos para *promoção da inclusão social*, através da “troca de experiências” e da prática diversificada de questões ou situações que acontecem no cotidiano da vida moderna, nas cidades e nos campos, nas relações sociais de produção, ou seja, buscam uma formação para a cidadania, na medida em que reduz as diferenças sociais e amplia, ainda que de forma tênue, a atuação do Estado no setor mais carente de cultura e outros acessos ou direitos que fazem do indivíduo um cidadão.

É possível notar que existe uma forte identificação entre as premissas envolvidas no empreendimento Comperj e a perspectiva da Terceira Via, já comentada no capítulo anterior. Por essa razão, compreendemos que grande parte da movimentação ocorrida na região que estudamos, sendo esta anterior ou posterior ao Comperj, se deve muito mais à este próprio empreendimento.

É importante comentar a questão da utilidade da educação física para a consolidação da reestruturação produtiva no município estudado. Essa é uma questão importante para a área, pois, nesse sentido, como nos mostra a dialética marxista, tais mudanças geradas pela reprodução do capitalismo se constituem enquanto os próprios determinantes mais diretos de grande parcela do pragmatismo definido para área na história recente.

Em contrapartida, observamos que o próprio capitalismo não supre as necessidades estruturais, ou não define as condições objetivas imprescindíveis para a aplicação mínima de suas próprias propostas. Queremos dizer com isso que, apesar de termos identificado todo o esforço, trabalho e boa vontade para garantir uma valorização

da educação e, especificamente, da educação física diferenciada, marcada pelos princípios da inclusão e da formação para a cidadania, compreendemos que se tratam de esforços insuficientes, portanto, ilusórios.

Não por um lado oposto, constatamos que o conjunto de projetos conflui para a mesma lógica de reprodução das habilidades necessárias ao trabalhador, assim como para a conformação da classe trabalhadora mediante as contradições entre capital e trabalho, na medida em que ajudam no desenvolvimento de competências, principalmente (*ainda*) as que chamamos de competências sociais.

## BIBLIOGRAFIA

**ABONG.** Disponível em: [www.abong.or.br](http://www.abong.or.br). Acesso em: 28 jan. 2008.

**AGÊNCIA BRASIL** Disponível:  
<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/02/20/materia.2009-02-20.3289729573/view> acesso em 26 fev 2009.

ARRUDA, Marcos. **ONGs e Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?** Rio de Janeiro: PACS, 1995.

BEGHIN, Nathalie. **Filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

CASTELL, Robert. **As metamorfoses da questão social; uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. Olhando para frente: As preocupações com as organizações do futuro. **Gestão de pessoas.** 1999.

**COMO CRIAR SUA ONG?** São Paulo: CETS/EAESP/FGV, 2000. Disponível em: [http://www.paranafundacoes.com.br/como\\_criar\\_ong.pdf](http://www.paranafundacoes.com.br/como_criar_ong.pdf) 2000>

COUTINHO, Joana A . **ONGs: caminhos e (des)caminhos. Lutas Sociais**, São Paulo, v. 13/14, p. 57-65, 2005. Disponível em: <[www.Pucsp.br/neilsdownloads/v13\\_14joana.pdf.350k](http://www.Pucsp.br/neilsdownloads/v13_14joana.pdf.350k)>

DELUIZ, Neise, GONZALES, Wânia e PINHEIRO, Beatriz. **Ongs e Políticas Públicas de Educação Profissional: propostas para a Educação dos Trabalhadores. 2003.** Disponível em< <http://www.senac.br/BTS/292/boltec292d.htm>>. Acesso em maio 2007.

DELUIZ, Neise. **Sociedade civil e as políticas de educação de jovens e adultos: a atuação das ONGs no Rio de Janeiro.** In: Revista Educação e Cultura contemporânea. Vol 3 - nº 5- 1º sem. De 2006.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política de primeira-dama.In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil.**São Paulo: Cortez, 2001.p.43-68.

DIAS, Elaine. Admirável mundo novo. Disponível em: [www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51](http://www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51).

FERNADES, Rubem C. O que é o 3º setor? In: IOSCHPE, E. (Org). **3º setor: desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. In: **Revista Tempo.** Rio: Relume-Dumará . Depto História da Univ. Fed. Fluminense. nº 3, junho.1997. p. 34-58.

FONTES, Andréa. A responsabilidade social empresarial em questão: o pensamento pedagógico do Instituto Ethos. **Trabalho necessário**, Niterói, ano 3, nº 3, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br-trabalhonecessário> .

**FOLHA DE SÃO PAULO.** São Paulo, p. 6, 24 abril 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo.** São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades.** Boletim Técnico do SENAC , set-dez 1985.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** v.2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luis Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUARDIÕES DO MAR. O relacionamento institucional. Disponível em: [www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=96](http://www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=96) .

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAUM, Eric J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

IBGE. **Pesquisa mensal de empregos: Junho de 2008**. Disponível em: [www.ibge.br](http://www.ibge.br)  
Acesso em 14 jul. 2008.

IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleofb4.html?id\\_article=110](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleofb4.html?id_article=110). Acesso em 5 maio 2009.

KOSÍK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

KUENZER, Acácia Zeneide. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luís (org). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados. 2005

LANDIM, Leilah Assumpção. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional da UFRJ, 1993. Vol.1

LANDIM, Leilah. Entrevista.p. 27-35.In: **PROPOSTA**. Editora FASE. nº 81, junho-agosto.1999.

LEITE, Márcia Pereira. Crise da cidadania: em foco um dos cenários das ONGs. In: **PROPOSTA**. Editora FASE. nº 81, junho-agosto.1999, p 6-11.

LISBOA, Armando de Melo. **Terceiro setor**. In: CATTANI, A. David (Org.) A outra economia: Veraz, 2003. p.253 – 260.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausem: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKÁCS, George. **História e consciência de classe**. PCUS. 1960.

MARQUES, Raquel. Políticas para a juventude. Disponível em: [www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142](http://www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142)

MARTINS, Paulo Haus. **Institutos, Fundações, ONGs, OSCIPs e Filantrópicas (ou os Nomes e os Fatos)** [ 2002] Disponível em [www.inforum.insite.com.br/arquivos/4682/diferencas.rtf](http://www.inforum.insite.com.br/arquivos/4682/diferencas.rtf). Acesso em: 13 out 2008.

MARTINS, André S. **Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. Niterói: UFF, 2007. 284 p. (Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ideologia Alemã: a contradição entre as cosmovisões materialista e idealista.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vol. I. (Os economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez. 2007.

NERFIN, Marc. Desafios, Possibilidades e Perspectivas. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: IBASE e PNUD.** Rio de Janeiro, 1992. p,95-118.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, PRANKO, Marcela Alejandra e MENDONÇA, Sonia Regina de. Capital Social. In: **ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO.** Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

**O ESTADO DE SÃO PAULO.** São Paulo, p.1- 8, agosto. 2004.

**O GLOBO.** Rio de Janeiro, p. 13, maio. 2009.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. **As organizações da sociedade civil: as organizações de educação.** Cadernos de Pesquisa, nº112, março. 2001.p. 61-83.

OLIVEIRA, Sonia Maria Bittencourt de. **Escola serve para quê? O grande desafio da educação é ensinar a pensar.** Exame. fev.2001. p.10.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2006.

PEDROSO, Jociane Martins. **A consolidação do público não-estatal nas políticas educacionais: um estudo a partir da transferência de fundos públicos para as ONGs.** Revista Histedbr on-line, Campinas, nº 30, p. 175-194, jun. 2008. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/index.html>.

PETROBRÁS. Responsabilidade Social e Ambiental. Disponível em: [www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSociaisIndex.asp](http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSociaisIndex.asp).

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Geral da Presidência da República. Juventude. Disponível em: [www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm).

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas :Autores Associados, 1998.

RUMMERT, Sonia Maria. Jovens e adultos trabalhadores e a escola. A riqueza de uma relação a construir. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 117 – 129.

RUMMERT, Sonia Maria. **Gramsci, trabalho e educação**: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual. Lisboa: Educa- Unidade de I & D de Ciências da Educação. 2007.

SANTOS, Bárbara Cristina Felismino dos. **Educação Profissional: um estudo de caso**. 2005. Trabalho monográfico. Universidade Estácio de Sá.

SAVIANE, Demeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIAMI e SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados: Campinas, 2005.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**. Núcleo Avançado de Educação é inaugurado no Rio. Disponível em: [www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=437&idItem=2720&idsecao=13](http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=437&idItem=2720&idsecao=13).

**SEFOR- SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**. Quadro referencial: múltiplos desafios. Brasília, 1995.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Herbert. As ONGs na década de 90. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: IBASE e PNUD**. Rio de Janeiro, 1992. p. 140-145.

SOCZEK, Daniel. **ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. (Org). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, Lia e AGUIAR, Sonia. **Responsabilidade social empresarial, responsabilidade**/ In: TIRIBA, Lia Trabalho, educação e economia popular solidária (Relatório final de pesquisa), UFF, 2008, p. 71-74.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Jornal dos economistas**, dez. 2003.

TITTON, Mauro. **O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo : ampliando o debate com os movimentos de luta social.** Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4589--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4589--Int.pdf) . Acesso em 20 dez. 2008.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

**VEJA.** Ed. Abril, nº 32, ago. 2006.

VILLAR, Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica.** Portugal: Edições João As da Costa. 1985.

WALTER, Carlos. Ampliar conhecimentos evit

WOOD, Ellen. **Classe como processo e como relação.** In: Democracia contra Capitalismo, S. Paulo: Boitempo, 2002.

YORDAKY, Wagner. A autogestão como princípio educativo – a educação no contexto da economia solidária. In: PARO, Vitor. **A teoria do valor em Marx e a educação.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 191-215.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)